UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

JONAS GREGORIO DE SOUZA

PAISAGEM RITUAL NO PLANALTO MERIDIONAL BRASILEIRO:
COMPLEXOS DE ATERROS ANELARES E MONTÍCULOS FUNERÁRIOS JÊ DO SUL
EM PINHAL DA SERRA, RS

São Paulo
2012

JONAS GREGORIO DE SOUZA

PAISAGEM RITUAL NO PLANALTO MERIDIONAL BRASILEIRO:
COMPLEXOS DE ATERROS ANELARES E MONTÍCULOS FUNERÁRIOS JÊ DO SUL
EM PINHAL DA SERRA, RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia

Área de concentração: Arqueologia

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio Dantas DeBlasis

Linha de pesquisa: Espaço, sociedade e processos de formação do registro arqueológico

São Paulo
2012

Agradecimentos

Antes de tudo, a meus pais e a toda a minha família, que sempre apoiaram meus estudos e se mostraram orgulhosos de minhas conquistas.

A Fabiana, minha companheira no mais amplo sentido da palavra, que iniciou na arqueologia depois de mim e hoje já me supera na análise e desenho de material lítico!

Aos meus colegas de laboratório, passados e presentes. Em especial, a Marcelo Sanhudo, Avelino Gambim e Leonardo Waisman. Creio que eu não sabia o significado da palavra amigo até conhecê-los.

A minha primeira orientadora no mundo da arqueologia, Silvia Copé, sem a qual nada deste trabalho (nada mesmo!) teria sido possível. Devo a ela o que eu sou como arqueólogo.

A Paulo DeBlasis, que, sem bem me conhecer, me deu um voto de confiança e aceitou ser meu orientador de mestrado depois de uma conversa repentina nas docas de Belém. Espero ter cumprido com as expectativas!

A José Iriarte, pela oportunidade de escavar no sítio PM-01 em Eldorado, uma das minhas melhores experiências como estudante, e pelas posteriores colaborações em Pinhal da Serra.

A todos os que participaram das escavações nos sítios de Pinhal da Serra analisados nesta dissertação.

Thanks!

Resumo

Nesta dissertação são analisados os sítios cerimoniais associados à ocupação Jê do Sul no município de Pinhal da Serra, RS. Os sítios são compostos por aterros anelares (muros de terra) isolados ou cercando montículos. É proposta uma classificação que leva em conta a variabilidade arquitetônica de tais sítios, conforme as dimensões dos aterros, seu formato e a presença ou ausência de montículos. São considerados também os dados de escavações que evidenciam as atividades realizadas nesses locais. O tipo de sítio mais frequente consiste em pequenos aterros anelares cercando montículos que contêm sepultamentos cremados. Pode-se interpretá-los como cemitérios de grupos que habitavam em sítios de casas subterrâneas vizinhos. Os aterros anelares de grandes dimensões e sem montículos são interpretados como centros cerimoniais regionais onde se reunia uma população mais ampla. Sítios com arquitetura complexa – aterros de diferentes formatos combinados e muitos montículos – apresentaram evidências de ritos mais elaborados, envolvendo festins mortuários. Possivelmente, eram locais de sepultamento de indivíduos de maior status. Os dados dos sítios mortuários são combinados com os dos assentamentos, que também sugerem um padrão hierárquico, com sítios densos (aglomerados com muitas casas subterrâneas) regularmente espaçados e cercados por sítios menos densos. Por fim, consideram-se as continuidades com os cacicados Kaingang históricos, que mantiveram a construção de montículos funerários como elemento importante da autoridade dos caciques no momento de enfrentamento com os colonizadores europeus.

Palavras-chave: arqueologia mortuária, montículos funerários, centros cerimoniais, sociedades complexas, Jê do Sul

Abstract

This dissertation analyzes the ceremonial sites associated with a Southern Jê occupation in the city of Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul, Brazil. The sites consist in earthworks which can be either isolated or surrounding mounds. A classification is proposed considering the architectonic variability of the sites, according to earthwork size, shape, and the presence or absence of mounds. Excavation data which reveal activities performed in such places are also taken into consideration. The most frequent site type consists in small earthworks surrounding mounds which contain cremated burials. They can be interpreted as cemeteries for groups that inhabited pithouse sites nearby. Large earthworks without mounds are interpreted as regional ceremonial centers where a larger population gathered. Sites with complex architecture – earthworks of different shapes combined and surrounding many mounds – exhibited evidences of more elaborate rites including funerary feasting. It is possible that they were places for the burial of individuals with higher status. The data from the mortuary sites are combined with those from the settlements, which also suggest a hierarchical pattern with dense sites (clusters of many pithouses) regularly spaced and surrounded by less dense sites. Finally, I consider continuities with the historical Kaingang chiefdoms, where the construction of burial mounds had been maintained as an important element of chiefly authority during the confrontation with the european colonizers.

Keywords: mortuary archaeology, burial mounds, ceremonial centers, complex societies, Southern Jê

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. HISTÓRICO DAS PESQUISAS NOS ATERROS ANELARES E MONTÍCULOS JÊ DAS TERRAS ALTAS DO SUL DO BRASIL	10
2.1. MISIONES	10
2.2. PARANÁ E SÃO PAULO	11
2.3. SANTA CATARINA	12
2.4. RIO GRANDE DO SUL	17
3. O PROJETO DE PESQUISAS EM PINHAL DA SERRA, RIO GRANDE DO SUL, DE 2001 A 2011	20
4. SÍTIOS ANALISADOS NESTA DISSERTAÇÃO: TRABALHOS DE CAMPO E DE LABORATÓRIO	28
4.1. RS-PE-21 OU LEOPOLDO VII	28
4.2. RS-PE-31 OU ORIVAL DA COSTA	32
4.3. RS-PE-29 OU AVELINO VIEIRA	35
4.3.1. ESTRUTURA 1	35
4.3.2. ESTRUTURA 2	39
4.3.3. ESTRUTURA 3	42
4.3.4. ESTRUTURA 4	48
4.4. GINE	50
4.5. POSTO FISCAL	52
4.6. ANÁLISE DO MATERIAL LÍTICO E CERÂMICO DOS SÍTIOS RS-PE-31 E POSTO FISCAL	60
5. UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS SÍTIOS RITUAIS	74
5.1. CRITÉRIOS	74
5.2. CEMITÉRIOS	77
5.2.1. O SIGNIFICADO DOS SÍTIOS “COMPLEXOS”	82
5.3. CENTROS CERIMONIAIS	87
6. SISTEMAS DE ASSENTAMENTO E PAISAGEM RITUAL JÊ DO SUL: MODELOS DE TERRITORIALIDADE PARA A ÁREA DA PESQUISA E ALÉM	93
6.1. HIERARQUIA DOS ASSENTAMENTOS EM PINHAL DA SERRA	94
6.2. HABITAÇÕES, CENTROS CERIMONIAIS E TERRITÓRIOS JÊ NO PLANALTO MERIDIONAL	99
6.3. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: CONTINUIDADE E MUDANÇA	103
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1. Introdução

Os objetivos desta dissertação incluem, em primeiro lugar, a classificação dos sítios rituais e mortuários Jê do Sul a partir de sua arquitetura e do material arqueológico associado aos mesmos, sendo essa variabilidade explicada em termos de funções. Em segundo lugar, procura-se entender o papel de tais sítios no sistema de assentamento, relacionando-os com os sítios de habitação. Finalmente, busca-se compreender o desenvolvimento da arquitetura mortuária no tempo e sua relação com os cacicados Jê do Sul no século XIX.

A arqueologia do planalto meridional brasileiro se destaca pela variedade de estruturas construídas em terra, das quais as mais conhecidas são as “casas subterrâneas”. Os sítios analisados nesta dissertação pertencem a outra categoria: são denominados aterros anelares e são compostos por muros de terra cercando espaços delimitados, em sua maioria circulares, mas também quadrangulares, e freqüentemente com montículos em seu centro. A população do interior de Santa Catarina, familiarizada com tais construções de terra, deu a elas o nome de “danceiros” ou “terreiros de dança dos bugres”, uma interpretação não tão distante da realidade. A forma original desses sítios pode ser imaginada a partir de uma estrutura surpreendentemente bem preservada, visível mesmo através de imagens aéreas, situada no município catarinense de Campo Belo do Sul (Figura 1.1).

Figura 1.1. Imagem de satélite mostrando um aterro anelar com montículo em seu centro no município de Campo Belo do Sul, SC (Google Earth).

Figura 1.2. Prospecção e trabalhos de topografia no sítio de Campo Belo do Sul, SC.

O sítio é formado por um muro circular com cerca de 40 m de diâmetro, localizado no topo de um morro, logo antes da vertente, ponto que permite visualizar uma ampla área de seu entorno. No centro do espaço delimitado pelo círculo, há um montículo com forma de cone truncado, com diâmetro maior do que 10 m e topo plano, semelhante a uma plataforma (Figura 1.2). Os sítios analisados nesta dissertação são bem menos perceptíveis e tanto os muros quanto os montículos já não são tão retilíneos e bem delimitados – o que pode se dever à maior exploração da região pelas madeireiras e pela atividade agrícola.

A arquitetura monumental, especialmente a de caráter funerário (caso dos montículos mencionados aqui), é há já bastante tempo uma constante nas discussões sobre a emergência das sociedades complexas (ver, por exemplo, os trabalhos compilados em Earle 1991). Esse tema, contudo, apenas recentemente passou a ser explorado pelas pesquisas realizadas no planalto meridional brasileiro (Saldanha 2005; Copé 2006; Iriarte et al. 2008; Beber 2011; Corteletti 2011). Com esta dissertação, pretendo oferecer uma pequena contribuição a um projeto em andamento no município de Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul, coordenado pelos Drs. José Iriarte (Universidade de Exeter, Reino Unido) e Silvia Copé (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e cujo tema principal é justamente a relação entre a arquitetura monumental e a emergência da complexidade.

Os povos falantes de línguas da família Jê são conhecidos pela elaboração de suas organizações sociais, ao menos em termos horizontais, caracterizando-se pela existência de metades cerimoniais, clãs, linhagens, classes de idade e outras divisões (Maybury-Lewis 1979). Entre os representantes mais meridionais dessa família lingüística estão os Kaingang e os Xokleng, habitantes do planalto meridional brasileiro por ocasião do contato. Os Kaingang estavam organizados em cacicados complexos, com dois níveis de hierarquia (caciques principais de cargo hereditário e caciques subordinados) e, assim como os Xokleng, construíam montículos funerários até meados do século XX (Mabilde 1897/1899; Métraux 1946). Existe um consenso de que os ancestrais desses grupos Jê meridionais estariam arqueologicamente representados pela Tradição Taquara-Itararé, inicialmente definida por sua cerâmica mas, posteriormente, associada também a estruturas construídas em terra como casas subterrâneas, aterros anelares e montículos, de grande dispersão pelas terras altas do sul do Brasil (Noelli 1999/2000; Ribeiro 2000; Beber 2004).

Em termos de subsistência, todas as etnografias concordam com o fato de que os Xokleng, em período recente, eram caçadores e coletores (Métraux 1946:450), e há relatos mesmo de

parcialidades Kaingang em que a agricultura estaria ausente (por exemplo, Mabilde 1899:144). Por outro lado, a maior parte dos grupos Kaingang parece ter praticado o cultivo (Métraux 1946:450-451; Ambrosetti 1895), e é provável que a dependência da caça e da coleta entre alguns Kaingang e entre os Xokleng seja resultado da pressão colonial que forçou esses grupos a uma maior mobilidade (Noelli 1996). A importância do cultivo do milho no passado dessas sociedades tem se tornado clara através da análise de fitólitos (Iriarte et al. 2008, 2010; Wesolowski et al. 2010) e da análise de isótopos estáveis (De Masi 2007), embora os vestígios macroscópicos desse cultivo já fossem conhecidos há mais tempo em contextos arqueológicos Jê do Sul (Miller 1971). Sendo esse o caso, é possível que a agricultura estivesse relacionada (seja como causa, seja como consequência) a uma maior densidade demográfica e a mobilidade reduzida. Bandy (2004) nota que, em tais contextos de transição, costumam emergir tensões, sendo a ênfase na esfera ritual uma das formas de se manter a integração entre populações mais densas e sedentárias. Não é incomum que, nos casos em que o ritual é materializado em construções monumentais, especialmente as de caráter funerário, acabem emergindo e se formalizando hierarquias sociais, através da competição e do acúmulo de prestígio entre aqueles que coordenam as cerimônias e mobilizam o trabalho (Hayden 2009; Clark 2005). As etnografias Kaingang, bem como as evidências arqueológicas dos aterros anelares e montículos (onde, como se verá, ocorriam *feastings* funerários), demonstram a importância do caso Jê do Sul para as discussões sobre emergência das sociedades complexas.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: no Capítulo 2, apresento uma revisão das pesquisas realizadas em sítios de aterros anelares. Inicialmente considerados remanescentes de fortificações, tais sítios são agora compreendidos como espaços cerimoniais, seja para sepultamento (no caso dos que apresentam montículos), seja para a realização de outros rituais, além da agregação de populações regionais em eventos de *feasting*.

No Capítulo 3, descrevo as pesquisas especificamente realizadas no município de Pinhal da Serra. Os trabalhos na região estiveram ligados inicialmente à arqueologia de contrato motivada pela construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Posteriormente, iniciou-se um projeto acadêmico de colaboração internacional. Essas pesquisas permitiram definir o sistema de assentamento Jê do Sul na área, que incluía elementos como casas subterrâneas, áreas de atividades específicas representadas apenas por artefatos líticos em superfície, cemitérios e centros cerimoniais representados pelos aterros anelares e montículos. As datas

revelaram um momento de ocupação mais antigo, entre A.D. 800 e 1000, e outro com ocupação mais intensa a partir de A.D. 1200, e especialmente entre A.D. 1400 e 1650.

No Capítulo 4, descrevo as atividades de campo nos sítios de aterros anelares e montículos de Pinhal da Serra. Nos montículos dos sítios RS-PE-21 e RS-PE-29 foram identificadas estruturas funerárias de dois tipos: as piras crematórias e um sepultamento secundário. Em um grande aterro anelar sem montículo do sítio RS-PE-29 a estratigrafia revelou maior esforço construtivo, com terra possivelmente trazida de outros locais. Em dois outros sítios, os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal, recuperou-se grande quantidade de material lítico e, no segundo caso, também de cerâmica. A análise desse material e de sua distribuição nos sítios é apresentada ao final do capítulo. Em ambos os locais houve intensa atividade de debitage, e no sítio Posto Fiscal também se localizaram instrumentos, bem como cerâmica com formas apropriadas para servir e para o consumo. Tudo indica que se realizava uma maior diversidade de atividades e que havia maior elaboração dos ritos funerários nesses sítios.

No Capítulo 5, interpreto o significado da variabilidade dos sítios. Os pequenos aterros anelares com montículos funerários poderiam ser cemitérios de comunidades residenciais vizinhas – conjuntos de casas subterrâneas. Sítios como RS-PE-31 e Posto Fiscal apresentam atributos de cemitérios de alto *status*, dada a elaboração de sua arquitetura e a complexidade das atividades neles realizadas. Os aterros anelares de grandes dimensões e função não funerária seriam centros cerimoniais regionais, construídos e utilizados periodicamente por diversas comunidades residenciais que conformariam uma comunidade simbólica.

Finalmente, no Capítulo 6, os sítios de aterros anelares e montículos são interpretados como parte do sistema de assentamento Jê meridional na área estudada e nas adjacências. Propõe-se que os territórios Jê do Sul estariam estruturados em um padrão hierárquico, a partir de sítios de habitação densos, com muitas casas subterrâneas, ao redor dos quais se disporiam conjuntos menores. Nos limites desses territórios se concentrariam os grandes centros cerimoniais regionais. Esse modelo apresenta analogias com os cacicados Kaingang do século XIX. É sugerido que a arquitetura mortuária teria papel fundamental na trajetória que desembocou em tais cacicados, e teria sido mantida e intensificada em momentos como o contato com os europeus – reforçando as identidades indígenas e a autoridade de suas lideranças nesses momentos de confronto.

2. Histórico das pesquisas nos aterros anelares Jê das terras altas do sul do Brasil

2.1. Misiones

Apesar da concentração de sítios no território brasileiro, as primeiras pesquisas arqueológicas nos aterros anelares e montículos Jê do Sul foram realizadas na província argentina de Misiones no final da década de 1950 pelo arqueólogo Oswald Menghin (1957) e pelo amador Germán Wachnitz (1984). Essas pesquisas tiveram lugar no município de Eldorado, no sítio atualmente designado PM01, constituído por um conjunto de aterros anelares. A maior estrutura se encontra no topo de uma colina: é composta por um grande aterro anelar de 180 m de diâmetro, interrompido a norte e a sul, ponto em que se une a dois aterros paralelos que seguem por 400 m colina abaixo, sugerindo uma avenida de entrada. Um grande montículo de 20 m de diâmetro e 3 m de altura se situava no centro do recinto cercado pelo aterro anelar. A essa grande estrutura se uniam três outros aterros com diâmetros entre 35 e 130 m. Nos arredores dessa estrutura são descritos ao menos três outros aterros anelares de dimensões entre 60 e 105 m, um deles cercando um montículo (Menghin 1957:30; Wachnitz 1984:172-173). A uma distância maior, cerca de 8 km, Wachnitz (1984:176) menciona um aterro com forma quadrangular de 120 x 60 m, sem montículos em seu centro.

As escavações no aterro da estrutura maior revelaram concentrações de seixos, então interpretados como suportes de uma “cerca sagrada” posteriormente substituída pelo círculo de terra (Menghin 1956:33; Wachnitz 1984:173-174). As escavações no montículo revelaram na base deste uma feição com 70 cm de profundidade preenchida por sedimento escuro (Wachnitz 1984:174). Quanto à função do sítio, os responsáveis por estas primeiras pesquisas sugeriram diferentes possibilidades: uma delas seria o uso do local como uma aldeia circular fortificada cercando um espaço cerimonial ocupado pelo montículo funerário, à semelhança das aldeias Jê do Brasil Central, o que foi considerado improvável dada a escassez de material no interior do círculo (Menghin 1956:34; Wachnitz 1984:181); também foi sugerido que o sítio representasse exclusivamente um local de reunião para a realização de danças e festejos (Wachnitz 1984:181).

O sítio PM01 foi recentemente revisitado por Iriarte et al. (2008, 2010). As novas intervenções revelaram as mesmas concentrações de seixos descritas anteriormente, acompanhadas de manchas de terra queimada e grandes carvões. Tais feições passaram a ser

interpretadas como fornos subterrâneos forrados por pedras, do tipo freqüentemente denominado “polinésio”, cujo uso foi registrado nas etnografias de grupos Jê meridionais e do centro-oeste (Iriarte et al. 2008:957; 2010:32-33). A presença de grande número de fornos sugere eventos de consumo conspícuo de grande quantidade de alimentos, acompanhada de bebidas, indicadas pelas formas de cerâmica reconstituídas para o sítio (Iriarte et al. 2008:955; 2010:34). A análise dos restos incrustados no interior de fragmentos de cerâmica permitiu a identificação de fitólitos de milho, o que torna provável que essas vasilhas tivessem sido utilizadas para servir e beber um tipo de *chicha* (Iriarte et al. 2008:954; 2010:30). Tais evidências do consumo de bebidas alcoólicas e de grande quantidade de alimentos levam Iriarte et al. (2008:958-959; 2010:34-35) a interpretar o sítio PM01 como um centro cerimonial onde populações dispersas se reuniam para realizar *feastings* pós-funerários em torno do túmulo de um cacique (cuja única evidência seria a feição abaixo do montículo na descrição de Wachnitz 1984:174), reforçando alianças inter-comunitárias particularmente relevantes na situação de contato inter-étnico em que os grupos Jê do Sul se encontrariam no nordeste argentino.

2.2. Paraná e São Paulo

Na década de 1960, sítios de aterros anelares e montículos passaram a ser objeto de pesquisa arqueológica também no sul do Brasil, sendo de Igor Chmyz (Chmyz et al. 1968; Chmyz 1968) as primeiras notícias a respeito de tais estruturas. Em levantamentos realizados no vale do rio Itararé, o referido arqueólogo registrou, no município paulista de Itaberá, o sítio SP-IP-8, constituído por um muro de formato circular com diâmetro de 40 m e altura de 1,5 m, construído no topo de uma colina (Chmyz et al. 1968:17-20). No entorno desse círculo, colina abaixo, havia numerosos montículos. As escavações não revelaram qualquer material no interior do círculo, e em um dos montículos foi localizada uma urna funerária Tupiguarani, disposta em uma cova sobre a qual o montículo havia sido erguido, construído – assim como o aterro anelar – com terra avermelhada diferente da encontrada no entorno (Chmyz et al. 1968:17-20). O aterro anelar não foi então associado a uma ocupação Jê, e o autor também não apresentou maiores interpretações quanto a sua função.

Em termos de sítios cerimoniais Jê do Sul, são muito mais freqüentes em São Paulo os “cemitérios” compostos por agrupamentos de montículos funerários. Robrahn (1989:56-57)

registrou três sítios dessa categoria no vale do Ribeira, e deve-se ressaltar que em um dos casos contaram-se centenas de montículos construídos com terra e acrescidos de uma cobertura de pedras. Tais cemitérios localizavam-se em topos de colinas destacadas no meio de vales, ao passo que as encostas do entorno eram ocupadas por sítios de habitação, de modo que os cemitérios constituíam um lugar central visível a partir de todos os sítios de uma determinada área, e de onde se podia também dominar visualmente os arredores (Robrahn 1989:114). Araujo (2001) observa uma situação similar na área de Campina de Fora, onde se encontram sítios cerâmicos de superfície muito densos nos divisores de águas, ao redor da planície aluvial, e um sítio cemitério com 25 montículos no sopé da montanha mais proeminente da região. O autor sugere que tal cemitério representaria um lugar central no território Jê que aí se estabeleceu (2001:317-318). Um modelo semelhante é proposto por DeBlasis (2000) para o sítio de montículos funerários Areia Branca, em Itapeva, datado de 1530 ± 40 a 1430 ± 60 BP – o que estende consideravelmente a profundidade temporal da construção de montículos entre os grupos Jê meridionais. De fato, no caso do sudeste de São Paulo e do nordeste do Paraná (cf. Parellada 2005), parece ter se estabelecido um sistema em que os cemitérios com montículos constituíam centros cerimoniais para várias aldeias a céu aberto do entorno, o que ao mesmo tempo se aproxima e se diferencia do padrão com casas subterrâneas associadas a aterros anelares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, algo que será explorado no Capítulo 6.

No Paraná, no médio rio Iguaçu, próximo a conjuntos de casas subterrâneas, Chmyz (1968) registra a existência de muitos montículos aos quais atribui função funerária. No sítio PR-UV-11, os montículos, de forma alongada, estão cercados por um muro de terra de contorno elíptico com cerca de 20 m de comprimento, possuindo todas as estruturas de terra altura de 40 cm (Chmyz 1968:45-47). As escavações revelaram, na base dos montículos, uma camada escura com muitos carvões. Tendo em vista a analogia com os montículos funerários Kaingang, a proximidade de casas subterrâneas e a cerâmica recuperada no sítio, Chmyz (1968:45-47) o interpreta como um cemitério Jê do Sul.

2.3. Santa Catarina

Nesse mesmo período, João Alfredo Rohr (1971) identificou uma quantidade notável de aterros anelares com e sem montículos no planalto leste catarinense, em Urubici e municípios

vizinhos. Os sítios, conhecidos localmente como "terreiros de dança dos bugres", localizavam-se invariavelmente nos topos de morros, e são descritos como "coroas de terra" cercando áreas aparentemente niveladas (Rohr 1971:19). Tais estruturas variavam em diâmetro desde 15 m até 80 m, sendo que as de menores dimensões – entre 15 m e 20 m de diâmetro – cercavam montículos (Rohr 1971:52-54). As escavações realizadas em dois desses sítios revelaram fogueiras, material lítico e cerâmico, incluindo uma pequena vasilha "em forma de cuia" proveniente de um montículo (Rohr 1971:19, Figura 9). Rohr (1971:19) não atribui uma função necessariamente funerária aos montículos, e prefere interpretar os aterros anelares como remanescentes de aldeias fortificadas, dada a posição "estratégica" em pontos altos ocupada pelos mesmos – uma das possibilidades anteriormente levantadas, ainda que descartada, por Menghin e Wachnitz (ver § 2.1).

Durante a década de 1970, no até então mais amplo e sistemático levantamento já realizado de sítios Jê do Sul com casas subterrâneas e outras estruturas de terra no planalto catarinense, Maria José Reis (2007) localizou dois sítios de aterros anelares, ambos de grandes dimensões e sem montículos em seu centro. O primeiro deles, denominado SC-CL-9, no município de Lages, estava situado no topo de uma colina e apresentava um muro circular de terra com 40 cm de altura e 77 m de diâmetro (Reis 2007:60, 237). Curiosamente, no interior do espaço delimitado por essa estrutura havia um conjunto de oito pequenas depressões, possíveis casas subterrâneas. O segundo sítio, denominado SC-CL-37, no município de Ponte Alta do Sul, também apresentava um aterro anelar em topo de colina, acompanhado por um conjunto de seis casas subterrâneas localizadas na vertente. O aterro anelar guarda semelhanças arquitetônicas com o sítio PM01 (ver § 2.1), pois é composto por um grande muro circular de 120 m de diâmetro e 40 cm de altura, com uma abertura a nordeste flanqueada por dois muros paralelos de 60 m de comprimento, dando a impressão de uma avenida de entrada (Reis 2007:72, 238). Dada a ênfase de seu trabalho nas casas subterrâneas, nos aterros resultantes da construção destas e nos possíveis montículos funerários, a autora não apresenta interpretações quanto à função dos aterros anelares, limitando-se a descrevê-los.

Recentemente, muitos dos sítios registrados por Reis nos arredores de São José do Cerrito foram revisitados pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (Schmitz et al. 2010). Além disso, novos sítios foram registrados, incluindo um conjunto com aterros anelares e montículos que passou despercebido por Reis. Tal sítio, denominado SC-CL-94, se encontra em um topo de colina e era originalmente composto por quatro montículos, um dos quais destruído, sendo

dois dos restantes cercados por aterros anelares. A maior estrutura é um aterro anelar raso de 20 m de diâmetro cercando um montículo de 60 cm de altura. A leste deste, distando 56 m, encontra-se outra estrutura construída em um declive: um montículo acompanhado apenas no lado do aclave por uma depressão e um aterro raso, pela descrição semelhante à Estrutura 4 do sítio RS-PE-29 que apresento no próximo capítulo (ver § 4.3.4). Por fim, há um montículo isolado 32 m a oeste da estrutura principal (Schmitz et al. 2010:23-24). As escavações, centradas nos montículos, revelaram apenas material lítico e cerâmico, com poucas concentrações de carvões e seixos dispersos. Schmitz et al. (2010:30-32) observam que o material estava concentrado abaixo de camadas de “saibro amarelado” que corresponderiam à construção dos montículos (algo semelhante ao que ocorre no sítio Posto Fiscal, discutido no próximo capítulo; ver § 4.5), e também apontam semelhanças com o sítio PM01, como a ocorrência de estruturas de combustão com seixos agrupados, embora menos concentrados no sítio SC-CL-94. Para os autores, este conjunto de aterros anelares e montículos possuiria um papel significativo na história de ocupação da região pelos grupos Jê do Sul, permanecendo como um ponto mais duradouro na paisagem do que as casas subterrâneas, sucessivamente ocupadas e abandonadas (Schmitz et al. 2010:32, 74).

No baixo vale do rio Canoas, em trabalho de salvamento por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Campos Novos, foram registrados cinco sítios de aterros anelares e montículos (De Masi 2006, 2009). As intervenções em maior escala se deram no sítio SC-AG-12, constituído por duas estruturas: a maior, um aterro anelar de 60 m de diâmetro, cercava um montículo e uma plataforma de base quadrangular, ao passo que a menor, um aterro anelar de 30 m de diâmetro, cercava dois montículos e estava situado a 80 m de distância a nordeste do círculo maior. As escavações no círculo maior revelaram as mesmas concentrações de pedras notadas no sítio PM01 e interpretadas como fornos; contudo, neste caso os fornos estavam localizados não apenas sob o aterro anelar, mas também no espaço cercado por ele, dispostos em semi-círculo (De Masi 2009:105-107). Na plataforma central foram identificados um revestimento de argila queimada, uma fogueira e outro forno, além de um tarso de cervídeo. Por fim, no montículo, foi possível evidenciar o sepultamento secundário de dois indivíduos cremados, um adulto e uma criança, acompanhados de “um copo e uma tigela” (De Masi 2009:105-107). O inventário da cultura material proveniente do círculo maior é completado por uma grande quantidade de lascas de quartzo, um tembetá e duas estatuetas de argila (De Masi 2009:107). As escavações em um dos montículos do

círculo menor revelaram seis sepultamentos cremados, sendo dois infantis e os restantes de adultos. Os sepultamentos são secundários, constituídos por bolsões de ossos calcinados, mas estão associados a uma pira crematória, identificada pela grande quantidade de carvões na base do montículo (De Masi 2009:108).

Outros sítios da região foram escavados além do sítio SC-AG-12, em alguns casos revelando sepultamentos cremados, em outros não (De Masi 2005:227-229). A existência de sepultamentos cremados nos montículos dos aterros anelares era já conhecida quando da realização dos trabalhos em Campos Novos, tendo sido noticiada pela primeira vez no Rio Grande do Sul durante o salvamento motivado pela construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, projeto sobre o qual discorro no próximo capítulo. Antes disso, a função funerária dessas estruturas era inferida seja por analogia etnográfica, seja por determinadas feições notadas sob os montículos (ver § 2.1 e § 2.2 acima).

De Masi (2006:60-63; 2009:110-111) divide os sítios de aterros anelares em duas categorias: 1) Os cemitérios corresponderiam aos pequenos círculos (entre 15 m e 30 m de diâmetro) cercando montículos, isolados ou em grupos de até quatro; 2) Os “danceiros” corresponderiam às estruturas maiores (entre 50 m e 60 m de diâmetro) e teriam sido utilizados como centros cerimoniais para a perfuração dos lábios dos meninos, conforme evidenciado pelo tembetá encontrado no sítio SC-AG-12 e pelas etnografias dos Xokleng. O rito funerário Xokleng, que será discutido em mais detalhe no capítulo 5, incluía a cremação, o recolhimento dos ossos em um cesto e o sepultamento secundário com construção de um montículo de altura variável conforme o *status* do indivíduo; já o rito de iniciação dos meninos era o momento em que os diversos bandos Xokleng dispersos pelo território se reuniam em uma área cercada, dançavam e bebiam, com a cerimônia culminando na perfuração dos lábios dos meninos para inserção do tembetá – aspectos que tornam plausível a analogia proposta para os sítios do baixo Canoas.

Um último aspecto tratado por De Masi (2006:61-62; 2009:111) que é fundamental para esta dissertação diz respeito às distinções entre os sepultamentos como indicadores de *status*. Para o autor, o fato de que havia apenas dois indivíduos sepultados no montículo do círculo maior acompanhados de oferendas implica que estes possuiriam *status* superior ao daqueles sepultados coletivamente no montículo menor, sem artefatos associados especificamente a um ou outro indivíduo. Apesar de as datas dos sepultamentos apontarem para sua contemporaneidade, o uso do grande aterro anelar como centro cerimonial é anterior, a julgar

pela datação dos fornos de pedra (De Masi 2009:107-108). Para De Masi (2006:62), isso significa que os centros cerimoniais poderiam ser também utilizados como local de sepultamento de indivíduos de posição elevada.

Na região limítrofe com o Rio Grande do Sul, no município de Anita Garibaldi, nove sítios de aterros anelares e montículos foram registrados em trabalhos de contrato – salvamento e medidas compensatórias – relacionados à Usina Hidrelétrica de Barra Grande, no rio Pelotas (Herberts e Müller 2007; Müller 2008). O sítio arquitetonicamente mais complexo é denominado SC-AG-99: localizado em um topo de morro com vista para o Pelotas, apresenta dois semi-círculos em alto-relevo interceptando-se e cercando três montículos, nos quais não se encontraram sepultamentos, apenas material lítico e cerâmico (Müller 2008:17). Já o sítio SC-AG-100 apresenta semelhanças marcadas com o sítio PR-UV-11 (ver § 2.2): situado próximo ao topo de um morro, trata-se de um aterro em forma de U ao redor de quatro montículos alongados, medindo toda a estrutura cerca de 35 x 25 m. Em um dos montículos foram recuperados, aos 45 cm de profundidade, grandes carvões formando uma fogueira com as madeiras ainda preservadas na posição original, em associação com pequenos ossos calcinados muito frágeis (Müller 2008:46-48). Duas vasilhas remontadas (Müller 2008:48) provenientes desse contexto apresentam formas semelhantes às encontradas nos aterros anelares escavados por Rohr e De Masi.

Os demais sítios são constituídos por estruturas circulares cercando montículos, podendo aparecer isoladas ou em pares. O sítio SC-AG-98, em um topo de morro com vista para o Pelotas, compõe-se de um aterro anelar de 34 m de diâmetro ao redor de um montículo. As escavações neste revelaram dois sepultamentos: o mais superficial era um sepultamento secundário de ossos calcinados de dois indivíduos, depositados em um pacote de solo escuro com forma circular, possivelmente reflexo do recipiente em que os ossos haviam sido transportados (Müller 2008:40-42). Junto a este sepultamento, foram recuperados, além de um tortual de fuso, fragmentos de duas vasilhas, de forma idêntica às provenientes de outros montículos: uma "cuia com abertura restrita" e uma "tigela" (Müller 2008:42). Em maior profundidade, na base do montículo, havia muitos carvões, troncos queimados e nós de pinho associados a ossos calcinados e cercados por argila queimada, sugerindo uma pira funerária preservada *in situ* (Müller 2008:43-44). Já o sítio SC-AG-108 é constituído por dois aterros anelares com 19 m e 15 m de diâmetro, cada um cercando um montículo. Em ambos os montículos foram evidenciados sepultamentos: no primeiro, dois indivíduos aparentemente

cremados no próprio local, dada a disposição anatômica dos ossos, mas com poucos carvões; no segundo, um sepultamento secundário na forma de uma pequena concentração de ossos calcinados (Müller 2008:49-52). As estruturas desse sítio parecem ter sido construídas com terra local, observando-se um rebaixamento do nível do terreno entre os aterros anelares e os montículos.

Müller (2008:137) encontra poucas evidências de distinções sociais nos sepultamentos da área em questão, sugerindo que, entre os grupos Jê meridionais que habitaram a região, todos os indivíduos eram cremados e sepultados em montículos cercados por estruturas anelares, utilizando como argumento: 1) o grande número de tais estruturas; 2) os múltiplos sepultamentos no mesmo montículo; e 3) a presença de alguns indivíduos muito jovens – conforme as estimativas de idade da análise dos ossos realizada pela autora – sepultados em montículos. Contudo, resta explicar as variações dos aterros anelares quanto a dimensões, formas arquitetônicas e acompanhamentos funerários, e é preciso lembrar que a presença de infantes em contextos funerários interpretados como de *status* elevado é justamente um dos indicadores de posição social herdada, não adquirida, apontando para a existência de hierarquias mais formais, um argumento já apresentado por De Masi (s.d.) para o caso do sítio SC-AG-12. A base teórica para correlações entre contextos funerários e organização social será discutida no capítulo 5.

2.4. Rio Grande do Sul

Em meados da década de 1980, quando já se havia planejado a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, Pedro Mentz Ribeiro (Ribeiro e Ribeiro 1985) realizou os primeiros trabalhos de salvamento arqueológico no lado do Rio Grande do Sul, e também levantamentos na região do entorno da usina, que na época pertencia unicamente ao município de Esmeralda. Durante esses primeiros trabalhos na região foram noticiados três sítios de aterros anelares, então denominados “estruturas” (Ribeiro e Ribeiro 1985:61). Todos se localizavam em áreas planas de topos de morros, e Ribeiro nota que as estruturas parecem ter sido construídas com terra do próprio local. Dois dos sítios apresentam estruturas com forma circular, de 50 m e 70 m de diâmetro, ao passo que o terceiro possuía dois círculos unidos a uma “figura trapezoidal”, sendo que um dos círculos e o trapézio cercavam montículos (Ribeiro e Ribeiro 1985:61). Supondo que os montículos pudessem ser funerários,

Ribeiro realizou análise de Ph do sedimento de um destes, que não apresentou qualquer diferença significativa com o sedimento do entorno (Ribeiro e Ribeiro 1985:80, 91). Referindo-se aos trabalhos de Menghin e Rohr, e baseando-se em suas próprias escavações, que revelaram material cerâmico e fogueiras no interior dos círculos, Ribeiro acaba por concluir que as “estruturas” seriam locais de antigas aldeias cercadas por paliçadas, embora sem descartar que algumas pudessem ter funções distintas (Ribeiro e Ribeiro 1985:90-91). As pesquisas de Ribeiro foram a base para o trabalho do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NuPArq) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tema do próximo capítulo.

Desde o início das pesquisas nos sítios Jê do Sul compostos por aterros anelares, houve refinamentos na interpretação de tais estruturas, existindo agora um consenso de que se tratem de centros cerimoniais, seja para sepultamento (no caso de sítios com montículos), seja para ritos de outra natureza. Na Figura 2.1 pode-se observar a dispersão dos sítios dessa categoria em relação aos demais sítios Jê meridionais. Nos casos em que não se encontram informações sobre as coordenadas dos sítios, apenas foram indicados os limites dos municípios em que foram registrados. Embora haja uma concentração evidente de sítios no planalto leste catarinense e em parte do Rio Grande do Sul, tais estruturas não deixam de ocorrer mesmo em regiões tão distintas quanto a selva missioneira ou o planalto de São Paulo, áreas onde elementos como as grandes aglomerações de casas subterrâneas, que ocorrem em profusão nas terras altas catarinenses e rio-grandenses, são raras ou inexistentes. Para além desse compartilhamento da linguagem arquitetônica dos aterros anelares e montículos, há ainda uma notável semelhança em outros elementos da cultura material, seja pelos fornos de pedra, seja pelas pequenas vasilhas para consumo individual, como fica claro ao se comparar os sítios PM01 e SC-AG-12.

Figura 2.1. Sítios de aterros anelares no sul do Brasil.

3. O projeto de pesquisas em Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul, de 2001 a 2011

O município de Pinhal da Serra está localizado no Planalto das Araucárias, próximo ao rio Pelotas e à divisa com Santa Catarina (Figura 3.1). A altitude na área pesquisada varia de 500 m a 1000 m acima do nível do mar, e o clima é temperado úmido, com temperatura média anual de 15,2 °C e precipitação anual de 1412 mm (Guarino 2010:7). A vegetação natural da região é composta por uma combinação de floresta estacional decidual nas margens do rio Pelotas e floresta ombrófila mista (com *Araucaria angustifolia*) nas maiores altitudes, onde ocorrem também campos naturais (Guarino 2010:7).

Como comentado no capítulo anterior, as primeiras pesquisas na área foram realizadas por Pedro Mentz Ribeiro (Ribeiro e Ribeiro 1985) quando Pinhal da Serra ainda era distrito do município de Esmeralda. Por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, a partir de 2001, os trabalhos de prospecção e salvamento ficaram a cargo da equipe do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NuPARq) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob coordenação da arqueóloga Silvia Copé. Devido à destruição inadvertida de sítios arqueológicos que já haviam sido registrados no canteiro de obras, a empresa responsável pela hidrelétrica também financiou a escavação de novos sítios como medida compensatória. Esses trabalhos de contrato revelaram uma densa ocupação Jê do Sul na área, e a escavação de sítios de distintas categorias – líticos, lito-cerâmicos, conjuntos de casas subterrâneas, aterros anelares e montículos – permitiu um refinamento na compreensão da ocupação da área, gerando novos modelos (ver Copé et al. 2002; Saldanha 2005; Copé 2007a).

Esses novos modelos contrastam com o histórico-culturalismo expresso no trabalho de Pedro Mentz Ribeiro (Ribeiro e Ribeiro 1985:89-92): além da definição de uma nova fase (denominada Guabiju) da Tradição Taquara a partir da cerâmica coletada em Pinhal da Serra, o autor enfatiza a homogeneidade da referida tradição (apontando, por exemplo, para a semelhança dos aterros anelares e montículos da área com aqueles pesquisados por Menghin e Chmyz) e resume a história da ocupação da região em uma sucessão das Tradições Umbu, Humaitá e Taquara. Essa ênfase na história cultural levou o autor a classificar, por exemplo, sítios sem cerâmica, mas com material lítico semelhante aos sítios com cerâmica (como notado pelo próprio, cf. Ribeiro e Ribeiro 1985:90), como pertencentes a um período pré-

cerâmico, e não como áreas de atividades específicas dos grupos ceramistas, atribuindo-os à Tradição Humaitá.

Os trabalhos da equipe do NuPArq/UFRGS foram, por outro lado, guiados por uma perspectiva sistêmica em que se procurou compreender a variabilidade dos sítios arqueológicos como resultante de distintas atividades no sistema de assentamento do mesmo grupo. Assim, foi priorizada a amostragem de diferentes categorias de sítios: 1) as estruturas semi-subterrâneas (popularmente conhecidas como “casas subterrâneas”); 2) os sítios lito-cerâmicos superficiais; 3) os sítios líticos superficiais; 4) os aterros anelares e montículos.

As estruturas ou casas semi-subterrâneas são encontradas predominantemente em cotas altas, acima dos 800 m de altitude, em zonas de transição entre os campos e a floresta ombrófila mista. A maioria dos sítios é composta de 1 ou 5 estruturas, embora existam conjuntos de 6, 15, 19 e até 23 estruturas semi-subterrâneas. Nesses conjuntos, há uma predominância de estruturas pequenas e médias, entre 2 e 8 m de diâmetro (Copé et al. 2002; Saldanha 2005:72-75; Copé 2007a:25-26). Saldanha (2005:72-75) observou uma tendência nos sítios com densidade média e alta de estruturas (mais de 5 casas subterrâneas) para uma inclusão de maior número de estruturas pequenas. Também foi possível perceber que nos sítios com muitas casas, estas haviam sido construídas todas sobre um único terraceamento com o objetivo de nivelar o terreno, o que Saldanha (2005:73) interpreta como indicativo da contemporaneidade no uso das diferentes estruturas e do planejamento prévio de sua disposição e construção como um todo. Por outro lado, a escavação em um sítio (RS-PE-11) com oito casas subterrâneas demonstrou que em duas das casas houve ao menos dois momentos distintos de ocupação separados por camadas estéreis (Saldanha 2005:75-78). Em Vacaria, Schmitz et al. (2002) encontraram evidências de descontinuidade na habitação de diferentes estruturas do mesmo conjunto de casas subterrâneas, conforme se depreende das datas que sugerem abandonos, reocupações e construção de novas estruturas. Schmitz et al. (2002:102) sugerem, ao menos para o caso de Vacaria, que poucas casas seriam simultaneamente ocupadas em cada sítio, e que haveria uma rotatividade entre os diferentes sítios de casas subterrâneas através da qual o grupo manteria o seu território. Um caso diferente é o de Bom Jesus, onde as escavações efetuadas por Copé (2006) revelaram, em duas estruturas, camadas ininterruptas de ocupação com datações que se estendem por mais de 500 anos sem solução de continuidade. A autora também nota a ocorrência de agrupamentos não-aleatórios de sítios de casas subterrâneas, cada um tendo como "centro" um

sítio com uma estrutura de grandes dimensões – como o sítio RS-AN-03, escavado pela autora, que contava com uma casa de 18 m de diâmetro (Copé 2006:345-357, 2007a:23-25; cf. também Saldanha 2008:91-92). Tudo isso aponta para um grau muito maior de sedentarismo e territorialização em Bom Jesus. Vê-se, assim, que nessas duas regiões vizinhas a Pinhal da Serra há evidências tanto contrárias quanto favoráveis à maior permanência nos sítios de habitação. Considerando as dimensões do território Jê do Sul, é razoável supor que houvesse variações nesse sentido.

Os sítios lito-cerâmicos são variados em termos de dimensões: os sítios maiores, com concentrações densas de artefatos, grande diversidade artefactual, e micro-estruturas de fogueira parecem corresponder a habitações, com a dispersão do material sugerindo descarte primário de unidades domésticas, enquanto os sítios menores, muito variados (alguns com, outros sem micro-estruturas de fogueira e negativos de postes) mas com menor diversidade de artefatos, poderiam corresponder a lugares de atividades específicas de diferentes tipos, como acampamentos ou habitações temporárias de famílias nucleares (Copé et al. 2002; Saldanha 2005:93-103; Copé 2007a:26).

Os sítios líticos superficiais apresentam concentrações esparsas de grandes artefatos bifaciais, sem micro-estruturas como fogueiras ou bolsões de lascamento. Concentram-se em altitudes baixas, nas encostas próximas à calha do rio Pelotas. Ao contrário do que supunha Ribeiro, atualmente é possível interpretar esses sítios como áreas de atividades específicas dos ceramistas, possivelmente ligadas à abertura de roças e ao cultivo (Saldanha 2005:103-110; Copé 2007a:26-27). Tal associação é demonstrada pela presença, nesses sítios, dos mesmos tecno-tipos identificados nos sítios considerados de habitação – lito-cerâmicos ou de estruturas semi-subterrâneas – somado ao fato de que, nos sítios de habitação, encontra-se grande quantidade de debitage e de lascas de façongem, o que sugere que os instrumentos eram fabricados nas áreas domésticas e então transportados às áreas onde eram utilizados (Copé et al. 2002; Saldanha 2005:111-113).

Quanto aos aterros anelares e montículos, a escavação do sítio RS-PE-21 (Copé et al. 2002; ver § 4.1) revelou um sepultamento cremado, confirmando a função funerária dos mesmos e descartando a hipótese das “aldeias fortificadas” sustentada por Ribeiro. É importante destacar que, apesar de todos esses sítios serem atribuíveis a uma ocupação Jê meridional, há pelo menos um sítio (Ribeiro e Ribeiro 1985:76, 81) cujo material lítico apresenta características tecnológicas da Tradição Umbu, incluindo a presença de pontas de projétil.

Utilizando esses dados e combinando abordagens processuais e pós-processuais, Saldanha (2005) propôs um modelo da ocupação Jê do Sul em Pinhal da Serra. O autor sugere que os diferentes compartimentos ambientais da área em questão teriam sido aproveitados de modo distinto: as áreas com floresta estacional decidual, relevo íngreme e baixas altitudes próximas ao rio Pelotas, onde se encontram os sítios líticos, seriam locais de pesca, coleta de matéria-prima e cultivo. A área de transição entre a floresta ombrófila mista e os campos, onde se localiza a maioria dos conjuntos de casas subterrâneas, seria preferencialmente utilizada para habitação e para a coleta do pinhão. Por fim, haveria uma zona “inóspita” nas altitudes mais elevadas, onde predominam os campos, que poderia ter sido utilizada como território de caça (Saldanha 2005:140-145).

O autor nota ainda um sistema de visibilidade entre os sítios com estruturas construídas: tanto os conjuntos de casas subterrâneas quanto os centros cerimoniais se situam em locais altos com domínio visual do entorno, embora haja diferenças nos tipos de sítios que podem ser visualizados. Saldanha (2005:134-137) nota que dos aterros anelares e montículos há uma visibilidade restrita, pois apenas outros sítios cerimoniais podem ser vistos a partir deles. A análise de trânsito realizada pelo autor também apresentou resultados significativos: os sítios de casas subterrâneas se encontram justamente ao longo das rotas menos dispendiosas de movimentação pelo terreno, ao passo que os centros cerimoniais – aterros anelares e montículos – estão localizados nos “pontos nodais”, lugares onde tais rotas convergem (Saldanha 2005:138-140). Ou seja, transitando de um sítio de habitação a outro, sempre se depara com um sítio cerimonial, como se estes demarcassem a entrada em um território. Tudo isso parece apontar para um alto nível de estruturação da paisagem que é confirmado pelo autor em uma análise de menor escala, a partir de um conjunto que inclui um sítio de casas subterrâneas (RS-PE-11) e um sítio de aterros anelares e montículos (RS-PE-21). Ambos estão localizados no mesmo topo de morro; contudo, as casas subterrâneas estão em um ponto mais elevado, de onde se pode visualizar todo o entorno, ao passo que os aterros anelares e montículos se encontram a leste, em um patamar mais baixo logo antes da vertente e com visão mais limitada. Saldanha (2005:154-158) argumenta que, no movimento entre um lugar e outro, seus ocupantes teriam constantemente recriado a divisão entre habitação e cemitério, alto e baixo, oeste e leste, além de outras dualidades tão características dos povos Jê.

Em um artigo mais recente, Saldanha (2008) elabora o significado desses pequenos agrupamentos de sítios de habitação e cemitérios. Comparando com a região de Bom Jesus, o

autor conclui que em Pinhal da Serra a paisagem Jê do Sul teria sido mais "fechada", dividida entre pequenos grupos domésticos com estruturas funerárias específicas. O pertencimento a esses grupos seria determinado pela descendência: o sepultamento dos mortos nas estruturas anelares os separaria socialmente do mundo dos vivos, mas ao mesmo tempo os inscreveria permanentemente como pontos fixos na paisagem, permitindo a seus descendentes a referência, através dos monumentos funerários, a uma série de ancestrais identificáveis (Saldanha 2008:93-94). Se a paisagem de Pinhal da Serra estava dividida entre esses vários grupos domésticos, Saldanha (2005:123-130; 2008:91) também nota que haveria desigualdades entre os mesmos: diferenças nas dimensões das estruturas funerárias poderiam indicar acesso desigual à força de trabalho e um certo grau de centralização sócio-econômica, com alguns grupos domésticos ocupando posições hierárquicas superiores.

Essa primeira etapa de pesquisas em Pinhal da Serra permitiu a construção de modelos que se inserem em um movimento recente da arqueologia Jê no planalto meridional brasileiro, em que tem sido privilegiado o estudo de sistemas de assentamento e organização sócio-política. No baixo vale do rio Canoas, os dados provenientes do salvamento arqueológico na hidrelétrica de Campos Novos, ocorrido no mesmo período, motivaram De Masi (2005, 2006) a propor um modelo semelhante: os tipos de sítios foram classificados conforme categorias funcionais. Assim, sítios lito-cerâmicos, conforme seu tamanho, foram interpretados como aldeias pequenas, médias ou grandes; sítios líticos com grandes artefatos bifaciais (anteriormente classificados como da Tradição Humaitá) foram interpretados como áreas de cultivo; sítios líticos com pontas de projétil foram interpretados como acampamentos para caça; sítios de estruturas subterrâneas foram interpretados como desempenhando alguma função ligada à estocagem de alimentos; por fim, os aterros anelares e montículos foram interpretados, conforme seu tamanho, como centros cerimoniais ou cemitérios – sendo que as distinções em acompanhamentos funerários, número de indivíduos sepultados e tamanho dos aterros foram interpretadas como reflexo de uma sociedade estratificada (ver § 2.3). Em uma discussão mais explicitamente processual, De Masi (2005, 2006) ressalta que esses diferentes elementos do sistema de assentamento apontariam para uma estratégia mais *collector* do que *forager* (cf. Binford 1980), como seria esperado para regiões temperadas com distribuição desigual de recursos.

Conforme já comentado, a interpretação em termos funcionais da variabilidade de sítios, as evidências de mobilidade reduzida, a marcada territorialidade dos grupos Jê meridionais e a

expressão de suas relações sociais através da arquitetura foram temas também tratados no projeto de Copé (2006) em Bom Jesus. Esse panorama mostra como o atual “estado da arte” em estudos de sistema de assentamento Jê do Sul contrasta bastante com modelos anteriores (e.g. Schmitz 1988; Schmitz e Becker 1991), em que se supunha menor complexidade sócio-política e maior mobilidade.

Com o encerramento dos trabalhos de arqueologia de contrato em Pinhal da Serra, iniciou-se uma nova fase de pesquisas em parceria com a Universidade de Exeter, Reino Unido, e as Universidades da Carolina do Sul e do Arkansas, Estados Unidos, em um projeto coordenado pelos Drs. José Iriarte e Silvia Copé. Dentro do âmbito desse projeto, que conta com financiamento da Wenner-Gren Foundation e tem como título *Sacred Places and Funerary Rites: The Longue Durée of Southern Jê Monumental Landscapes*, foram realizados levantamentos topográficos detalhados dos sítios arqueológicos, bem como prospecções geofísicas e escavações em três sítios de aterros anelares e montículos – os sítios RS-PE-29 (§ 4.3.3), Gine (§ 4.4) e Posto Fiscal (§ 4.5). Entre os principais objetivos da colaboração internacional está a investigação da emergência de hierarquias sociais entre os grupos Jê meridionais e sua materialização nos ritos mortuários, *feastings* e outros elementos da paisagem arqueológica, além da exploração da rica etnografia pertinente aos Kaingang, um dos poucos povos ameríndios entre os quais se pôde observar a construção de montículos durante o período de contato (Iriarte et al. 2011).

Na Figura 3.1 pode-se observar a distribuição dos sítios na área nuclear do projeto de Pinhal da Serra, bem como alguns aspectos comentados neste capítulo: a proximidade dos sítios líticos em relação ao rio, os aterros anelares em topos de morros e a proximidade destes com os conjuntos de casas subterrâneas. Na Tabela 3.1 estão listadas as datas obtidas para os sítios de Pinhal da Serra, e na Figura 3.2 as mesmas aparecem calibradas. Há dois momentos de ocupação da região: o primeiro deles, que se dá no período entre aproximadamente A.D. 800 e 1000, inclui dois sítios de casas subterrâneas (RS-PE-11 e RS-PE-41) e um sítio com aterros anelares e montículos (Posto Fiscal) – de modo que os principais elementos do sistema de assentamento já estão presentes nesse período. Entre aproximadamente A.D. 1000 e 1200, existe um aparente hiato na ocupação da região, embora essa ausência de sítios não seja notada em regiões do entorno, conforme será discutido no Capítulo 6. O segundo momento de ocupação da região se dá após A.D. 1200, embora a maior parte dos sítios seja datada entre

A.D. 1400 e 1650, quando casas subterrâneas (RS-PE-10, RS-PE-26 e RS-PE-28), sítios lito-cerâmicos (RS-PE-12) e aterros anelares e montículos (RS-PE-21, RS-PE-29 e Posto Fiscal) estão em uso simultaneamente. Assim, é no período que imediatamente antecede o contato que se dá um maior adensamento na ocupação de Pinhal da Serra por grupos Jê do Sul, e estes podem ter mantido o mesmo sistema de assentamento na área até os primeiros decênios do século XVII.

Legenda

- Casas subterrâneas
- Lito-cerâmicos
- Aterros anelares (e montículos)
- ▲ Líticos

Figura 3.1. Sítios de Pinhal da Serra, RS. Sítios de aterros anelares e montículos: 1) RS-PE-21; 2) RS-PE-31; 3) RS-PE-29; 4) Gine; 5) Posto Fiscal; 6) Chico Carneiro; 7) João Fidêncio; 8) Otolindo Duarte.

Nome do sítio	Tipo de sítio	RCY BP		Cal. AD (2σ)
RS-PE-41	Casas subterrâneas	1200 ± 40		690-950
RS-PE-11	Casas subterrâneas	1140 ± 40		780-990
Posto Fiscal	Aterros e montículos	1070 ± 40	Beta-303594	890-1020
RS-PE-28 A	Casas subterrâneas	650 ± 55	SI-6563	1270-1400
RS-PE-26 A	Casas subterrâneas	635 ± 45	SI-6561	1280-1400
RS-PE-29 3A	Aterros e montículos	490 ± 40	Beta-242869	1320-1465
RS-PE-10 A	Casas subterrâneas	465 ± 40	SI-6558	1330-1610
RS-PE-12	Lito-cerâmico	460 ± 40	Beta-242871	1400-1615
RS-PE-28 A	Casas subterrâneas	420 ± 55	SI-6562	1410-1630
RS-PE-10 A	Casas subterrâneas	390 ± 50	SI-6556	1435-1635
Posto Fiscal	Aterros e montículos	370 ± 30	Beta-309037	1450-1630
RS-PE-10 B	Casas subterrâneas	355 ± 50	SI-6559	1450-1640
RS-PE-21	Aterros e montículos	350 ± 40	Beta-242868	1455-1640
RS-PE-29 3A	Aterros e montículos	340 ± 40	Beta-242860	1460-1640
Posto Fiscal	Aterros e montículos	330 ± 30	Beta-304479	1480-1640

Tabela 3.1. Datas radiocarbônicas de Pinhal da Serra. Calibração com base na curva de Stuiver e Reimer (1993).

Figura 3.2. Datas calibradas dos sítios de Pinhal da Serra (elaborado com o *Calib 6.1* com base em Stuiver e Reimer 1993). Aparece destacado o hiato entre AD 1020 e 1270.

4. Sítios analisados nesta dissertação: trabalhos de campo e de laboratório

4.1. RS-PE-21 ou Leopoldo VII

O sítio RS-PE-21 foi localizado e trabalhado em 2001 pela equipe do NuPArq/UFRGS por ocasião do levantamento ao longo da estrada que seria ampliada entre a sede do município de Pinhal da Serra e a hidrelétrica de Barra Grande.

O sítio se localiza em uma área plana a 900 m de altitude, antes da escarpa de um morro, proporcionando uma ampla vista em direção a leste e a norte (Figura 4.2). Consiste em dois aterros anelares, cada um cercado um montículo. Essas duas estruturas, denominadas A e B, medem respectivamente 20 m e 15 m de diâmetro, e estão separadas por cerca de 25 m em sentido nordeste-sudoeste (Figura 4.1).

A escavação se concentrou na estrutura A, onde foi aberta, a partir do montículo, uma trincheira de 10 x 1 m no sentido norte-sul, cruzando o montículo central, o espaço interno da estrutura e o aterro anelar, atingindo ainda parte da área externa (Figuras 4.1 e 4.3). Pouco material arqueológico foi encontrado fora do montículo, restringindo-se a alguns fragmentos de cerâmica. No montículo, foram também localizados fragmentos ainda articulados de uma mesma vasilha aos 17 cm de profundidade (Figura 4.4). Trata-se de uma pequena vasilha em forma de meia-calota com 10 cm de diâmetro (Figura 4.5), cuja função sugerida é em atividades de consumo e pode, nesse caso, estar presente no montículo como oferenda ao morto. No centro do montículo, aos 45 cm de profundidade, foi possível delimitar uma micro-estrutura de combustão contendo muitos carvões, ossos calcinados e concreções de terra queimada (Figuras 4.6 e 4.7). A terra queimada se encontra ao redor e também abaixo da micro-estrutura de combustão, indicando que esta atingiu uma temperatura muito alta (Copé et al. 2002; Saldanha 2005). O carvão recolhido dessa micro-estrutura forneceu uma data de 350 ± 40 B.P., Cal. A.D. 1450-1630 (Beta-242868).

Naquele momento inicial dos trabalhos em Pinhal da Serra, a escavação do sítio RS-PE-21 trouxe dados inéditos para a arqueologia Jê do Sul, confirmando a função funerária dos aterros anelares e montículos. Foi possível, a partir das evidências da fogueira com ossos calcinados, definir o padrão de sepultamento nesses sítios: constatou-se que a cremação havia sido realizada em uma depressão escavada no solo, atingindo altas temperaturas. Ainda em brasa, a pira funerária teria sido coberta pela construção do montículo, preservando-se

carvões, ossos e sedimento calcinado (Copé et al. 2002; Saldanha 2005). A pequena vasilha encontrada no montículo foi o único acompanhamento funerário que se pôde observar. A quase ausência de material arqueológico no sítio levou à constatação de que poucas atividades eram ali realizadas – com exceção do rito funerário – ou de que essa área era mantida limpa.

Esse sítio foi retomado entre 2009 e 2011, já dentro do âmbito do projeto internacional. Nele foram realizadas as aulas práticas do curso de prospecção arqueogeofísica ministrado pelo Dr. Jami Lockhart (Universidade do Arkansas). Durante o curso foram coletados dados através de quatro diferentes tecnologias. A resistência elétrica proporcionou uma visão clara dos dois aterros anelares com seus respectivos montículos (Figura 4.8), que aparecem como áreas mais resistentes. Seguindo esse padrão, o Dr. Lockhart identificou outras possíveis estruturas, que aparecem como contornos semi-circulares e lineares na imagem da resistência elétrica, e que hoje seriam imperceptíveis no terreno (Figura 4.9) (Copé 2011). Essa possível superposição de estruturas, se confirmada, apontaria para um padrão recorrente, exemplificado por outros sítios, como o RS-PE-31 (§ 4.2) e o Posto Fiscal (§ 4.5), sendo que neste último caso as datações radiocarbônicas confirmaram a existência de uma longa sequência de construção.

Figura 4.1. Planta topográfica e planta baixa do sítio RS-PE-21, com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.2. Vista do sítio RS-PE-21 em direção a norte e a leste.

Figura 4.3. Escavações no sítio RS-PE-21.

Figura 4.4. Fragmentos de cerâmica encontrados no montículo, sítio RS-PE-21.

Figura 4.5. Vasilha reconstituída, sítio RS-PE-21.

Figura 4.6. Sepultamento evidenciado no sítio RS-PE-21: estrutura de combustão com ossos calcinados.

Figura 4.7. Planta da micro-estrutura de cremação localizada no montículo da Estrutura A, sítio RS-PE-21. Notar a grande quantidade de terra queimada, que indica que a cremação foi realizada no local.

Figura 4.8. Imagem da resistência elétrica no sítio RS-PE-21. Áreas escuras representam maior resistência.

Figura 4.9. Interpretação da imagem anterior. Além das duas estruturas anelares evidentes, outras feições lineares e semi-circulares podem ser vistas.

4.2. RS-PE-31 ou Orival da Costa

O sítio RS-PE-31 foi inicialmente descrito e escavado por Ribeiro, que, a partir do solo coletado em um dos montículos, realizou análises de Ph que não revelaram qualquer diferença entre este e o solo adjacente, excluindo, para o arqueólogo, a possibilidade de a estrutura possuir caráter funerário (Ribeiro e Ribeiro 1985). A equipe do NuPArq/UFRGS retornou ao local para novas intervenções em 2007, como parte das medidas compensatórias pela destruição de sítios no canteiro de obras da hidrelétrica.

O sítio é composto por uma estrutura complexa: um grande aterro anelar, de 40 m de diâmetro, cercando um montículo; ao aterro anelar se une, a sudeste, um aterro quadrangular, de contorno próximo a um trapézio, com 30 m de comprimento e 15 m de largura máxima. Emoldurado por esse aterro quadrangular, encontra-se outro montículo. Ainda ligado ao grande aterro anelar existe um segundo círculo, de 20 m de diâmetro, com um montículo em seu centro (Figura 4.10). Essa estrutura arquitetonicamente complexa está localizada no topo plano de um morro, a cerca de 930 m de altitude, com ampla visibilidade dos arredores em todas as direções. Atualmente a área é de pasto, embora metade do aterro anelar maior esteja coberta por um bosque (Figuras 4.11 e 4.12).

As intervenções se deram a partir de uma linha estabelecida em sentido norte-sul cobrindo amostras de diferentes pontos: áreas externas e internas das estruturas, aterros e montículos. Foram escavados, assim, tanto os espaços no interior e no exterior do aterro anelar menor e do aterro quadrangular, quanto o topo dos montículos cercados por esses aterros, bem como o topo dos próprios aterros (Figura 4.10). Encontrou-se pouco ou nenhum material arqueológico em quase todas as áreas, com exceção de um ponto localizado entre o aterro circular menor e o aterro quadrangular, o que sugeriu que as áreas cercadas pelos aterros eram mantidas limpas, ao passo que as atividades nesse tipo de sítio se realizavam nas áreas externas. Devido à quantidade de material arqueológico encontrado, ampliou-se a área escavada entre os dois aterros, inicialmente de apenas uma quadrícula de 1 x 1 m, para 4 m². O material se concentrava entre 10 e 20 cm de profundidade, e era composto principalmente por pequenas lascas de quartzo. Muitas concentrações de carvão foram notadas associadas a esse material, e algumas peças possuíam alteração térmica. No setor noroeste da área escavada, foi evidenciado um aglomerado de blocos de basalto, conformando uma possível micro-estrutura de fogueira (Figuras 4.13 e 4.15).

No topo do montículo que se encontra no centro do aterro anelar menor, entre 10 e 15 cm de profundidade, foi observada uma mancha cinza com uma concentração de carvões de grandes dimensões, que se supôs corresponder ao início de uma estrutura funerária (Figura 4.14). Contudo, o prosseguimento das escavações nesse montículo não revelou quaisquer ossos calcinados ou outros indícios de sepultamento. É possível que isso se deva ao pequeno tamanho da área escavada no montículo (1 x 1 m) ou ao mal estado de conservação do sítio.

Figura 4.10. Planta topográfica e planta baixa do sítio RS-PE-31, com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.11. Morro em cujo topo se encontra o sítio RS-PE-31.

Figura 4.12. Vista do sítio RS-PE-31 em direção a norte.

Figura 4.13. Concentração de debitage e de grandes blocos de basalto entre o aterro quadrangular e o círculo menor, sítio RS-PE-31.

Figura 4.14. Mancha com muitos carvões nos primeiros níveis do montículo do círculo menor, sítio RS-PE-31.

Figura 4.15. Planta da área escavada com concentração de material entre o aterro quadrangular e o círculo menor, sítio RS-PE-31.

4.3. RS-PE-29 ou Avelino Vieira

O sítio RS-PE-29 está entre os visitados e escavados por Ribeiro durante suas prospecções no então município de Esmeralda (Ribeiro e Ribeiro 1985). A equipe do NuPARq/UFRGS passou a trabalhar no local a partir de 2007, constatando que o que Ribeiro havia descrito como um grande aterro anelar de 80 m de diâmetro fazia parte, na verdade, de um complexo agrupamento de aterros e montículos construídos sobre o topo alongado de um mesmo morro (Figura 4.16). A estrutura maior está cercada por outras três, sendo duas delas compostas por pares de aterros anelares e montículos e a restante por um montículo isolado. Sobre o mesmo platô, encontram-se uma possível casa subterrânea e uma área de material lítico e cerâmico em superfície.

Figura 4.16. Conjunto de aterros anelares e montículos que constituem o sítio RS-PE-29 (Google Earth).

4.3.1. Estrutura 1

Descrita e escavada originalmente por Ribeiro (Ribeiro e Ribeiro 1985), a Estrutura 1 foi revisitada pela equipe do NuPARq/UFRGS a partir de 2007, como parte das medidas compensatórias. Trata-se do maior aterro anelar da região, com 80 m de diâmetro, mas sem montículo em seu centro (Figuras 4.17 e 4.20). Esse aterro anelar está localizado na parte central do topo alongado de um morro, a cerca de 920 m de altitude, dentro de um bosque. A

proximidade da escarpa do morro, que em parte delimita a estrutura, proporciona ampla visibilidade a partir dela, em especial em direção ao oeste (Figuras 4.18 e 4.19).

O objetivo das novas intervenções era compreender o processo construtivo da estrutura. Para tanto, foi estabelecida uma linha cortando o interior da estrutura, o aterro, e o exterior. A partir dessa linha, foi escavada uma trincheira de 6 x 1 m cortando o aterro e outra trincheira com as mesmas dimensões na área central da estrutura. Posteriormente, foi ainda escavada uma quadrícula de 1 x 1 m entre essas duas trincheiras (Figuras 4.17 e 4.21).

Percorrendo o sítio, foi possível observar que o aterro marca uma ruptura no terreno: especialmente a partir de seus limites oeste e norte há declives abruptos do terreno, em contraste com a área quase plana do interior da estrutura. O aterro parece ter sido construído, portanto, sobre uma plataforma isolada em relação ao terreno que a circunda. Foram elaboradas, antes da escavação, algumas hipóteses a serem testadas sobre como teria se dado a construção dessa estrutura: 1) por terraplanagem, ou seja, pelo corte das irregularidades do terreno, aplainando a plataforma, e pelo uso do sedimento retirado para construir o aterro; 2) por aterramento, ou seja, pelo nivelamento do terreno com sedimento trazido de outro local, sendo também o aterro construído com esse material alóctone; 3) por uma combinação das duas técnicas (Copé 2007b). A comparação da estratigrafia dos diferentes setores escavados permitiria resolver essa questão.

Pouco material arqueológico foi encontrado. De fato, foi a estratigrafia a informação mais relevante recuperada pela escavação. A trincheira escavada cortando o aterro revelou duas camadas inexistentes no espaço interno da estrutura. Após a camada húmica (I) e a camada II, mais argilosa e compacta, o aterro apresentou uma camada (III) bastante argilosa e viscosa, com uma mistura de manchas acinzentadas e escuras. A camada seguinte (IV) apresentava a mesma textura argilosa, coesa e viscosa, embora houvesse uma mudança na cor, mais amarelada, permanecendo, contudo, as manchas escuras (Figuras 4.22, 4.23 e 4.24). A coloração acinzentada e escura existente nessas duas camadas pareceu ser decorrente da presença de certa quantidade de matéria orgânica, o que, somado às demais características, levou a crer que esse sedimento teria sido transportado da beira de algum lago ou córrego, embora ainda não se tenha determinado sua origem. Ao menos se confirmou que o aterro foi construído com sedimento alóctone, embora algum trabalho de nivelamento possa ter ocorrido antes de sua construção. Isso é evidente a partir da observação da topografia da estrutura, bem como do perfil estratigráfico do aterro (Figuras 4.24 e 4.25). A topografia revela que o interior

da estrutura, nas proximidades do limite interno do aterro, apresenta um rebaixamento. Essa característica, notada já por Ribeiro (Ribeiro e Ribeiro 1985:61), levou o arqueólogo a deduzir que o aterro havia sido construído inteiramente com sedimento retirado da área interna. As novas escavações, por outro lado, demonstraram a presença de sedimento alóctone na formação do aterro. Observando o desenho do perfil pode-se perceber, entretanto, que mesmo abaixo desse sedimento alóctone, na camada V, um pequeno aterro já está delineado (Figura 4.24.). Somando esse dado à topografia, é possível afirmar que o terreno foi primeiro nivelado e que a terra dessa empreitada foi aproveitada para construir um estágio inicial do aterro anelar, posteriormente ampliado pelo acúmulo de terra trazida de outros locais.

O material arqueológico recuperado durante a escavação foi mínimo. O material lítico somou 8 peças, todas lascas de calcedônia e de basalto. A cerâmica totalizou 24 fragmentos, concentrados nas camadas de construção do aterro anelar. Foi notada uma variedade interessante de tratamentos de superfície, incluindo engobo vermelho, estocados, pinçados e brunidura (Figura 4.26.).

Figura 4.17. Planta topográfica e planta baixa da Estrutura 1, RS-PE-29, com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.18. Início abrupto da vertente do morro logo após o limite oeste da Estrutura 1, sítio RS-PE-29.

Figura 4.19. Vista a partir da Estrutura 1, sítio RS-PE-29, em direção a oeste.

Figura 4.20. Aterro da Estrutura 1, sítio RS-PE-29.

Figura 4.21. Escavação da trincheira cortando o aterro anelar, sítio RS-PE-29.

Figura 4.22. Foto do perfil estratigráfico na trincheira localizada no interior da Estrutura 1, sítio RS-PE-29.

Figura 4.23. Foto do perfil da trincheira no aterro anelar da Estrutura 1, sítio RS-PE-29, com destaque para as camadas III e IV.

Figura 4.24. Desenho do perfil estratigráfico leste da trincheira no aterro anelar, Estrutura 1, sítio RS-PE-29. As camadas III e IV provavelmente correspondem ao evento de construção ou ampliação da estrutura.

Figura 4.25. Topografia do aterro anelar, Estrutura 1, sítio RS-PE-29. Atentar para o rebaixamento do terreno na área interna à estrutura (à direita).

Figura 4.26. Cerâmica decorada da Estrutura 1, sítio RS-PE-29: engobo vermelho, pinçado e estocados.

4.3.2. Estrutura 2

Aproximadamente 230 m em direção a norte da Estrutura 1 encontra-se a Estrutura 2, composta por dois aterros circulares, denominados A e B, que medem respectivamente 30 m e 15 m de diâmetro, cada um cercando um montículo (Figura 4.27). Estão separados por cerca de 30 m em sentido nordeste-sudoeste. Essas estruturas estão atualmente localizadas em uma área de pasto, em uma parte plana do topo do morro a cerca de 900 m de altitude, com ampla vista em direção a leste. Como parte do projeto internacional, em 2009 foi levada a cabo

prospecção geofísica na Estrutura 2 A com diferentes tecnologias, das quais a susceptibilidade magnética (Figura 4.29) permitiu visualizar dois círculos concêntricos, um de baixa e outro de alta susceptibilidade. Este último corresponde ao aterro anelar, embora ainda não saibamos o que ocasiona a baixa susceptibilidade magnética em seu entorno imediato – podendo estar relacionada ao processo de construção da estrutura ou a feições sob o solo. No centro da estrutura anelar, pode-se notar também uma área de baixa susceptibilidade que corresponde a escavações recentes realizadas antes da prospecção geofísica.

As escavações se concentraram no montículo central da Estrutura 2 A (Figuras 4.27 e 4.28). Foi escavada uma área de 6 m² no montículo. Até os 35 cm de profundidade, foram encontrados fragmentos de cerâmica e material lítico disperso, além de seixos com fratura térmica e carvões esparsos que em três pontos formavam pequenas concentrações, embora não tenha sido evidenciada nenhuma micro-estrutura de combustão definida (Figura 4.28).

O lítico, apenas 6 peças, era composto por lascas de calcedônia e basalto. Além das lascas, foi encontrado um instrumento bifacial de grande porte (Figura 4.29). Tendo como suporte um bloco de basalto, o instrumento apresenta lascamento bifacial primário, sem retoques, formando um gume periférico e uma terminação em ponta. Quanto à cerâmica, foram encontrados apenas 6 fragmentos, dos quais um apresentava decoração incisa na superfície externa combinada com brunidura na superfície interna. Não foi possível reconstituir formas de vasilhames.

Figura 4.27. Planta topográfica e planta baixa das Estruturas 2A e 2B, sítio RS-PE-29, com indicação da área escavada.

Figura 4.28. Planta final da escavação no montículo da Estrutura 2A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.29. Instrumento bifacial sobre bloco de basalto localizado no montículo da Estrutura 2A, sítio RS-PE-29.

4.3.3. Estrutura 3

Cerca de 230 m em direção a oeste da estrutura anterior encontra-se a Estrutura 3, constituída por dois aterros circulares, denominados A e B, ambos com 20 m de diâmetro e um montículo central (Figura 4.30). Estão separados por cerca de 20 m em sentido leste-oeste e localizam-se em uma área de pasto a cerca de 900 m de altitude, em uma parte plana do topo do morro, logo antes da vertente, situação que proporciona uma vista privilegiada em direção a norte e a oeste (Figura 4.31).

A primeira escavação no local, como parte das medidas compensatórias, foi direcionada para o montículo da Estrutura 3 A, onde foi aberta uma área de 7 m². Desde a superfície até os 20 cm de profundidade, alguns fragmentos de cerâmica foram recuperados. A partir dos 20 cm, muitos carvões e nódulos de terra queimada começaram a aparecer em dois pontos da escavação. Em um dos casos, os carvões e concreções estavam associados a uma mancha acinzentada, o que levantou a suspeita de que se tratasse de uma estrutura de combustão, possivelmente de caráter funerário. Aos 25 cm de profundidade, a suspeita se confirmou pela presença de pequenos ossos calcinados dispersos pela mancha cinza (Figuras 4.32 e 4.33). Essa micro-estrutura foi delimitada e escavada, sendo possível notar que se assentava sobre um aprofundamento da camada, conformando uma cova (Figura 4.37).

Ao lado, a outra concentração de carvões e terra queimada revelou uma micro-estrutura diferente, também associada a ossos calcinados. Foram evidenciados carvões em grande quantidade e de dimensões consideráveis, cuja disposição e alinhamento pareciam formar

uma pira funerária (Figura 4.34). Concreções de terra queimada delimitavam essa estrutura (Figura 4.35), da mesma forma como foi notado no sítio RS-PE-21 (ver § 4.1). Essa estrutura de cremação não foi completamente escavada, razão pela qual retornamos a essa área para uma segunda etapa de escavações. Ampliando a área escavada, foi possível delimitar completamente a pira funerária (Figura 4.36).

Os dados descritos até o momento permitem visualizar dois padrões de sepultamento: um primário, outro secundário. No primeiro caso, representado pela pira funerária recuperada na Estrutura 3 A e pelo sepultamento do sítio RS-PE-21, o montículo é erguido diretamente sobre os vestígios da cremação, como é possível observar pela quantidade e disposição dos carvões, bem como pela presença de terra queimada cercando a micro-estrutura. No segundo caso, representado pelo primeiro sepultamento da Estrutura 3 A, o corpo é cremado em um determinado local, seus ossos desarticulados são recolhidos e transportados para um local diferente, onde são depositados em uma cova sobre a qual se ergue o montículo. Em campo, havíamos presumido que os dois sepultamentos encontrados no montículo da Estrutura 3 A representavam duas etapas do tratamento funerário do mesmo indivíduo; mais tarde, quando obtivemos as datações das duas micro-estruturas, abandonamos essa hipótese, por não serem contemporâneas. A pira funerária foi datada de 340 ± 40 B.P., Cal. A.D. 1460-1640 (Beta-242860), sendo portanto contemporânea ao sepultamento do sítio RS-PE-21 (ver § 4.1). Já o sepultamento secundário foi datado de 490 ± 40 B.P., Cal. A.D. 1390-1460 (Beta-242869). É importante ressaltar que a coexistência no mesmo montículo de sepultamentos primários e secundários, ambos cremados, já havia sido notada em sítios de Santa Catarina (Herberts e Müller 2007; Müller 2008; De Masi 2009). Como não há perturbações na estratigrafia (Figura 4.46) e os dois sepultamentos se encontram no mesmo nível, é preciso explicar a diferença nas datas: uma possibilidade é que os ossos do sepultamento secundário (contexto que forneceu a data mais antiga) tenham sido removidos de seu local original para serem enterrados no mesmo montículo erguido sobre a pira funerária mais recente (cf. Pearson 1999:7). Por outro lado, como não foram datados os ossos e sim os carvões a eles associados, sempre se corre o risco do “*old wood effect*”.

Na última etapa de campo, foram realizadas escavações tanto na Estrutura 3 A quanto na Estrutura 3 B. No primeiro caso, foi aberta uma trincheira com 12 x 1 m partindo do montículo em direção a leste, cortando a área interna da estrutura, o aterro e a área externa, de modo similar ao que se realizou no sítio RS-PE-21 (Figura 4.30).

Da totalidade das escavações na Estrutura 3 A foram recuperadas 6 peças líticas e 26 fragmentos de cerâmica. O lítico é composto principalmente por vestígios de debitage – lascas, núcleos e fragmentos de lascamento – de basalto e calcedônia. Além disso, foi encontrado um fragmento de instrumento unifacial sobre lasca de arenito silicificado – uma matéria-prima rara nos sítios da região. Observando a distribuição do material lítico (Figura 4.38), percebe-se que está concentrado no limite da estrutura, no aterro anelar. Comparando essa distribuição com a da cerâmica, é possível notar que, apesar de haver uma pequena concentração de cerâmica sobre o aterro e fora da estrutura, sua maior densidade se encontra no montículo, em associação com o sepultamento secundário (Figura 4.39). A área entre o aterro anelar e o montículo parece vazia, um padrão que já havia sido notado para o sítio RS-PE-21 (ver § 4.1). O alto grau de fragmentação da cerâmica não permitiu reconstituir formas, embora muitos dos fragmentos parecessem pertencer à mesma vasilha. É possível que, em associação com o sepultamento secundário, houvesse o mesmo tipo de oferenda em forma de uma ou duas pequenas vasilhas como em outros sítios descritos anteriormente (ver Capítulo 3). Há grande variedade de tratamentos de superfície na cerâmica: engobo vermelho, incisos, ungulados e também brunidura (Figura 4.40).

Na Estrutura 3 B, optou-se por escavar uma área de 2 m² sobre o montículo central, além de outras duas áreas com as mesmas dimensões, uma localizada sobre o aterro anelar e outra no exterior da estrutura. Essas áreas foram escolhidas por terem apresentado anomalias nos resultados da prospecção geofísica. Três técnicas foram aplicadas na Estrutura 3 B: a gradiometria, a condutividade eletromagnética e a susceptibilidade magnética. As áreas escolhidas para escavação foram sugeridas pelo Dr. Jami Lockhart a partir de uma análise conjunta dos resultados das três tecnologias (Copé 2009). Após a escavação, concluiu-se que a anomalia notada no exterior da estrutura correspondia apenas a um afloramento de basalto logo abaixo da superfície. Nos outros casos, não foi possível identificar qualquer feição que correspondesse às anomalias apontadas pela geofísica. Fragmentos de cerâmica esparsos foram encontrados em todas as áreas.

Figura 4.30. Planta topográfica e planta baixa da Estrutura 3, RS-PE-29, com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.31. Área plana do topo do morro onde se localiza a Estrutura 3, sítio RS-PE-29.

Figura 4.32. Início da mancha acinzentada com ossos calcinados (sepultamento secundário), Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.33. Grande concentração de ossos calcinados no montículo da Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.34. Pira crematória com ossos calcinados preservada *in situ* no montículo da Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.35. Detalhe das concreções de terra queimada que cercam toda a pira crematória, Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.36. Planta final da escavação no montículo central da Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

Figura 4.37. Desenho do perfil estratigráfico do montículo da Estrutura 3A, sítio RS-PE-29, mostrando a posição dos dois sepultamentos.

Figura 4.38. Distribuição do material lítico na Estrutura 3A, RS-PE-29, em relação à topografia. Os polígonos hachurados representam os dois sepultamentos.

Figura 4.39. Distribuição da cerâmica na Estrutura 3A, RS-PE-29.

Figura 4.40. Cerâmica incisa (A e B), unguçada (C), brunida (D e F) e com engobo vermelho (E). Estrutura 3A, sítio RS-PE-29.

4.3.4. Estrutura 4

Aproximadamente 70 m a norte da Estrutura 3 encontra-se a Estrutura 4, um montículo isolado, aparentemente cercado por uma depressão, em uma alta vertente com ampla vista para o norte, a cerca de 900 m de altitude, em área de pasto (Figuras 4.41 e 4.42). Suas características o diferenciam das demais estruturas e o aproximam das descrições etno-históricas dos túmulos Kaingang, grandes montículos cercados por um fosso (Métraux 1946:465). Estruturas semelhantes em São Marcos, RS, foram escavadas pelo Instituto Anchietano de Pesquisas (Rogge e Schmitz 2009).

Uma área de 9 m² foi escavada sobre o montículo da Estrutura 4, além de duas quadrículas de 1 x 1 m, uma sobre a depressão e outra na área externa, e de uma trincheira de 3 m x 50 cm que se estendia pela área externa em direção a norte (Figura 4.41). Nenhum material arqueológico foi encontrado fora do montículo. No montículo, entre os 20 e os 30 cm de profundidade, foi localizado um empilhamento de pequenas pedras (Figuras 4.43 e 4.44), semelhante ao encontrado em ao menos um contexto de aterros anelares e montículos em Santa Catarina, o sítio SC-AG-108 (Herberts e Müller 2007; Müller 2008). Na mesma profundidade, foram encontrados dois fragmentos da mesma vasilha, um deles uma borda (Figura 4.45). Trata-se de uma vasilha aberta de 20 cm de diâmetro e borda inclinada externamente (Figura 4.46).

Figura 4.41. Planta topográfica e planta baixa da Estrutura 4, RS-PE-29, com indicação das áreas escavadas. Abaixo, modelo tridimensional da estrutura.

Figura 4.42. Vista a partir da Estrutura 4, sítio RS-PE-29, em direção a norte.

Figura 4.43. Início de um aglomerado de pedras na Estrutura 4, sítio RS-PE-29.

Figura 4.44. Planta final da escavação da Estrutura 4, sítio RS-PE-29.

Figura 4.45. Borda de cerâmica encontrada em associação com os aglomerados de pedras. Estrutura 4, sítio RS-PE-29.

Figura 4.46. Reconstituição da vasilha a partir da borda na foto anterior. Estrutura 4, sítio RS-PE-29.

4.4. Gine

O sítio Gine é composto por dois aterros anelares com aproximadamente 25 e 20 m de diâmetro (Figura 4.47). As estruturas possuem cada uma um pequeno montículo em seu centro, e estão separadas por não mais do que 5 m, alinhadas em sentido noroeste-sudeste. Essas estruturas estão localizadas a cerca de 890 m de altitude, em uma área plana próxima ao

topo de um morro, logo antes da vertente, proporcionando uma visão panorâmica dos arredores, em especial do rio Pelotas (Figura 4.48). Essa área é atualmente utilizada como pasto.

Foi escavada uma área de 4 m² no montículo central da estrutura maior (Figuras 4.47 e 4.49). Desde o início da escavação, notaram-se pequenos carvões esparsos por toda a área. Entre os 40 e os 50 cm, a quantidade de carvões aumentou consideravelmente, formando concentrações, junto com nódulos de terra queimada. Essas feições estavam associadas a blocos de basalto de tamanhos variados dispostos em círculo ao redor do centro do montículo (Figura 4.50). Não foi possível definir se essa disposição seria intencional, dada a grande quantidade de rochas aflorando no topo de morro onde se encontra a estrutura. Um único fragmento de cerâmica foi também recuperado nesse nível. Não foram encontrados ossos calcinados ou outros indícios de sepultamentos. Uma quadrícula de 1 x 1 m foi aberta no exterior do aterro circular maior, ao sul. Apenas dois fragmentos de cerâmica foram encontrados entre os 15 e os 25 cm. A pouca quantidade de material arqueológico aponta, também nesse caso, para uma constante limpeza ou para a escassez de atividades realizadas no passado nos sítios cerimoniais de aterros anelares e montículos.

Além de uma lasca de calcedônia, quatro fragmentos de cerâmica foram recuperados no sítio. A cerâmica está muito erodida, sendo que apenas um fragmento apresenta engobo vermelho externo e brunidura no interior.

Figura 4.47. Planta baixa do sítio Gine com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.48. Vista a partir do sítio Gine em direção ao Rio Pelotas.

Figura 4.49. Escavação no montículo da estrutura maior do sítio Gine.

Figura 4.50. Pedras dispostas em círculo começando a ser evidenciadas no montículo, sítio Gine.

4.5. Posto Fiscal

O sítio Posto Fiscal está situado próximo ao topo onde se localiza o sítio RS-PE-29, em uma alta vertente suave, com vista ampla para o leste (Figura 4.52). Em direção a sudeste, o próximo topo de morro é ocupado pelo sítio RS-PE-31, com o qual este sítio guarda a maior semelhança arquitetônica (ver Figura 4.10). O sítio Posto Fiscal é composto por um aterro anelar de 30 m de diâmetro ao qual se une um aterro quadrangular com também 30 m de comprimento. Há três montículos cercados pela estrutura, dispostos em sentido sudeste-noroeste: um no centro do aterro anelar, outro no centro do aterro quadrangular, e, por fim, um montículo sobre o aterro anelar, em um ponto em que este se encontra, aparentemente, interrompido (Figura 4.51). Além dessa estrutura arquitetonicamente complexa, encontram-se dois outros aterros anelares nas proximidades, ambos com cerca de 20 m de diâmetro, em direção a noroeste e a sudeste. Os montículos da estrutura principal foram denominados, de sudeste a noroeste, A, B e C.

A escavação no sítio ocorreu em duas etapas. Na primeira campanha, foram escavadas áreas dos montículos B e C. Uma quantidade incomum de material lítico e cerâmico foi encontrada em ambos os montículos. No montículo B, aos 30 cm de profundidade, foi evidenciada uma lente de terra queimada que se estendia por uma área de cerca de 1 m² (Figura 4.53). No mesmo nível da terra queimada, superpostos a ela e em sua periferia imediata, foram encontrados pequenos fragmentos de ossos calcinados, embora nenhuma estrutura funerária bem definida tenha sido notada (Figura 4.54). Também no entorno da terra queimada, cerca de 20 cm abaixo do nível desta, foi evidenciada parte de um denso aglomerado de pedras, completamente escavado na campanha seguinte (Figura 4.55). Essa micro-estrutura é semelhante aos fornos dos sítios PM01 (Iriarte et al. 2008, 2010; ver § 2.1) e SC-AG-12 (De Masi 2009; ver § 2.3). Do mesmo modo como foi proposto para o sítio PM01 (Riris 2010), é possível que outros conjuntos mais soltos e algumas pedras dispersas pelo Montículo B sejam resultado da desagregação dos fornos originais para reaproveitamento. Contudo, é preciso ressaltar que não foi encontrada terra queimada abaixo do conjunto de pedras do Montículo B, nem muitos carvões associados a ele, o que torna questionável seu uso como forno. Outra diferença é que em cada um dos sítios citados os conjuntos de pedras se encontram em posições diferentes: sob o aterro anelar no sítio PM01, entre o aterro e o montículo no sítio SC-AG-12, e sob o Montículo B no sítio Posto Fiscal. Existe, é claro, a possibilidade de que o conjunto de pedras sob o Montículo B fizesse originalmente parte do aterro anelar, sobre o qual o montículo parece ter sido construído. Essa é uma hipótese reforçada pelas datas obtidas para o sítio, como será comentado mais adiante.

No Montículo C, aos 35 cm de profundidade, foi evidenciada uma camada argilosa e alaranjada cuja espessura variava de 5 cm na periferia do montículo a 15 cm em direção ao centro (Figura 4.59). É possível que essa camada corresponda a um piso preparado sobre o qual foi erguido o montículo. Em contextos norte-americanos é comum a preparação de uma base nivelada antes da construção de montículos, seja pela retirada do horizonte A ou pelo preenchimento com sedimentos retirados de horizontes mais profundos (Sherwood e Kidder 2011:73-74).

Durante essa primeira etapa, foram realizadas prospecções geofísicas no sítio com diferentes tecnologias: condutividade eletromagnética, susceptibilidade magnética, gradiometria e resistência elétrica (Copé 2011). A prospecção foi realizada em uma área de 40 x 20 m que incluía os dois montículos e parte das estruturas circundantes. Como as

escavações haviam sido iniciadas antes da geofísica, as áreas dos montículos aparecem perturbadas, embora seu contorno, bem como o das demais estruturas de terra, ainda pudesse ser discernido nas imagens. A maioria das possíveis anomalias notadas nas imagens correspondia a árvores e troncos que tiveram que ser contornados durante a tomada dos dados (Copé 2011). Um ponto entre os dois montículos apresentou uma anomalia com alta condutividade e baixa susceptibilidade, e foi uma das áreas sugeridas para escavação na campanha seguinte.

Durante a segunda etapa, além da intervenção na área entre os montículos, ampliou-se a escavação no Montículo B e foi aberta uma trincheira de 6 x 1 m cortando o aterro anelar. No Montículo B, aos 60 cm de profundidade (nível que topograficamente corresponderia a sua base), foram evidenciadas três feições alongadas, escavadas no solo natural, com dimensões de 2 x 0,8 m, 1,8 x 0,4 m e 1,5 x 0,8 m (Figuras 4.56 e 4.58). As feições possuem em média entre 30 e 40 cm de profundidade, e em uma delas foi encontrada uma vasilha inteira fragmentada *in situ* (Figura 4.57). Dentro da mesma feição, ao lado da vasilha, minúsculos fragmentos de ossos calcinados foram recuperados.

Na área entre os dois montículos, uma densa concentração de material arqueológico foi encontrada, incluindo a maior quantidade de cerâmica do sítio e um grande instrumento bifacial sobre bloco de basalto. Na trincheira que cortou a estrutura anelar, notou-se na estratigrafia uma camada areno-argilosa escura que sugere estratigrafia inversa, possivelmente resultante da construção da estrutura com terra do entorno (Figura 4.62). Foram obtidas duas datas para o sítio: da trincheira sobre a estrutura anelar, foi datado carvão associado a uma pequena concentração de material lítico em 1070 ± 40 B.P., Cal. A.D. 890-1020 (Beta-303594), enquanto um carvão recuperado sobre a lente de terra queimada no Montículo B forneceu uma data de 330 ± 30 B.P., Cal. A.D. 1480-1640 (Beta-304479). Portanto, a construção do aterro anelar parece anteceder em no mínimo 400 anos o evento que resultou na formação da lente de terra queimada do Montículo B. Abaixo do nível da terra queimada, junto a uma concentração de material lítico e cerâmico, foi coletado carvão datado em 370 ± 30 B.P., Cal. A.D. 1450-1630 (Beta-309037). Podemos supor que de fato o Montículo B foi erguido como um acréscimo posterior ao aterro anelar, hipótese que já havia sido levantada com base na topografia e nas imagens da geofísica. Essa fase mais recente de utilização do sítio é também contemporânea aos sepultamentos dos sítios RS-PE-21 e RS-PE-29 (ver § 4.1 e § 4.3.3).

Na estratigrafia do Montículo B (Figuras 4.60 e 4.61) é possível notar uma camada argilosa alaranjada semelhante à da base do Montículo C. Essa camada se encontra no mesmo nível da feição que havíamos interpretado como uma lente de terra queimada. É possível que se tratasse, originalmente, de uma cobertura do montículo, como forma de acabamento (Sherwood e Kidder 2011:79-82). Uma atividade de combustão sobre uma parte dessa cobertura teria, nesse caso, resultado na formação da lente de terra queimada. Observando a estratigrafia de uma seção do montículo que cobre uma das feições escavadas, nota-se uma seqüência complexa de construção (Figura 4.61). A feição em si contém um preenchimento misto (*sensu* Sherwood e Kidder 2011:74) composto por um sedimento escuro ao qual se misturam nódulos de argila alaranjada. A feição foi coberta por uma seqüência de camadas claras e escuras, incluindo a camada argilosa alaranjada de cobertura do montículo. A alternância de camadas com diferentes cores e propriedades – neste caso, das camadas areno-argilosas escuras com a camada argilosa alaranjada – é conhecida na literatura norte-americana como *zoned fill* (Sherwood e Kidder 2011:78), e responde a necessidades tanto funcionais (pois a alternância entre camadas mais e menos permeáveis ajudaria a estabilizar a construção) quanto simbólicas (no que toca às diferentes colorações).

Figura 4.51. Planta topográfica e planta baixa da estrutura principal do sítio Posto Fiscal, com indicação das áreas escavadas.

Figura 4.52. Vista a partir do sítio Posto Fiscal em direção a leste.

Figura 4.53. Lente de terra queimada no Montículo B, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.54. Pequeno osso calcinado associado à lente de terra queimada, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.55. Conjunto de pedras no Montículo B, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.56. Em destaque, as feições sob o Montículo B, sítio Posto Fiscal, já completamente escavadas.

Figura 4.57. Vasilha proveniente de uma das feições sob o Montículo B, sítio Posto Fiscal (ver localização na Figura 4.86.).

Figura 4.58. Planta final da escavação no Montículo B e área entre este e o Montículo C, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.59. Perfis estratigráficos do Montículo C, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.60. Perfil norte do Montículo B, sítio Posto Fiscal. Os ossos calcinados, a lente de terra queimada, a vasilha e o conjunto de pedras foram acrescentados para que se possa visualizar sua posição no montículo.

Figura 4.61. Detalhe do perfil sul do Montículo B, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.62. Perfil da trincheira sobre o aterro anelar, sítio Posto Fiscal.

4.6. Análise do material lítico e cerâmico dos sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal

Ao contrário dos demais sítios de aterros anelares e montículos de Pinhal da Serra, os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal se destacam pela quantidade de material lítico, e, no caso do segundo, também cerâmico. O objetivo da análise desse material e de sua distribuição é elucidar as atividades realizadas nesses sítios cerimoniais, que poderiam ser diferentes daquelas dos sítios que se encontravam “limpos”. Na análise do material lítico, foram combinadas duas abordagens: em uma primeira classificação, de caráter tipológico, foram diferenciados os resíduos de debitage – lascas, núcleos e fragmentos de lascamento – e os instrumentos (Andrefsky 2005:74-84). Considerando as observações de Odell (1994) sobre lamelas em contextos cerimoniais, as microlascas (com menos de 1 cm) foram consideradas uma categoria à parte. Em adição a isso, buscou-se compreender o material lítico dentro da cadeia de aquisição da matéria-prima, produção, uso, manutenção e descarte dos artefatos. Nessa perspectiva, entende-se que cada uma dessas etapas gera um número determinado de

resíduos e de produtos finais – lascas corticais para o desbastamento inicial da matéria-prima, lascas de redução de biface para a produção dos instrumentos, micro-lascas para os instrumentos retocados, entre outros (Collins 1992; Andrefsky 2005:30-34; 2008:4). As lascas de redução de biface (*biface thinning flakes*) são particularmente relevantes na medida em que atestam para a produção de instrumentos no sítio, e podem ser reconhecidas por algumas características chave, como sua fina espessura, curvatura pronunciada e plataforma de percussão facetada, com cicatrizes anteriores presentes no bordo do instrumento em preparação (Andrefsky 2005:123-124). Ainda dentro dessa abordagem, os instrumentos (presentes apenas no sítio Posto Fiscal) foram especificamente classificados conforme a intensidade de redução que apresentavam dentro de um contínuo que ia desde a mais baixa, com córtex presente e apenas lascamento primário, até a mais alta, com o córtex totalmente removido e os bordos refinados através de retoques (Andrefsky 2005:187-195). Sempre que possível, também foram registradas as marcas de uso macroscópicas – o que não implica que o restante dos artefatos não tivesse sido utilizado, apenas que não se realizou análise microscópica para sabê-lo (Andrefsky 2005:76-77).

Existem dois aspectos principais que podem ser respondidos através dessa análise: em primeiro lugar, a função dos sítios. Andrefsky (2005:201-223) observa que a totalidade do conjunto artefactual de um sítio costuma apresentar correlação com a função deste dentro do sistema de assentamento de um grupo. Assim, ao contrário de abordagens anteriores baseadas na associação entre certas morfologias de artefatos e funções específicas (“raspadores”, “talhadores”, etc.) – uma correlação rejeitada pelos etnógrafos e etnoarqueólogos – o que se propõe é que a diversidade artefactual em um sítio é um melhor indicativo de função: assim, conclui-se que 1) sítios com a mesma função devem possuir certas categorias de artefatos nas mesmas proporções e 2) sítios com funções muito específicas devem possuir menor diversidade artefactual do que sítios onde muitas atividades diferentes eram realizadas (Andrefsky 2005:201-223). Essa perspectiva proporcionou bons resultados quando aplicada a Pinhal da Serra em pesquisas anteriores, como no caso da baixa diversidade artefactual dos sítios líticos, prováveis áreas de atividades específicas (Copé 2007a:26-27).

Em segundo lugar, existe a questão do grau de curadoria (*sensu* Binford 1979). A distinção entre indústrias/artefatos expedientes ou curados pode ser entendida de diferentes formas. No sentido original, artefatos curados são aqueles que apresentam maior investimento na sua produção, com matérias-primas de alta qualidade, produzidos em antecipação ao uso e

planejados para serem duráveis, facilmente transportáveis e recicláveis, além de passarem por pesada manutenção, com muitos reavivamentos antes do descarte (Binford 1979; Andrefsky 2005:226). Artefatos expedientes, ao contrário, seriam produzidos para fins imediatos, sem muito investimento, com poucas modificações e descartados logo após o uso (Binford 1979; Andrefsky 2005:227). Outras definições acabaram simplificando esses conceitos e definindo quaisquer instrumentos extensamente retocados como curados, embora seja mais útil pensar em “curadoria” como sendo não um *tipo* de artefato mas uma forma de *uso*, considerando-se curados os instrumentos utilizados ao máximo (em relação a seu potencial) antes do descarte (Andrefsky 2008:8-9). Binford (1979) nota que dentro do sistema de assentamento de um grupo pode haver sítios com maior proporção de artefatos curados e outros com artefatos expedientes, o que estaria ligado a sua função.

O conjunto cerâmico do sítio Posto Fiscal apresenta os mesmos padrões tecnológicos e estilísticos dos demais sítios Jê meridionais de Pinhal da Serra e das regiões vizinhas (Saldanha 2005; Schmitz et al. 2002; De Masi 2005). Assim, a principal preocupação na análise desse material foi a reconstituição das formas dos vasilhames, pois estas são as unidades mais adequadas para se inferir comportamento (Arnold 1988) e são também um primeiro indicador da função do sítio, assumindo-se que funções diferentes se refletirão em conjuntos de vasilhas diferentes. Embora a etnoarqueologia tenha demonstrado que a mesma vasilha pode servir a uma multiplicidade de funções, existem algumas correlações entre morfologia, estrutura e função que permitem se chegar a um “uso inferido”, determinado principalmente pela capacidade, estabilidade, facilidade de acesso ao conteúdo e transportabilidade dos vasilhames (Rice 1987). Vasilhas para cozinhar e para servir ou para o consumo são as que mais se quebram e, portanto, mais precisam ser repostas, apresentando alta frequência no registro arqueológico. As vasilhas para cozinhar costumam apresentar contornos sem ângulos (para facilitar a exposição ao calor e evitar quebras), aberturas que facilitam a manipulação do conteúdo e pequenas constrições para evitar o derramamento decorrente da fervura; já as vasilhas para servir ou para o consumo costumam ser abertas, facilitando o acesso ao conteúdo, com bases planas e engobo ou brunidura para impermeabilização; suas dimensões podem estar relacionadas ao número de participantes no consumo (Rice 1987). Em sítios com diferentes funções pode-se esperar que apareçam diferentes classes de vasilhas, com contextos domésticos normalmente apresentando alta frequência de vasilhas para estocagem, para cozinhar, servir e para o consumo, ao passo que

contextos cerimoniais podem apresentar alta frequência de vasilhas para servir e consumir (Rice 1987). Uma vez que as funções reais de um vasilhame podem ser diversas da sua função inferida, deve-se atentar para as alterações causadas pelo uso, em especial os depósitos de carbono (fuligem nas vasilhas que vão ao fogo) e os resíduos orgânicos (restos de alimentos carbonizados), presentes nas vasilhas para cozinhar (Rice 1987; Skibo 1992).

Por fim, a distribuição do material no espaço dos sítios, que poderia indicar áreas de atividades dentro destes, foi analisada através de superfícies geradas com o programa Surfer 9, tendo como base as diferentes categorias por quadrícula escavada. Isso é particularmente relevante no caso do sítio Posto Fiscal, pois foi possível relacionar a distribuição do material com as várias feições do Montículo B – conjuntos de pedras, terra queimada, possíveis covas.

No sítio RS-PE-31, o material lítico constitui a quase totalidade do material recuperado (Figura 4.63), havendo apenas um fragmento de cerâmica. Quanto aos tipos tecnológicos identificados, das 166 peças analisadas a maioria corresponde a vestígios de debitage, ou seja, núcleos, lascas e fragmentos de lascamento – excluindo-se as micro-lascas. Estas compõem a quase totalidade do material restante, com exceção de uma única lasca de redução de biface (Figura 4.64). Em relação à seleção e aproveitamento de matéria-prima, ao contrário do que ocorre nos sítios de habitação da região (cf. Copé 2008), houve uma preferência pelo quartzo, seguido pelo basalto e pela calcedônia¹ (Figura 4.65). Essas matérias-primas foram preparadas antes de serem transportadas para o local, de modo que são poucas as lascas que apresentam sua superfície dorsal ainda coberta por córtex (Figura 4.66), e há uma grande proporção de lascas com mais de duas cicatrizes anteriores ao lascamento (Figura 4.67). Quase todo o material está concentrado em uma pequena área não cercada pelas estruturas de terra, entre o aterro anelar menor e o aterro quadrangular. As maiores proporções de debitage, micro-lascas e lascas com marcas de uso se localizam nesse ponto (Figuras 4.68, 4.69 e 4.70).

¹ O termo *calcedônia* é na verdade incorreto, pois denomina um mineral e não uma rocha. O termo *silixito* é o mais apropriado para se referir de forma genérica às rochas silicosas de gênese química (Araújo 1991). Contudo, mantenho o termo calcedônia ao longo desta dissertação por estar consolidado na arqueologia do sul (Dias 2003; Hoeltz 2005; Saldanha 2005; Schmitz et al. 2002, 2010; entre muitos outros).

Figura 4.63. Lascas de calcedônia e de quartzo, sítio RS-PE-31.

Figura 4.64. Tipos tecnológicos identificados no sítio RS-PE-31.

Figura 4.65. Aproveitamento de matéria-prima, sítio RS-PE-31.

Figura 4.66. Quantidade de córtex na face dorsal das lascas, sítio RS-PE-31.

Figura 4.67. Número de cicatrizes na face dorsal das lascas, sítio RS-PE-31.

Figura 4.68. Distribuição da debitagem no sítio RS-PE-31 em relação à topografia.

Figura 4.69. Distribuição das micro-lascas no sítio RS-PE-31 em relação à topografia.

Figura 4.70. Distribuição das lascas com marcas de uso no sítio RS-PE-31 em relação à topografia.

No sítio Posto Fiscal, o material lítico (Figura 4.71) proveniente dos montículos B e C, bem como da área entre estes, totalizou 1214 peças. A maioria corresponde a vestígios de debitagem, ou seja, lascas, núcleos e fragmentos de lascamento, existindo também uma quantidade pequena de micro-lascas e, entre o restante do material, lascas de redução de biface, instrumentos bifaciais e unifaciais, um percutor e um fragmento de mão-de-pilão (Figura 4.72). No que toca à seleção e aproveitamento de matéria-prima, ao contrário do que se passa no sítio RS-PE-31, a calcedônia teve preferência, seguida pelo basalto, pelo quartzo e por uma quantidade pequena mas significativa de arenito silicificado, ausente ou raro nos demais sítios da região (Figura 4.73). A preparação da matéria-prima antes do transporte para o sítio fica evidente quando se considera a quantidade de córtex e o número de cicatrizes na face dorsal das lascas: a maioria das lascas não possui córtex (Figura 4.74) e apresenta mais de duas retiradas anteriores ao lascamento (Figura 4.75). Deve-se observar que instrumentos em todas as etapas de redução estão presentes, desde a retirada do córtex até os retoques (Figura 4.76), e a presença de lascas de redução de biface no sítio sugere que ao menos algumas dessas etapas podem ter sido levadas a cabo no local. Predominam, entretanto, os instrumentos com bordos laterais não refinados, sem retoque, que seriam considerados

expedientes por alguns critérios (ver Andrefsky 2008:7-9). Em alguns casos (e.g. Figura 4.77), contudo, o sucessivo reavivamento e a presença de marcas de uso sugerem que alguns instrumentos possam ter sido intensamente curados antes de seu descarte no sítio.

A cerâmica do sítio Posto Fiscal totalizou 142 fragmentos (Figura 4.79), dos quais apenas uma pequena quantidade apresentou marcas de uso associadas ao processamento de alimentos, como fuligem ou restos carbonizados no interior (Figura 4.80). As formas que puderam ser reconstituídas são comuns a outros sítios rituais (ver Capítulo 3): a vasilha recuperada no fundo de uma das feições sob o Montículo B apresenta forma de meia-calota, com 22 cm de diâmetro, 6 mm de espessura, e é coberta externa e internamente por engobo vermelho (Figuras 4.57 e 4.81). Diretamente de cima da lente de terra queimada foram recuperadas bordas de outras duas vasilhas muito pequenas e finas: uma delas, com apenas 4 mm de espessura e aproximadamente 8 cm de diâmetro, possui forma cilíndrica aberta e contorno levemente infletido, com um motivo inciso reticulado abaixo do ponto de inflexão; a outra, com 5 mm de espessura e aproximadamente 9 cm de diâmetro, apresenta forma de meia-calota (Figura 4.82). As características desses vasilhames – suas dimensões reduzidas, sua pequena espessura e forma não restringida, além da ausência de marcas de uso como fuligem e restos carbonizados – apontam para atividades de servir, no caso do vasilhame maior, ou de consumo individual, no caso dos menores (Rice 1987; Skibo 1992; Saldanha 2005). A grande quantidade de cerâmica proveniente desse sítio ritual contrasta com sua baixa frequência nos sítios de casas subterrâneas de Pinhal da Serra (Copé 2007b), fenômeno também notado em outras regiões, como São José do Cerrito (Schmitz et al. 2010) e Campos Novos (De Masi 2005).

É interessante observar que na área entre os Montículos B e C o material estava densamente concentrado nos níveis iniciais, até cerca de 25 cm de profundidade; já no Montículo B a maior concentração de material ocorria nos níveis mais profundos, correspondentes a sua base, logo acima do nível das feições. Os conjuntos de pedras também se encontram na base do montículo. O restante do material do Montículo B está distribuído pelos níveis superficiais, sem formar concentrações, e tendo como únicas estruturas associadas a lente de terra queimada e uma grande pedra, colocada próxima ao ponto onde níveis abaixo está uma das feições (Figura 4.58). Considerando a distribuição do material, pode-se notar que a cerâmica está concentrada entre os dois montículos, havendo um segundo ponto de concentração que corresponde à vasilha inteira localizada em uma das feições

(Figura 4.83). Vestígios de debitage e micro-lascas também se concentram na área entre os dois montículos (Figuras 4.84 e 4.85). Por outro lado, quando se consideram apenas as lascas com marcas de uso, nota-se que estão particularmente concentradas nos pontos que correspondem a conjuntos de pedras na base do Montículo B (Figura 4.86, comparar com a Figura 4.58). Tudo leva a crer, portanto, que havia uma extensa área de atividade anterior à construção do Montículo B, e que pode ser posterior ainda às feições, pois uma destas está parcialmente coberta por um dos conjuntos de pedras (Figura 4.58). É comum em contextos norte-americanos a construção de montículos sobre áreas de atividades ou estruturas anteriores, sendo que estas sempre possuem um caráter ritual especializado, como casas de descarnamento ou espaços comunitários (Sherwood e Kidder 2011:74). Sob o Montículo B, a presença de ossos calcinados e da vasilha completa, possível oferenda, ao menos sugere uma função funerária para as feições. Nesse caso, as atividades realizadas por sobre estas e em seu entorno poderiam refletir eventos de *feasting* mortuário, conforme argumento no próximo capítulo.

Figura 4.71. Lascas de calcedônia e de quartzo, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.72. Tipos tecnológicos identificados no sítio Posto Fiscal.

Figura 4.73. Aproveitamento de matéria-prima, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.74. Quantidade de córtex na face dorsal das lascas, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.75. Número de cicatrizes na face dorsal das lascas, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.76. Instrumentos classificados por sequência de redução, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.77. Instrumento bifacial sobre bloco de basalto, área entre os montículos, Posto Fiscal.

Figura 4.78. Instrumento bifacial sobre bloco de basalto, Montículo C, Posto Fiscal.

Figura 4.79. Cerâmica brunida, incisa e pinçada, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.80. Marcas de uso observadas na cerâmica, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.81. Vasilha proveniente de uma das feições sob o Montículo B, Posto Fiscal.

Figura 4.82. Vasilhas provenientes de cima da lente de terra queimada, Montículo B, Posto Fiscal.

Figura 4.83. Distribuição da cerâmica, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.84. Distribuição dos vestígios de debitage, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.85. Distribuição das micro-lascas, sítio Posto Fiscal.

Figura 4.86. Distribuição das lascas com marcas de uso, sítio Posto Fiscal.

Os conjuntos artefatuais dos sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal sugerem que nesses locais teriam sido realizadas atividades diferentes dos demais sítios de aterros anelares e montículos descritos neste capítulo. As diferenças nos conjuntos líticos e a grande quantidade de cerâmica presente no sítio Posto Fiscal também apontam para distinções entre este e o sítio RS-PE-31.

A análise do material lítico do conjunto de casas subterrâneas RS-PE-41 (Copé 2007b) revelou intensa atividade de debitage no local, com poucos instrumentos presentes, algumas lascas de redução de biface e um fragmento de mão-de-pilão. Nesse sítio de habitação, a matéria-prima preferencial foi a calcedônia, embora o basalto ocorresse em proporções semelhantes, além de uma pequena quantidade de quartzo. Essas matérias-primas haviam sido preparadas antes de serem levadas ao sítio, de modo que poucas eram as lascas com algum córtex e a maioria apresentava mais de duas cicatrizes de lascamentos anteriores. A cerâmica era quase ausente. As características do conjunto lítico desse sítio de habitação são semelhantes às do sítio Posto Fiscal. Se em um contexto doméstico espera-se que ocorra o processamento e o consumo de alimentos, algumas etapas da produção e da manutenção de instrumentos e o trabalho com materiais perecíveis, é provável que essas atividades também estivessem presentes no sítio Posto Fiscal, embora com significados diferentes dada sua associação a um contexto cerimonial. A presença de arenito silicificado, matéria-prima rara na região, diferencia o sítio Posto Fiscal do contexto doméstico citado; a grande quantidade de cerâmica, principalmente ligada a atividades de servir e ao consumo (embora as formas reconstituídas pudessem estar presentes como oferendas funerárias), é outra distinção importante, dentro das expectativas para um espaço cerimonial (Rice 1987).

O sítio RS-PE-31 apresenta diferenças notórias tanto com o sítio Posto Fiscal quanto com os contextos domésticos: em seu conjunto artefactual nota-se uma quantidade elevada de microlascas e uma preferência incomum pelo quartzo. Em uma análise microscópica de marcas de uso em lamelas provenientes de um contexto mortuário com montículos Hopewell, nos Estados Unidos, Odell (1994) notou uma especialização no uso destas em atividades de raspar e cortar materiais moles. Já as lamelas provenientes de contextos domésticos haviam servido a uma diversidade maior de atividades, o que indica que tais artefatos possuíam funções diferentes em contextos diferentes. No caso dos contextos mortuários ou cerimoniais, Odell (1994) sugere que as lamelas teriam sido utilizadas para a preparação de vestimentas, utensílios e itens decorativos, tanto para uso nas cerimônias quanto para acompanhamento funerário. O consumo ritual de carne seria outra possibilidade. É possível que no sítio RS-PE-31 as microlascas de quartzo tivessem funções semelhantes, seja para preparar alimentos especiais de consumo ritual, seja para trabalhar artefatos em materiais perecíveis como parte dos rituais ou como acompanhamento funerário. Talvez fosse essa também a função de parte

da debitagem e dos instrumentos encontrados no sítio Posto Fiscal. Isso implicaria em uma maior elaboração do rito funerário nesses dois sítios, tema que exploro no próximo capítulo.

5. Uma proposta de classificação dos sítios rituais

Como já foi comentado, os primeiros trabalhos em Pinhal da Serra (Ribeiro e Ribeiro 1985) foram guiados por uma visão normativa em que se esperava homogeneidade nos sítios de uma mesma cultura, sendo a variabilidade interpretada em termos temporais ou de sucessão de culturas. Já os novos trabalhos basearam-se em uma abordagem sistêmica que, conforme sintetizada pelo trabalho de Binford (1980), propõe que sítios produzidos pela mesma sociedade mas com funções diferentes devem variar em suas dimensões, conteúdo e estrutura. O que ocorre quando aplicamos essa mesma abordagem a uma categoria específica de sítios, a dos espaços rituais? Segundo Carr (2006a:76-77), uma mesma sociedade pode produzir diferentes tipos de sítios rituais que, de acordo com as atividades neles realizadas e os segmentos da sociedade que a eles têm acesso, deverão também variar em tamanho, forma, conteúdo e estrutura. Neste capítulo, proponho uma classificação que dê conta da variabilidade dos sítios rituais Jê do Sul para a área da pesquisa.

5.1. Critérios

Os critérios que proponho para classificar os distintos sítios de aterros anelares e montículos são sobretudo relacionados à sua arquitetura. Em um contexto arqueológico semelhante – o dos *earthworks* do período Woodland médio no leste dos Estados Unidos – Carr (2006a) e Ruby et al. (2006) notam variações de tamanho, forma e estrutura como sendo especialmente relevantes para se inferir a função dos sítios. Tendo em conta que boa parte dos sítios de aterros anelares e montículos Jê do Sul possui função funerária, podem-se utilizar critérios formais que apontem para investimentos diferenciais de trabalho e energia em sua construção, uma vez que tais diferenças, quando existem, costumam refletir distinções de *status* para os vários sepultamentos (Tainter 1978; Peebles e Kus 1977). Ainda dentro do contexto Woodland médio, Carr (2006c) e Bernardini (2004) observam distinções arquitetônicas relacionadas à forma dos aterros geométricos – em sua maioria circulares, mas também quadrangulares – sendo os *earthworks* que combinam diferentes formas interpretados como centros de comunidades diversas, responsáveis pela construção de seções diferentes das estruturas. Por fim, se a variabilidade arquitetônica pode revelar algo sobre o número de participantes na construção e no uso das estruturas rituais, tais aspectos são também

esclarecidos pelas dimensões das mesmas estruturas. Essa proposta é embasada pela correlação encontrada por Adler e Wilshusen (1990) entre espaço interno de estruturas rituais e número de participantes em cerimônias a partir de observações etnográficas.

Adaptados à realidade dos sítios Jê meridionais, os critérios acima mencionados podem ser resumidos em: 1) número de aterros anelares; 2) tipos de aterros (se apenas circulares, se apenas quadrangulares, ou se combinam as duas formas); 3) diâmetro do aterro maior; 4) número de montículos. Esses critérios medem a elaboração arquitetônica e o investimento de trabalho nas diferentes estruturas, e aparecem resumidos na Tabela 5.1, onde se incluem ainda as datas associadas aos vários sítios. Na tentativa de se encontrar um padrão aplicável a outras regiões, foram considerados também sítios de aterros anelares em Santa Catarina para os quais se dispunha de informações (De Masi 2005; Caldarelli 2008).

Sítio	Número de aterros	Tipos de aterros	Diâmetro do aterro maior	Número de montículos	Datas (Cal. AD)
Carneiro	2	1	20 m	2	-
Feliciano	2	1	20 m	1	-
Gine	2	1	20 m	2	-
Posto Fiscal	4	2	30 m	3	890-1640
RS-PE-21	2	1	20 m	2	1455-1640
RS-PE-29 1	1	1	80 m	0	-
RS-PE-29 2	2	1	30 m	2	-
RS-PE-29 3	2	1	20 m	2	1320-1640
RS-PE-31	3	2	40 m	3	-
SC-AB-96	4	1	30 m	5	1450-1635
SC-AG-100	1	1	40 m	4	1435-1635
SC-AG-108	2	1	15 m	2	1455-1640
SC-AG-112	1	1	30 m	1	-
SC-AG-114	2	1	20 m	2	-
SC-AG-116	1	1	20 m	1	-
SC-AG-12	2	1	60 m	4	1260-1620
SC-AG-75	2	1	30 m	2	990-1160
SC-AG-77	1	1	60 m	0	1420-1630
SC-AG-95	1	1	40 m	1	-
SC-AG-98	1	1	30 m	1	1300-1440
SC-AG-99	2	2	50 m	3	-
SC-CR-06	1	1	50 m	1	-

Tabela 5.1. Dados quantitativos de sítios de aterros anelares em Pinhal da Serra e em regiões limítrofes de Santa Catarina.

Gráfico 5.1. Correlação entre os vários atributos da tabela anterior.

Quando se observa o Gráfico 5.1, montado a partir dos atributos acima relacionados, percebem-se algumas correlações não casuais que permitem dividir os sítios em três classes. A primeira classe inclui os sítios de pequenas dimensões, com aterros anelares de até 20 m de diâmetro e de forma circular, aparecendo normalmente em pares, cada um cercado um montículo. São os sítios com função de cemitério para conjuntos de casas subterrâneas em sua vizinhança, conforme se descreverá mais adiante (§ 5.2). Alguns sítios com aterros de maiores dimensões (30 m) podem também ser incluídos nessa classe, contanto que as outras características se mantenham inalteradas. Esses sítios aparecem na parte central do Gráfico 5.1, uma vez que o mesmo está ordenado pelo diâmetro dos aterros. Outros sítios que aparecem na parte central do gráfico, onde se encontra a maior variabilidade, constituem a segunda classe: são estruturas arquitetonicamente elaboradas, com aterros de forma circular e quadrangular combinados, e com mais de dois montículos. A partir das evidências oriundas das escavações em sítios dessa classe, especialmente do sítio Posto Fiscal, é possível atribuir-

lhes a função de cemitérios de alto *status* (ver § 5.2.1). Por fim, nota-se no gráfico uma correlação negativa entre o diâmetro dos aterros anelares e os demais atributos. Os maiores aterros anelares, com diâmetro variando entre 50 e 80 m, aparecem isolados e sem montículos. Uma exceção, constituída pelo sítio SC-AG-12, explica-se pelo fato de os montículos nesse sítio serem de construção posterior à do aterro anelar de grandes dimensões (ver § 2.3). Conforme se verá ao final deste capítulo, a esses sítios de grandes dimensões se pode atribuir a função de centros cerimoniais regionais.

A seguir, examino as evidências das escavações apresentadas no Capítulo 4 para sugerir funções para cada classe de sítio. De forma antecipada, na Tabela 5.2 estão resumidas as classes de sítios rituais, a definição de cada uma, uma planta baixa que exemplifica cada classe, e suas funções hipotéticas.

Classe	Exemplo	Definição	Função sugerida
1		Aterros anelares de forma circular, quase sempre ocorrendo em pares alinhados E-W, NE-SW ou SE-NW, cada um cercando um montículo. Os diâmetros variam de 15 m a 30 m.	<u>Cemitérios</u> para comunidades residenciais habitando em conjuntos de casas subterrâneas em um raio de cerca de 1 km.
2		Aterros anelares de forma circular e/ou quadrangular, com mais de um aterro anexado a outro e três ou mais montículos.	<u>Cemitérios para indivíduos de alto status</u> comemorados através de eventos de <i>feasting</i> pós-mortuário nestes sítios arquitetonicamente complexos.
3		Aterros anelares de forma circular, normalmente sem montículos (embora estes possam ocorrer) e com diâmetro maior que 50 m.	<u>Centros cerimoniais regionais</u> , construídos e utilizados por várias comunidades habitantes de casas subterrâneas em um raio de cerca de 5 km.

Tabela 5.2. Classificação propostas para os sítios de aterros anelares com ou sem montículo, com a definição e a função sugerida para cada classe.

5.2. Cemitérios

A distinção principal, conforme os dados apresentados anteriormente, parece ser entre os sítios de aterros anelares pequenos e médios cercando montículos funerários e os aterros

anelares de maiores dimensões que não cercam montículos e podem ter cumprido outra função. De Masi (2006:60-63; 2009:110-111) denomina os primeiros de “cemitérios” e os segundos de “danceiros”. Nos casos em que se encontraram sepultamentos nos montículos, as etapas do ritual funerário conforme se pode reconstituir apresentam similaridades marcadas com o que está descrito nas etnografias dos Xokleng. Um análogo mais próximo no tempo, contudo, é a descrição do jesuíta Ruiz de Montoya do rito funerário dos Gualachos (um grupo Jê meridional, talvez ancestral dos Xokleng ou dos Kaingang, aldeado no século XVII no oeste do atual Paraná):

El modo de enterrar es este: lloran en casa al muerto hasta que le pueden sufrir por el hedor, luego lo sacan al campo pegado al pueblo o en la chacara de los parientes, y alli hacen un çarço alto del suelo un estado y en el lo ponen cubierto de paja por en cima, con el sol y frio se enjuga, estando ya seco hacen mucha chicha, limpian aquel lugar y en el sientan todos a beber, y otros queman el cuerpo en medio de aquella plaçuela, recojen las cenizas y hacen un hoyo y enterranlas, hacen en cima una casita mui pequeña redonda en la qual cabrá una persona sentada, levantandose todos y a grandes voces dicen en su lengua: sal, sal; vete, vete, repetiendolo muchas vezes a grandes gritos con lo qual dicen que sube al çielo. Cada año limpian aquel lugar sus deudos, y sus Casiques hacen un monton de tierra sobre la sepultura. (Montoya 1628 apud D’Angelis e Veiga 1996:93-94)

A pira funerária e o sepultamento secundário (ossos depositados em uma pequena cova) sob o montículo do sítio RS-PE-29, Estrutura 3 (ver § 4.3.3), bem como de sítios de Santa Catarina (De Masi 2006, 2009; Müller 2008), parecem corresponder às etapas do rito descrito por Montoya. Em um período mais recente, os Xokleng ainda mantinham a prática da cremação e da construção de pequenos montículos. Os mortos eram cremados em pilhas de madeira junto com seus objetos pessoais; os ossos calcinados eram recolhidos em um cesto forrado com folhas de xaxim que era então depositado em uma cova (Lavina 1994:66). A altura do montículo teria relação com o *status* do falecido, um tema que desenvolvo mais adiante neste capítulo:

As sepulturas em que depositam as cinzas de cada corpo que cremam consistem em buracos feitos cuidadosamente na terra, com a forma de uma panella de barro; e conforme a cathegoria do morto dão maior ou menor altura na terra que elevam sobre os mesmos buracos, cujo diâmetro na parte superior é de 0,30 c, o do bojo de 0,50 c e de altura 0,56 c; tendo o monte que elevam a forma de um côno truncado com a altura variável de 0,50 c a 0,60 c, sendo estas as dos caciques. (Vasconcellos 1912 apud Lavina 1994:66)

Neste ponto, é preciso tocar em uma questão que se tornou cara aos arqueólogos que pesquisam sítios Jê meridionais: a distinção, a partir do rito funerário, entre Kaingang e Xokleng. A presença de cremação é comumente citada como um critério que permitiria diferenciar sepultamentos Kaingang e Xokleng pré-coloniais, dado o fato de a cremação ter sido etnograficamente atestada apenas para os últimos (De Masi 2006; Lavina 1994:116; Silva 2001:151-155). Não se pode, contudo, esquecer que a cremação com sepultamento secundário sob montículos foi também registrada para os “Gualachos” do oeste paranaense, como mencionado parágrafos acima, e que Telêmaco Borba relatou ter escavado montículos com cremação no município de Tibagi, Paraná, em território tradicionalmente Kaingang, questionando-se o próprio autor sobre a autoria de tais sepultamentos (*apud* D’Angelis e Veiga 1996:95). De todo modo, estima-se que a separação entre Kaingang e Xokleng – ao menos em termos lingüísticos – seja bastante recente, não anterior a AD 1390 (Jolkesky 2010:269), o que torna improvável a identificação de qualquer sítio arqueológico Jê meridional anterior a essa data como Kaingang ou como Xokleng.

No entanto, no caso de Pinhal da Serra e das regiões limítrofes de Santa Catarina, estamos em território próximo à área historicamente ocupada pelos Xokleng (que faziam incursões ao planalto rio-grandense até o início do século XIX, cf. Mabilde 1899:145), e existem datas relativamente recentes, entre AD 1400 e 1600, para grande parte dos sítios funerários, de modo que não é impossível estarmos tratando de algum grupo Proto-Xokleng.

Como se mencionou anteriormente, os Kaingang, que também mantinham a construção de montículos funerários até período recente, parecem não ter praticado a cremação. Por outro lado, o funeral era mais elaborado, com ritos posteriores ao sepultamento quando, nos cemitérios, se realizavam grandes eventos de *feasting* envolvendo o consumo de uma bebida fermentada de mel chamada *kiki* (Baldus 1937; Métraux 1946; Veiga 2000). O rito de “culto aos mortos” ou *kikikoi* (ritual para beber o *kiki*) foi apontado por diversos antropólogos como o mais importante rito da sociedade Kaingang: como outros povos Jê, estes estão divididos em metades patrilineares e exogâmicas – denominadas *Kamé* e *Kairu* – que, durante o rito funerário, demonstram sua complementaridade, cada metade rezando pelos mortos da metade oposta (Crépeau 1994). É apenas durante o *kikikoi* que as crianças são designadas a uma das sub-metades de caráter ritual (Baldus 1937), e também é esse o único rito durante o qual os Kaingang utilizam pinturas corporais conforme a metade a que pertencem (Crépeau 1994;

Métraux 1946:457). Existem indicações de que esse ritual no passado acompanhava o sepultamento secundário de caciques (Veiga 2000:225).

Em Pinhal da Serra, a proximidade entre sítios funerários e conjuntos de casas subterrâneas (Figura 3.1) permite interpretar os primeiros como cemitérios de comunidades específicas (Saldanha 2005, 2008). Nestes locais, os habitantes dos conjuntos de casas subterrâneas se reuniam para a cremação e para o sepultamento secundário de seus mortos. O enterramento secundário, em termos antropológicos, é um rito bastante elaborado em que se estendem as exéquias e o morto não é considerado propriamente sepultado enquanto seus ossos não são transportados ao local definitivo. O traslado de um morto à sepultura final costuma reunir a comunidade por completo, servindo como arena para a negociação de alianças entre os vivos que cooperam no ritual, e metaforicamente reforçando os laços comunitários através da transformação de mortos específicos em ancestrais coletivos (Larsson 2003). No caso em questão, os habitantes de um ou mais conjuntos de casas subterrâneas vizinhos a um sítio cemitério constituiriam *comunidades residenciais* (Carr 2006a:75) – grupos de pessoas vivendo em proximidade e interagindo regularmente – que reforçariam seus laços e renovariam suas alianças durante os esforços coletivos para o sepultamento secundário e para a construção dos montículos e aterros anelares. A centralidade do rito funerário entre os Kaingang ainda após o contato mostra que esta pode ser uma questão estrutural entre os povos Jê do Sul.

Também é importante notar que a emergência de áreas formais de disposição dos mortos (ou seja, cemitérios) ligadas a comunidades residenciais específicas foi proposta por Saxe (1970) e, posteriormente, confirmada em parte por Goldstein (1981) com base em dados etnográficos, como uma das formas pelas quais grupos corporativos – normalmente organizados em linhagens – legitimam, através da celebração dos ancestrais, o direito a seu território e aos recursos nele contidos. No caso em questão, a hipótese de Saxe (1970) é reforçada pelos relatos etno-históricos segundo os quais a organização territorial dos grupos Jê do Sul, em particular dos Kaingang no Rio Grande do Sul, tinha como princípio a divisão dos pinheirais entre os vários cacicados, sendo comum a guerra provocada pela violação desses territórios (Mabilde 1899:142-144). A emergência dos aterros anelares e montículos funerários ligados a conjuntos residenciais específicos já em período pré-colonial pode estar relacionada ao princípio desse processo de territorialização.

Em relação à arquitetura desses sítios, nota-se que se apresentam normalmente como pares de aterros anelares e montículos alinhados nordeste-sudoeste, com pequenas exceções e variações (Figuras 4.1, 4.27, 4.30, 4.47). Carr (2006c:274) observa que, dentre as variáveis que determinam a localização de uma sepultura dentro do cemitério, o pertencimento a um segmento social diferenciado horizontalmente (clãs, linhagens, metades, entre outros) é o mais freqüente em diversas culturas. Portanto, se uma organização social dualista estava presente entre os Jê do Sul em período pré-colonial, é provável que cada metade sepultasse seus mortos em um dos montículos – oriental ou ocidental – dos pares de aterros anelares. Ao menos em período recente essa organização espacial ainda vigorava entre os Kaingang, com os mortos das metades *Kamé* e *Kairu* sepultados em setores distintos do cemitério, embora a direção associada a cada metade variasse conforme a comunidade (Crépeau 2002:117-118).

Ruby et al. (2006:159-162) notam, através da comparação de casos arqueológicos e etnográficos, que sítios rituais associados a comunidades residenciais específicas costumam distar destas não mais do que 1 km. Assim, foram adicionados através do ArcGIS *buffers* (Conolly e Lake 2006:209-211) de 1 km de raio aos sítios de aterros anelares e montículos de Pinhal da Serra (Figura 5.1). Pode-se notar que todos os cemitérios estão a menos de 1 km de sítios de casas subterrâneas, e que há grande aglomeração de sítios em alguns pontos, com “territórios” se sobrepondo e muitos conjuntos de casas subterrâneas próximas a algumas estruturas. Parece, portanto, que há múltiplos cemitérios dentro do território de cada comunidade residencial, e também é possível que mais de uma comunidade utilizasse cada cemitério (Ruby et al. 2006:159-165; Bernardini 2004:336; Carr 2006a:77-78).

Figura 5.1. *Buffers* de 1 km em torno dos sítios de aterros anelares e montículos de Pinhal da Serra.

5.2.1. O significado dos sítios “complexos”

Os sítios RS-PE-31 (§ 4.2) e Posto Fiscal (§ 4.5) fogem ao padrão notado até agora. Em um trabalho anterior (Souza 2007) propus a divisão entre os sítios funerários “simples” e os “complexos”; atualmente, eu utilizaria esta última designação para os sítios formados por muitos montículos e com maior elaboração arquitetônica, com muros de terra quadrangulares unidos às formas circulares. As escavações revelaram que atividades distintas ocorriam nos sítios “complexos”, conforme evidenciado pelos conjuntos líticos e cerâmicos e também pelas feições encontradas (ver capítulo anterior). Levando adiante a interpretação sistêmica da variabilidade dos sítios de Pinhal da Serra, deve-se notar que a mesma sociedade pode utilizar múltiplos cemitérios de diversos tipos para sepultar diferentes segmentos de seus membros, conforme suas diferentes posições sociais, e que esses cemitérios devem portanto variar em tamanho, forma, conteúdo e estrutura (Carr 2006a:77-78). Existe a possibilidade de que alguns cemitérios Jê do Sul fossem reservados a indivíduos de *status* superior?

A reconstrução, a partir das práticas funerárias, do nível de complexidade das sociedades no passado se baseia no princípio de que o *status* de um indivíduo em vida se refletirá no seu tratamento após a morte e de que, portanto, quanto mais complexa for uma sociedade (no

sentido de ser estratificada ou organizada por princípios de *status*), mais complexo será o conjunto dos ritos mortuários, apresentando maior número de tratamentos diferenciados (Binford 1971; O'Shea 1984). Os indicadores mais freqüentemente utilizados para medir a complexidade dos ritos mortuários são o tratamento dispensado ao corpo, a preparação de sua tumba e os acompanhamentos funerários. Autores como Binford (1971), Peebles e Kus (1977), Tainter (1978) e O'Shea (1984) enfatizam que, nas sociedades complexas, quanto mais alto for o *status* de um indivíduo, maior será o número de pessoas que lhe devem obrigações, contribuindo com um maior investimento de trabalho e maior dispêndio de energia no tratamento do corpo, na construção da tumba e na preparação dos acompanhamentos. Mesmo em casos nos quais não se encontram símbolos materiais claros de diferenciação, aspectos como a duração e as atividades que são realizadas durante o funeral costumam distinguir o tratamento dispensado a indivíduos de alto *status* (Carr 2006b:246). Aspectos como a localização da tumba, em posição proeminente ou segregada das demais, são também relevantes (Carr 2006b:243). No caso das distinções de *status*, espera-se que quanto mais alta for uma posição, menor será o número de pessoas a possuí-la – ao contrário das distinções horizontais, como as metades, que possuem cada uma um número aproximadamente igual de membros (Binford 1971; O'Shea 1984; Peebles e Kus 1977).

Existem suficientes informações etnográficas para demonstrar a aplicabilidade dos critérios acima mencionados aos povos Jê meridionais. Entre os Kaingang do Rio Grande do Sul no final do século XIX apenas os caciques principais eram sepultados sob montículos, cuja construção congregava todas as tribos que lhes eram subordinadas:

Fallecendo o cacique principal dos coroados é enterrado com grande pompa devida à sua alta posição. [...] O filho mais velho (com o arco e as frechas de seu pai) chega-se ao cadáver pelo lado dos pés e elevando as armas para cima da cabeça, declara às tribus que elle é agora o seu chefe supremo [...] Em seguida o novo chefe ordena os homens das tribus que cubram com terra o cadáver de seu pai [...] Assim que o cadáver fica deste modo soterrado, chegam-se todos para junto ao fogo e tratam de comer. [...] No dia seguinte ao enterro do cacique principal e desde esse dia em diante todos os moços das tribus subordinadas voltam ao lugar da sepultura do cacique e sobre ella amontoam terra até formar um túmulo circular de não menos de 25 palmos de diâmetro (e às vezes mais) com 6 palmos de altura, serviço este no qual levam às vezes muitos mezes, porque além de carregarem a terra em uma espécie de cabaz (feito de taquara e cipó) de pequenas dimensões, pouco maior do que uma quarta de alqueire [...] vão buscal-a em geral à grande distância, à margem de algum arroio ou sanga com barranco que desmorone, e donde a fazem sahir com estacas de madeira. [...] Acabado o túmulo, no dia seguinte para ahi se dirigem todas as tribus, carregando as mulheres e crianças os mantimentos, e os homens armados de arco e frechas, com o novo cacique à

frente. Ahi chegados as mulheres fazem fogos ao redor do túmulo, na distância de 8 a 10 palmos um do outro e isto no terreno que previamente foi expurgado da vegetação, e junto a esses fogos fazem uma refeição, finda a qual começam as cenas de gritaria e cantos lúgubres já por nós referidos, e acompanhados de gestos burlescos que elles dizem que exprimem sua dôr pelo desaparecimento do seu cacique. (Mabilde 1897:162-166)

Nesse relato transparecem também a hereditariedade do cargo de cacique principal e as refeições, pequenos “*feastings*” que acompanham seu longo funeral e prosseguem após a construção do montículo. O mesmo local em que se sepultava um cacique principal era destinado ao sepultamento dos caciques subordinados, embora sem montículo e com ritos menos prolongados, o que aponta para a existência de cemitérios segregados para indivíduos de *status* elevado entre os Kaingang históricos (Mabilde 1897:166). Já entre os Xokleng do início do século XX, todos os indivíduos eram sepultados sob montículos, embora os montículos de maiores dimensões fossem reservados aos caciques, como notado anteriormente (Lavina 1994:66).

De imediato já se pode argumentar que os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal cumprem com os critérios para a identificação de cemitérios de alto *status*: 1) esses sítios existem em menor número que os cemitérios “simples”; 2) a complexidade de sua arquitetura aponta para um maior investimento de energia em sua construção (embora isso tenha ocorrido a longo prazo, considerando-se as datas do sítio Posto Fiscal); 3) os conjuntos artefatuais dos dois sítios apontam para uma diversidade maior de atividades realizadas nesses cemitérios em relação aos demais; 4) essas atividades poderiam envolver a confecção de itens rituais ou para acompanhar o(s) falecido(s), caso em que atestariam maior investimento na produção dos acompanhamentos funerários em comparação com os demais cemitérios; 5) as atividades também poderiam envolver a preparação e consumo de alimentos, assemelhando-se aos *feastings* funerários dos caciques Kaingang. Vejamos através de uma “biografia” do Montículo B do sítio Posto Fiscal (onde as intervenções foram mais intensas) as atividades que teriam tido lugar nos sítios “complexos” (Figura 5.2):

Figura 5.2. Processo de formação do Montículo B, sítio Posto Fiscal.

Inicialmente, alguns indivíduos foram sepultados em grandes covas, em um caso com uma pequena vasilha servindo de acompanhamento (1). Após a cobertura (2) dessas covas, foram realizadas atividades ao seu redor que resultaram no acúmulo de material lítico e cerâmico, concentrado no que seria a base do montículo (3). A análise apresentada no capítulo anterior demonstrou que essas atividades devem ter sido semelhantes às realizadas em contextos domésticos, incluindo a preparação e o consumo de alimentos. Através da distribuição do material percebeu-se uma associação entre as lascas com marcas macroscópicas de uso e certas feições como conjuntos de pedras que podem ter sido fornos. Essa distribuição é similar à que se observa, por exemplo, nos casos de refugio primário no entorno de fogueiras (Sakaguchi 2007:34-35, 41). Seria esse refugio um remanescente do que se denomina *feasting* na literatura antropológica? Twiss (2008) propõe alguns correlatos materiais de *feastings*, dos quais os seguintes são aplicáveis ao caso em questão: a) o consumo em grande quantidade, evidenciado pelo refugio; b) o uso de estruturas e locais especiais; c) a associação com rituais, no caso funerários. Não se deve esquecer, contudo, que muito do material lítico pode também ter sido utilizado para a confecção de objetos perecíveis, seja como acompanhamentos funerários, seja como itens usados nos rituais (Odell 1994; Carr 2006d:465-468).

Posteriormente, pode-se depreender da estratigrafia que houve vários acréscimos, em especial sobre as covas, aumentando as dimensões do montículo (4). Nos níveis iniciais do montículo também foi encontrado material, embora disperso e sem associação com feições particulares, padrão que se assemelha ao de refugio secundário resultante de limpeza e redeposição (Sakaguchi 2007:34-35, 41), sendo nesse caso o material redepositado originário das áreas de refugio primário de eventos de *feasting*. O uso de refugio secundário como preenchimento em construções, inclusive as de caráter ritual, já havia sido notado por Schiffer

(1987:70). Walker (1995) utiliza o termo “lixo cerimonial” para se referir aos artefatos utilizados ou quebrados provenientes de rituais e depositados como preenchimento em construções de caráter cerimonial por ocasião de seu abandono. Já os “depósitos sacrificiais” seriam artefatos inteiros ou não utilizados, propositadamente tirados de circulação através de sua deposição em espaços rituais. A vasilha inteira, possível acompanhamento funerário, encontrada em uma das feições no Montículo B seria um exemplo de depósito sacrificial, ao passo que os demais fragmentos de cerâmica, os instrumentos e as lascas com marcas de uso fariam parte do lixo cerimonial - depositado seja como refugio primário, seja como secundário no preenchimento do montículo.

Em contextos andinos, Vega-Centeno (2007) observa que centros cerimoniais construídos em múltiplos estágios apresentam eventos de construção de novas estruturas precedidos pelo soterramento proposital de estruturas antigas; o material com que essas estruturas soterradas foram preenchidas é refugio secundário relacionado à preparação e ao consumo de alimentos, composto por ossos de fauna, vegetais, pedras de fogueira, fragmentos de recipientes e lascas de quartzo. Na interpretação do autor, tais evidências apontariam para eventos de *feasting* precedendo cada etapa de construção – uma estratégia das nascentes elites andinas envolvendo a distribuição e o consumo conspicuo de alimentos para recrutar seguidores e mobilizar seu trabalho nas construções. Esse caso apresenta paralelismos interessantes com o sítio Posto Fiscal (e com outros sítios rituais Jê do Sul, em especial os sítios PM01 e SC-AG-12, ver Capítulo 2). É preciso lembrar que pequenas lascas de quartzo eram abundantes também no sítio RS-PE-31, e a escolha dessa matéria-prima pode ter se dado em ambos os casos por razões simbólicas, dadas as suas propriedades visuais (Vega-Centeno 2007:164). Uma diferença importante com relação ao contexto andino está no caráter funerário dos sítios Posto Fiscal e RS-PE-31, sugerindo que talvez a linhagem do(s) indivíduo(s) aí sepultado(s) “patrocinasse” o trabalho de construção do montículo através da promoção de *feastings*.

Hayden (2009:37-38) observa que em sociedades de nível médio de complexidade a promoção de *feastings* funerários é o pretexto mais utilizado pelas elites emergentes para a manipulação em favor de seus próprios interesses, algo que é exacerbado quando as elites conseguem reunir uma quantidade suficiente de seguidores para participar da construção de monumentos funerários. Nessas sociedades, entre as quais podem-se incluir os Jê meridionais em período pré-contato, os anfitriões (no caso, a linhagem do falecido) costumam convidar uma grande quantidade de participantes para o funeral, de modo a ostentar seu poder em

demonstrações de consumo conspícuo para atrair alianças desejáveis (Hayden 2009:33). Em período recente, uma sobrevivência desse tipo de comportamento seria o funeral dos caciques Kaingang conforme narrado acima (Mabilde 1897:162-166).

Uma extensa camada de argila parece ter sido acrescentada como cobertura do montículo em um determinado estágio (4). Sobre essa cobertura, foi possivelmente realizada a cremação de um novo indivíduo, resultando em uma lente de argila queimada associada a ossos calcinados (5). Mais terra foi então acrescentada, dando ao montículo sua cobertura final (6). Facilmente se percebe como a complexidade da biografia do sítio Posto Fiscal contrasta com a dos demais, e pode-se propor uma relação entre complexidade arquitetônica, *feastings* funerários e sepultamentos de *status* superior.

5.3. Centros cerimoniais

A outra categoria de sítios rituais estaria representada pelos centros cerimoniais de função não-funerária. Tais estruturas corresponderiam aos aterros anelares de grandes dimensões e sem montículos, denominados “danceiros” na classificação de De Masi (2006:60-63; 2009:110-111). Em Pinhal da Serra, a Estrutura 1 do sítio RS-PE-29 (ver § 4.3.1), com 80 m de diâmetro, é o único sítio trabalhado pelo NuPArq que estaria dentro dessa categoria. A interpretação da estratigrafia do aterro sugere que a terra com que foi construído não é local, e pode ter sido trazida de longa distância. Juntamente com as dimensões da estrutura, isso aponta para uma mobilização de trabalho em sua construção superior à do âmbito de uma única comunidade residencial. Se existe alguma relação entre o espaço interno das estruturas e o número de pessoas que nelas se reuniam, então a Estrutura 1 também teria sido planejada para rituais com muitos participantes.

Adler e Wilshusen (1990:135) propõem, a partir da análise de diferentes casos etnográficos de sociedades tribais, a distinção entre estruturas integrativas de baixo e de alto nível. “Estruturas integrativas”, no caso, são espaços preparados para a congregação de indivíduos acima do nível da unidade doméstica (Adler e Wilshusen 1990:133). Nas estruturas de baixo nível reúne-se apenas uma parte da comunidade para atividades às vezes rituais, às vezes seculares, ao passo que as estruturas de alto nível costumam possuir uma função ritual especializada e servem para a congregação de uma comunidade inteira ou de muitas comunidades separadas, apresentando, em geral, espaços internos mais amplos que as

estruturas de baixo nível (Adler e Wilshusen 1990:135-137). No contexto de Pinhal da Serra, os pequenos aterros anelares com montículos, interpretados como cemitérios, corresponderiam às estruturas integrativas de baixo nível para integração de uma ou duas comunidades residenciais, ao passo que os grandes aterros anelares, como a Estrutura 1 do sítio RS-PE-29, seriam estruturas de alto nível construídas e utilizadas por múltiplas comunidades residenciais, conferindo-lhes o caráter de centros cerimoniais regionais.

“Centro cerimonial” é um termo normalmente utilizado para designar um local onde populações dispersas periodicamente se reúnem para rituais coletivos (Bernardini 2004:331). Entre os povos Jê do Sul em período histórico centros cerimoniais ainda eram construídos pelos Xokleng, embora já sem as construções monumentais de terra do período pré-contato. Uma vez ao ano, durante o verão, todos os bandos Xokleng dispersos se reuniam para o rito de iniciação das crianças:

Descrevendo esta cerimônia, Paula (1924:129) afirma que para a sua realização uma grande área circular é limpa, sendo construídos em sua periferia pequenos abrigos. No centro é acesa uma fogueira, em torno da qual os homens iniciam uma dança, percutindo os cabos das lanças no solo. As mulheres os seguem, acompanhando o ritmo com chocalhos. Durante estas danças, é consumida grande quantidade de bebida alcoólica, sendo também as crianças obrigadas a beber até a insensibilidade. Para aumentar o efeito da bebida, estas são ainda sacudidas e arremessadas de uma pessoa a outra. É neste estágio que os lábios são perfurados, sendo introduzido no orifício um pequeno labrete de madeira. As meninas não tinham o lábio perfurado, mas sofriam duas incisões na perna esquerda, abaixo da rótula. Após a perfuração dos lábios o consumo de bebidas continuava, realizando-se também jogos e danças. (Lavina 1994:64-65)

A analogia com tais espaços cerimoniais dos Xokleng para iniciação das crianças, como foi visto no Capítulo 2, se aplica bem a grandes aterros anelares como o sítio SC-AG-12 onde se encontraram evidências de *feasting* e um tembetá (De Masi 2006, 2009). Os Kaingang em período histórico não possuíam correlatos dos centros cerimoniais arqueológicos, mas estavam organizados regionalmente: conforme Fernandes (2004:102-103), os Kaingang estariam divididos em diferentes grupos locais, cada um sob o comando de um cacique subordinado, ligados por redes de aliança através das quais formavam blocos de atuação política sob o comando de um único cacique principal – enquadrando-se na definição clássica de “sociedade segmentar” em que diversos grupos locais podem se articular em unidades maiores. Essa organização regional é também descrita por Mabilde (1899:142), e parece que os *feastings* funerários dos caciques principais eram uma ocasião em que se reuniam todas as

tribos subordinadas, de modo que os cemitérios faziam as vezes de centros cerimoniais regionais (Mabilde 1897:162-166; Fernandes 2004:103).

A agregação de muitas comunidades residenciais dispersas para a construção de monumentos – centros cerimoniais – parece ter sido comum entre várias culturas na transição para a agricultura e o sedentarismo: esse é o caso dos megálitos, montículos e *henges* do Neolítico na Europa ocidental (Bradley 1998; Scarre 2001), dos templos em forma de U da costa peruana durante o período formativo (Dillehay 2004) e dos aterros geométricos e montículos do período Woodland médio nos Estados Unidos (Bernardini 2004; Carr 2006a). Isso é um indicativo de que, na trajetória de distintas sociedades, o investimento em monumentos de caráter ritual serve à integração de comunidades em processo de adensamento populacional (Bandy 2004). Existem também inúmeros exemplos etnográficos, dos quais o mais pertinente é o dos Mapuche do Chile, detalhadamente estudado por Dillehay (1990, 1992, 1995). Os Mapuche estavam divididos em comunidades locais política e economicamente independentes, porém dependentes umas das outras em termos sociais e ideológicos. Cada conjunto de comunidades residenciais vizinhas, compostas por linhagens unidas por laços de matrimônio, possuía um centro cerimonial onde se reuniam para cerimônias periódicas. Os membros de uma linhagem participavam de várias cerimônias cada ano, no centro cerimonial de sua comunidade e também como convidados em centros cerimoniais distantes. Essa participação em diferentes cerimônias criava redes regionais ligando as linhagens: durante as cerimônias, negociavam-se casamentos, trocas e alianças, e por isso convidavam-se participantes oriundos de áreas com recursos desejáveis, em especial terra cultivável. Como resultado dessas interações regionais, emergiu um padrão arquitetônico para os centros cerimoniais: são grandes pátios de dimensões variáveis conforme o número de participantes, tendo no centro um altar, e cercados por cabanas dispostas em forma de U nas quais se abrigam as linhagens conforme a posição geográfica que ocupam no território regional. O caso Mapuche apresenta paralelismos com os casos arqueológicos citados anteriormente, e pode servir para iluminar os processos de emergência de centros cerimoniais com arquitetura padronizada, bem como o papel destes na integração de comunidades dispersas por uma ampla região.

Quando muitas comunidades residenciais, ou segmentos destas, se unem para formar uma unidade maior com um propósito comum – como a construção e uso de centros cerimoniais regionais – forma-se uma *comunidade simbólica* (Carr 2006a:76). As comunidades

simbólicas podem ter um propósito político, econômico ou religioso, e costumam provir de uma área geográfica limitada, por exemplo, como um conjunto de comunidades residenciais que participam de um mesmo culto ou festividade local (Carr 2006a:76). Ruby et al. (2006:160) notam que no caso de sociedades que praticam agricultura de coivara, cada comunidade residencial cultiva áreas até uma distância média de 3 a 5 km das aldeias, de modo que esta seria uma distância prática para interações regulares com outras comunidades residenciais, e corresponderia ao território de uma comunidade simbólica. Ruby et al. (2006:162-165) confirmaram essas distâncias como *catchment* médio de alguns centros cerimoniais Hopewell no leste dos E.U.A., de modo que é promissor testar essas distâncias para o caso Jê do Sul em estudo.

Para isso, foram plotados no ArcGIS os sítios arqueológicos Jê do Sul – com UTM's ou posição em mapas disponíveis em publicações – na região englobada pelas usinas de Barra Grande e Campos Novos. Destes, foram considerados como centros cerimoniais regionais os aterros anelares com mais de 50 m de diâmetro. A análise de vizinho mais próximo (Conolly e Lake 2006:164-166) revelou que esses sítios estão separados por uma média de 9,2 km em um padrão disperso regular, com menos de 1% de probabilidade de se dever ao acaso. Essa distância corresponde a um *catchment* de 4,6 km de raio para cada sítio, estando de acordo com as observações de Ruby et al. (2006:160-165). Acrescentando-se *buffers* de 5 km em torno de cada centro cerimonial (Figura 5.3), vêem-se os possíveis territórios das comunidades simbólicas que neles congregariam. Essa é, contudo, uma medida irreal, pois desconsidera o terreno. Para se obter um resultado mais realista, foi gerada uma superfície de declividade (Conolly e Lake 2006:190-195) a partir da qual se calculou o custo de movimento pelo terreno (Conolly e Lake 2006:221-224) expresso em uma superfície que mostra as áreas mais facilmente acessíveis a partir de cada centro cerimonial (Figura 5.4). Foram gerados então polígonos que aparecem na Figura 5.5 marcando os limites dos possíveis territórios de cada centro cerimonial regional. Os habitantes nos vários conjuntos de casas subterrâneas de um território constituiriam uma *comunidade simbólica* que se reuniria periodicamente em um grande aterro anelar. Cada conjunto habitacional, por outro lado, constituiria uma *comunidade residencial* com um ou mais cemitérios (pequenos aterros anelares com montículos), provavelmente interagindo com comunidades vizinhas e reunindo-se com estas em cemitérios especiais (e.g. RS-PE-31 e Posto Fiscal), onde ocorriam funerais e celebrações elaboradas de indivíduos de *status* elevado. É possível também que algumas comunidades participassem de

eventos em centros cerimoniais de outros territórios. Essa interação a longa distância teria sido responsável pela dispersão de uma mesma linguagem arquitetônica por todo o território Jê do Sul.

Figura 5.3. Buffers de 5 km no entorno dos sítios de grandes aterros anelares.

Figura 5.4. Superfície de custo-distância, pesada pela topografia (declividade).

Figura 5.5. Territórios propostos para cada centro cerimonial regional.

Legenda

- Aterros anelares < 50 m
- Aterros anelares > 50 m
- Lito-cerâmicos
- Casas subterrâneas

6. Sistemas de assentamento e paisagem ritual Jê do Sul: modelos de territorialidade para a área da pesquisa e além

No capítulo anterior, os sítios rituais de Pinhal da Serra foram classificados conforme suas características arquitetônicas e, no caso dos sítios escavados, conforme as feições e os materiais arqueológicos associados. Foi sugerido que os pequenos aterros anelares cercando montículos seriam cemitérios de comunidades residenciais habitando conjuntos de casas subterrâneas próximas, e que os sítios mortuários arquitetonicamente complexos e com evidências de eventos de *feasting* poderiam ter sido destinados a indivíduos de alto *status*. Foi também sugerido que os grandes aterros anelares sem função funerária poderiam ter servido como centros cerimoniais para comunidades simbólicas formadas por habitantes de muitos conjuntos de casas subterrâneas dispersos pelo território. Possivelmente a interação a longa distância nos centros cerimoniais teria levado à difusão de uma mesma forma arquitetônica para tais centros por todo o território Jê do Sul, resultando na ampla distribuição dos aterros anelares levantada no Capítulo 2 (Figura 2.1).

Neste capítulo, a variabilidade arquitetônica dos sítios rituais Jê do Sul em Pinhal da Serra é analisada em relação aos demais sítios, em particular aos sítios de habitação compostos por conjuntos de casas subterrâneas, de modo a explorar seus papéis dentro do sistema de assentamento na área da pesquisa e também em regiões adjacentes do Planalto Meridional onde se encontram as mesmas classes de sítios. Já no Capítulo 3 foi apresentada uma breve discussão com visões divergentes a respeito dos sistemas de assentamento Jê meridionais, com alguns autores advogando maior mobilidade (Schmitz et al. 2002), e outros, maior permanência (Copé 2006; Saldanha 2005). O fato é que ao longo do amplo território ocupado por grupos Jê do Sul podem-se observar diferenças significativas: a associação entre conjuntos densos de casas subterrâneas e aterros anelares (com ou sem montículo) parece ser um fenômeno do planalto nordeste do Rio Grande do Sul e leste de Santa Catarina (Copé et al. 2002; Saldanha 2005; De Masi 2005; Rohr 1971; Reis 2007; Schmitz et al. 2010), contrastando, por exemplo, com a maior parte do Paraná e o sul de São Paulo, onde o padrão de assentamento Jê meridional é caracterizado por sítios lito-cerâmicos superficiais e cemitérios com múltiplos montículos (Chmyz et al. 1999; Parellada 2005; Araujo 2001; Robrahn 1989). Esses diferentes padrões remetem a distintos sistemas de assentamento, e se

em algumas regiões os grupos Jê do Sul podem ter estabelecido maior territorialidade e permanência, em outras uma maior mobilidade pode ter sido a regra.

Conforme mencionado acima, Pinhal da Serra se insere em uma “província” arqueológica (*sensu* Brunson 1985) que inclui as bacias dos rios Canoas e Pelotas, ou seja, a parte nordeste do planalto do Rio Grande do Sul e leste do planalto de Santa Catarina. De um ponto de vista físico, é nessa região que ocorrem algumas das maiores altitudes e temperaturas mais baixas do Planalto Meridional, com uma vegetação marcada pelo encontro da floresta ombrófila mista com os campos naturais. Arqueologicamente, é nessa região que se concentram os sítios de casas subterrâneas, e é também onde estes se compõem de conjuntos mais densos, com até 104 casas por sítio (Reis 2007; Schmitz et al. 2010). Ainda em termos arquitetônicos, é nessa região que estão concentrados os sítios de aterros anelares com e sem montículo, embora os mesmos apareçam (com baixa frequência) em outros pontos do planalto meridional, como foi notado no Capítulo 2. A densidade de estruturas arquitetônicas, tanto domésticas quanto rituais e mortuárias, torna razoável supor que essa região do planalto meridional teria comportado uma população mais densa e sedentária no passado (Copé 2006; Saldanha 2005; mas ver Schmitz et al. 2002 para argumentos contrários). Os autores que se debruçaram recentemente sobre a arqueologia da região concordam também em atribuir algum grau de complexidade sócio-política à ocupação Jê pré-colonial, seja a partir de dados funerários, do sistema de assentamento, ou da estrutura dos sítios de habitação (Copé 2006; Saldanha 2005, 2008; Schmitz et al. 2010; Corteletti 2011; Beber 2011; De Masi s.d.). Um dos argumentos apresentados no capítulo anterior, de que haveria distinções hierárquicas entre os sítios de aterros anelares com montículos funerários, aponta para a mesma conclusão. No caso específico de Pinhal da Serra, quais as relações entre o padrão observado entre os sítios rituais e mortuários e o sistema de assentamento como um todo? São dados que se corroboram mutuamente?

6.1. Hierarquia dos assentamentos em Pinhal da Serra

A existência de hierarquia entre os tipos e dimensões dos assentamentos é um dos indícios de que se está tratando de correlatos arqueológicos de sociedades estratificadas (Peebles e Kus 1977:431-432) – embora situações em que tais distinções são aparentes possam refletir, na realidade, diferenças funcionais. No caso de Pinhal da Serra, observa-se na Figura 6.1 que

existem variações não apenas nas dimensões dos aterros anelares e montículos, mas também entre os sítios de casas subterrâneas. Essas variações estão representadas a partir do número de “casas” (estruturas semi-subterrâneas) por sítio, um parâmetro já utilizado por vários autores (Reis 2007:116-118; Beber 2004:200-201; Saldanha 2005:125-126).

Legenda

Casas subterrâneas	Aterros anelares
Número de casas	
● 1 - 5	● Pequenos
● 6 - 11	● Grandes (80 m)
● 12 - 23	■ Lito-cerâmicos

Figura 6.1. Sítios de Pinhal da Serra, RS, classificados conforme o número de casas subterrâneas e as dimensões dos aterros anelares.

Neste momento, são necessários dois comentários de cautela: em primeiro lugar, no que diz respeito à contemporaneidade das estruturas dentro do mesmo sítio. Schmitz et al. (2002:102) são da opinião de que os sítios com aparência de “aldeias” de casas subterrâneas

são, na verdade, resultantes da construção e uso de poucas estruturas em diferentes momentos de ocupação do local, o que é corroborado pelas datas obtidas em sítios de Vacaria. Em Pinhal da Serra, por outro lado, Saldanha (2005:73) argumenta que ao menos os sítios mais densos de casas subterrâneas parecem ter sido planejados e construídos como um conjunto, com as várias estruturas escavadas sobre um único terraceamento prévio do terreno. Na outra margem do rio Pelotas, em Anita Garibaldi, Santa Catarina, o sítio SC-AG-107, composto por nove casas subterrâneas, apresentou datas distintas para o início da ocupação nas várias estruturas, embora um breve período de contemporaneidade pudesse ser notado (Müller 2007). Uma situação similar é apresentada por Copé (2006:248-253) para o sítio RS-AN-03 em Bom Jesus: embora as duas casas datadas tivessem sido construídas em períodos distintos, sua ocupação é largamente contemporânea. Portanto – ao menos para a “província” arqueológica em que Pinhal da Serra se situa, caracterizada por uma alta densidade de estruturas – pode-se supor que a habitação simultânea de todas ou da maioria das casas, mesmo que construídas em épocas diferentes, teria ocorrido em algum momento da ocupação de cada sítio.

O segundo comentário diz respeito à contemporaneidade da ocupação dos diferentes sítios. No caso de Pinhal da Serra, ainda que não existam datas para a maioria dos sítios domésticos, a amostra atual parece apontar para a ocupação simultânea destes ao menos durante alguns séculos. Retomando as datas apresentadas na Tabela 3.1 e na Figura 3.2, é preciso notar que as datas mais antigas, dos sítios RS-PE-41 e RS-PE-11, representam a ocupação mais antiga de uma casa de cada sítio. No caso específico do sítio RS-PE-11, duas das casas escavadas continham uma segunda camada de ocupação, mais recente, separada da primeira por níveis estéreis (Saldanha 2005:75-78). Esse segundo momento de ocupação muito provavelmente seria posterior ao “hiato” observado na Figura 3.2 e, conseqüentemente, contemporâneo às datas obtidas por Ribeiro e Ribeiro (1985:79-80) para outros sítios de casas subterrâneas da região. Assim, é provável que os vários sítios com arquitetura doméstica tenham sido simultaneamente habitados nos séculos entre AD 1400 e 1600, quando a construção de aterros anelares e montículos estava também em seu ápice (Figura 3.2).

Sendo esse o caso, o padrão observado na Figura 6.1 é claramente hierárquico: existe um sítio com muitas casas subterrâneas, alguns sítios com uma quantidade média de casas, e muitos sítios com poucas casas ou com casas isoladas. O sítio RS-PE-10 é o mais denso na região, com 23 casas subterrâneas (Ribeiro e Ribeiro 1985:60; Saldanha 2005:72). Esse padrão hierárquico já havia sido notado por Saldanha (2005:125-127), que considerou,

contudo, um segundo “pico” em um sítio com grande número de estruturas semi-subterrâneas nas proximidades do sítio RS-PE-29. Atualmente, sabe-se que as “estruturas” encontradas nesse local não são feições antrópicas, mas resultantes do desabamento de paleotocas da megafauna pleistocênica (Azevedo 2010), de modo que o sítio RS-PE-10 está de fato isolado na densidade de casas que apresenta.

O sistema de assentamento na área nuclear da pesquisa em Pinhal da Serra, sendo hierárquico, incluiria, portanto, um centro maior (o sítio RS-PE-10, com 23 casas subterrâneas) ao qual estariam ligados centros menores (conjuntos de 6 a 11 casas subterrâneas) separados em média por uma distância de cerca de 2 km. Esses conjuntos de casas subterrâneas estariam no centro de territórios que abarcariam, como terceiro nível na hierarquia dos assentamentos, casas subterrâneas isoladas ou em pequenos grupos de até três estruturas. Ainda dentro do território dos centros menores estariam os aterros anelares com montículos funerários e os sítios lito-cerâmicos superficiais, cada um desempenhando funções específicas em relação às habitações subterrâneas (os primeiros como cemitérios, os segundos como acampamentos para uma variedade de atividades). A Estrutura 1 do sítio RS-PE-29, conforme proposto no capítulo anterior, congregaria os habitantes dos vários conjuntos de casas subterrâneas para ritos periódicos e possivelmente não pertenceria a nenhum território em particular.

Esse modelo está representado graficamente na Figura 6.2, e na Figura 6.3 pode-se observar um perfil de elevação que, mostrando a implantação dos sítios RS-PE-11, RS-PE-21, Gine, Chico Carneiro 1 e Chico Carneiro 2, resume a estrutura ideal dos territórios: cada grupo de sítios se situa em um platô, inclui ao menos um conjunto de casas subterrâneas e um sítio mortuário, e está separado do grupo vizinho por um vale profundo.

Figura 6.2. Um modelo para a relação entre as diferentes classes de sítios de Pinhal da Serra, RS.

Figura 6.3. Perfil de elevação com a implantação de sítios de habitação (RS-PE-11 e Chico Carneiro 1) e de sítios mortuários próximos (RS-PE-21, Gine e Chico Carneiro 2), conformando possíveis territórios vizinhos.

É interessante contrastar esse modelo com outro proposto para a ocupação Jê do Sul no vale do Ribeira do Iguape em São Paulo (Robrahn 1989:126-132), pois, apesar de este não incluir nem aterros anelares nem casas subterrâneas, ambos apresentam analogias. O modelo sugerido por Robrahn (1989:126-132) também pressupõe a contemporaneidade dos sítios de habitação – nesse caso lito-cerâmicos de superfície – e os divide em uma hierarquia de três

níveis que inclui sítios densos, médios, e de baixa densidade. Os últimos estariam sempre próximos de sítios de habitação densos ou médios, e seriam sítios “satélites” destes (Robrahn 1989:126-130). Ao redor dos sítios densos se agrupariam as demais categorias de sítios, sendo que cada um estaria no centro de um “território extenso”, abarcando um grupo de sítios separado dos vizinhos por serras íngremes (Robrahn 1989:131-132). Portanto, ao menos no que se relaciona aos assentamentos, o modelo é em tudo similar ao proposto para Pinhal da Serra (contrastar Robrahn 1989:Figura 21 e a Figura 6.2 acima). Em relação aos sítios funerários, observam-se distinções importantes: os mesmos não se encontram nos territórios extensos de sítios do Ribeira do Iguape (ao contrário dos sítios funerários de Pinhal da Serra que estão sempre próximos de sítios de habitação) e incluem um número grande de montículos – mais de 60 em um caso e “centenas” em outro (Robrahn 1989:56-57). Tais conjuntos de montículos se implantam em topos de colinas em meio a áreas de fundo de vale, destacando-se no centro dos vales com 360° de visualização e visibilidade, ou seja, podendo ver e ser vistos de todos os sítios de habitação nas encostas do entorno (Robrahn 1989:114). Assim, no vale do Ribeira, os cemitérios fariam as vezes de centros cerimoniais regionais (ver também Araujo 2001:317-318 e DeBlasis 2000), ao passo que em Pinhal da Serra e nas regiões do entorno estes estariam representados por uma categoria própria de sítio (os aterros anelares de grandes dimensões). De fato, mesmo modelos que advogam menor permanência nos sítios de casas subterrâneas não deixam de reconhecer a utilização dos aterros anelares como centros cerimoniais fixos na paisagem na longa duração (Schmitz et al. 2010:77).

6.2. Habitações, centros cerimoniais e territórios Jê no planalto meridional

Seria possível, ampliando a escala, testar esse modelo para áreas adjacentes a Pinhal da Serra no planalto? O gráfico representado na Figura 6.4 foi construído com base em publicações nas quais estavam disponíveis informações sobre o número de estruturas em sítios de casas subterrâneas pesquisados em municípios das bacias dos rios Canoas, Pelotas e das Antas (Corteletti 2008; Schmitz et al. 2002; Rogge e Schmitz 2009; Copé 2006; Kern et al. 1989; Caldarelli 2008; De Masi 2005; Reis 2007; Schmitz et al. 2010; Wagner 2002).

Figura 6.4. Número de casas subterrâneas (eixo x) e quantidade de sítios para cada categoria (eixo y) apontando para um padrão hierárquico.

Contando com informações a respeito de 291 sítios, pode-se observar no gráfico da Figura 6.4 um padrão fortemente hierárquico: a maioria dos sítios é composta por conjuntos de poucas casas subterrâneas, entre uma e três estruturas, e são raros os sítios que contam com mais de 18 estruturas, marcando este número uma quebra no gráfico. Esse padrão se confirma quando o analisamos espacialmente. Na Figura 6.5 os sítios estão plotados conforme categorias de densidade, levando em conta o número de casas subterrâneas – sendo considerados densos os sítios com mais de 18 estruturas. Pode-se notar intuitivamente que há um espaçamento regular entre os sítios densos. A análise de vizinho mais próximo (Conolly e Lake 2006:164-166) entre os sítios com mais de 18 casas subterrâneas revelou que esses sítios estão separados por uma média de 56 km em um padrão disperso regular, com menos de 1% de probabilidade de se dever ao acaso. Isso implicaria em um *catchment* de 28 km de raio para cada sítio denso – uma distância que está sugestivamente próxima dos 25 a 40 km, ou meio dia de caminhada, a que se estende o controle dos centros de cacicados (King 2003:11; Spencer 1994:36).

Figura 6.5. Sítios arqueológicos com casas subterrâneas e aterros anelares de grandes dimensões nas bacias dos rios Canoas, Pelotas e das Antas, com *buffers* de 28 km ao redor dos sítios densos.

Na Figura 6.5 foram acrescentados *buffers* de 28 km como sugestão dos territórios de influência dos sítios com alta densidade de casas subterrâneas. Um outro padrão interessante observado na Figura 6.5 diz respeito à localização dos aterros anelares de grandes dimensões (com mais de 50 m de diâmetro) cuja função sugerida, conforme as análises apresentadas anteriormente, é a de centros cerimoniais regionais. Tais sítios parecem se situar preferencialmente nos limites dos territórios sugeridos para os sítios densos de habitação. Em uma escala menor, considerando apenas Pinhal da Serra, o mesmo já podia ser observado, uma vez que a localização da Estrutura 1 do sítio RS-PE-29 não coincide com o sítio com

maior número de casas subterrâneas da região, o sítio RS-PE-10 (ver Figuras 6.1 e 6.2). Haveria paralelos para tal disposição da arquitetura ritual em relação aos assentamentos?

As hipóteses de Saxe (1970) e Goldstein (1981), relacionando a emergência de cemitérios com a presença de grupos corporativos (linhagens) territoriais, já foram mencionadas no capítulo anterior (§ 5.2). Uma aplicação arqueológica dos mesmos princípios é fornecida por Renfrew (1973, 1976), que propõe serem os monumentos funerários (ou de outro caráter) uma expressão de comportamento territorial entre sociedades segmentares. Baseando-se em analogia etnográfica com grupos do Pacífico que construíam plataformas cerimoniais marcando os territórios de linhagens específicas, o autor propõe uma interpretação similar para a distribuição de megálitos na Escócia e na Inglaterra durante o Neolítico: cada monumento estaria no centro de um território. O mesmo modelo foi sugerido originalmente para explicar a distribuição da arquitetura monumental Hopewell do período Woodland médio nos Estados Unidos: cada monumento seria o lugar central de um território formado por diversos assentamentos dispersos (Dancey e Pacheco 1997). Recentemente, esses pressupostos foram revisados: Bernardini (2004) propõe, no caso Hopewell, que a pequena distância entre os monumentos e a escala dos mesmos implicariam na construção e uso de mais de um monumento para cada sítio de habitação, e no compartilhamento dos mesmos monumentos por habitantes de mais de um assentamento – o que equivale a situar os sítios cerimoniais nas “fronteiras” dos territórios, e não em seus centros. Precisamente o mesmo é notado na Europa ocidental durante a Alta Idade Média, com monumentos funerários localizados nas fronteiras de unidades políticas emergentes, como o Reino Franco (Pearson 1999:134-135).

Assim, relacionando a análise do capítulo anterior a respeito dos sítios cerimoniais com a hierarquia de assentamentos aqui apresentada, é possível propor que os territórios Jê meridionais na área da pesquisa e adjacências estariam estruturados a partir de 1) conjuntos densos de casas subterrâneas que funcionariam como lugares centrais em um raio de 28 km, ou meio dia de caminhada, por onde estariam dispersos 2) conjuntos com poucas casas subterrâneas e casas isoladas, além de 3) aterros anelares de pequenas dimensões com montículos funerários servindo de cemitérios para os conjuntos de casas subterrâneas vizinhos e 4) aterros anelares de grandes dimensões servindo como centros cerimoniais concentrados nas “fronteiras” destes territórios. Cada um destes territórios funcionaria como uma unidade política autônoma (o que se entende pelo termo inglês *polity*), possivelmente interagindo com

as demais nos centros cerimoniais localizados em suas fronteiras. A interação entre unidades sócio-políticas autônomas e próximas envolvendo troca, competição e imitação é o fenômeno denominado *peer polity interaction* em um estudo clássico de Renfrew (1986). No seio dessas interações pode ocorrer o que o autor chama de “emulação competitiva”, que costuma envolver (entre outros elementos) a competição pela realização de rituais de comensalidade conspícua e a construção de arquitetura monumental, com cada *polity* tentando superar as demais. É possível que esse tipo de interação tenha resultado, como já comentado no capítulo anterior, na disseminação da mesma linguagem arquitetônica para os centros por grande parte do planalto meridional brasileiro.

6.3. Uma perspectiva histórica: continuidade e mudança

A organização proposta acima não difere de todo do que se observava nos séculos XIX e XX para os cacicados Kaingang. Estes estariam divididos em grupos locais formados por um conjunto de grupos familiares, interligados por redes de aliança e conflito, podendo constituir blocos mais amplos de atuação política (Fernandes 2004:102). Havia um cacique principal como autoridade máxima sobre um conjunto de grupos locais e caciques subordinados responsáveis por cada grupo – o que corresponde bem aos diferentes níveis de hierarquia sugeridos aqui para o período pré-colonial – e a relação entre os grupos regionais era mediada por rituais, em particular os de caráter funerário (Fernandes 2004:103). Os Kaingang em período histórico exibiam uma série de traços comuns a outras sociedades politicamente complexas convencionalmente denominadas de “cacicados”: a organização centralizada de uma população regional, a presença de um ou mais níveis de hierarquia acima da comunidade local, a existência de um princípio de *ranking* ou estratificação emergente, o trabalho coletivo em construções monumentais e a distinção das elites na forma de sepultamento (Earle 1991:1-3). As informações disponíveis para os Kaingang do Rio Grande do Sul no século XIX indicam que o cacique principal ocupava uma posição hereditária, elegia os caciques subordinados, era o único que tinha o direito à poligamia, dividia os territórios das tribos subordinadas conforme os pinheirais (de exploração exclusiva de cada tribo), mobilizava guerras de extermínio contra tribos dissidentes ou caciques rivais, e era o único a ser sepultado sob um montículo funerário de construção coletiva e acompanhada por eventos de *feasting* (Mabilde 1897/1899). Vimos que os correlatos materiais desse sistema estão já

presentes em período pré-colonial, na organização hierárquica tanto dos sítios funerários quanto dos assentamentos. Devemos nos perguntar, portanto, a respeito do desenvolvimento de tais características ao longo da trajetória das sociedades Jê meridionais, e para tanto é preciso atentar a questões de cronologia.

Autores como Earle (1991, 1997) e Yoffee (1994) problematizam o surgimento dos cacicados em uma perspectiva histórica e apresentam modelos similares que levam em consideração o modo como as elites emergentes se apropriam do poder em diferentes esferas – econômica, militar, política, ideológica. O poder na esfera econômica é acumulado através do controle sobre os excedentes, através de sistemas de tributo para manter a parte não produtiva da população, ou através da criação de dependência da elite para acesso ao trabalho (Earle 1997:6-7; Yoffee 1994:17-18). No caso dos cacicados Kaingang históricos, a divisão dos pinheirais pelo cacique principal parece ter sido a única instância em que se manifestava alguma forma de poder econômico, não havendo qualquer registro de um sistema de tributo em funcionamento (Mabilde 1899:142-144). As evidências arqueológicas, por sua vez, são apenas indiretas, como a relação entre a emergência de cemitérios e o controle de grupos corporativos sobre certos recursos no território, como discutido anteriormente (Saxe 1970; Goldstein 1981). O poder nas esferas política e militar está relacionado, internamente, à tomada de decisões pelo chefe ou cacique e, externamente, à guerra como forma de conquistar novos territórios (e, portanto, tributos) e de reduzir o poder das chefias locais, sendo que ambos os aspectos reforçam a autoridade central do cacique (Earle 1997:7-8; Yoffee 1994:19). No caso Kaingang, são inúmeros os relatos de caciques principais que mobilizaram guerras de extermínio contra subordinados insurgentes (Mabilde 1899:126-131). Arqueologicamente, tais indícios de conflito são de difícil identificação. Talvez os “cordões” de terra que cercam certos aglomerados de casas subterrâneas em Bom Jesus identificados por Copé (2006:151-155) sejam um exemplo de estrutura defensiva, como sugerido, entre outras hipóteses, pela própria autora (Copé 2006:361). Por fim, o poder na esfera ideológica pode ser acumulado quando as elites, a fim de justificar a estratificação da sociedade, enfatizam seu vínculo com o sobrenatural, com o passado e com os ancestrais através, por exemplo, da construção de monumentos funerários (Earle 1997:8-10; Yoffee 1994:19). Entre os Kaingang do Rio Grande do Sul no século XIX, a morte do cacique principal era um evento que mobilizava as tribos subordinadas para a construção de um montículo funerário, sendo que os caciques subordinados ou outros membros da tribo não recebiam tal tratamento (Mabilde 1897:162-

166). Conforme um dos relatos de Mabilde (1983:99-111), o cacique Braga lhe mostrou, em uma clareira, um cemitério com sete montículos funerários, cinco dos quais eram túmulos de antigos caciques de sua linhagem. A continuidade das linhagens de caciques principais era, assim, inscrita na paisagem de forma permanente através da arquitetura mortuária, e a esfera ideológica parece, portanto, ter sido aquela sobre a qual os caciques Kaingang exerciam maior poder. Arqueologicamente, o mesmo pode ser inferido a partir dos aterros anelares e montículos funerários de arquitetura complexa e com evidências de *feastings* analisados nos capítulos anteriores. Deste modo, quer se argumente contra ou a favor da continuidade entre o contexto arqueológico e os grupos Jê do Sul históricos, é clara a permanência da arquitetura e dos ritos mortuários, bem como a maneira como estes podem ter servido à acumulação de poder na esfera ideológica por algumas linhagens – resultando, em última instância, nos cacicados do século XIX.

Rupturas, é claro, existem, e já se notou no Capítulo 3 que há um hiato nas datas de Pinhal da Serra entre AD 1020 e 1270. É sugestivo que tal hiato desapareça quando consideramos as datas de sítios pesquisados em municípios vizinhos (De Masi 2005; Müller 2007, 2008), plotadas na Figura 6.6 em conjunto com as datas de Pinhal da Serra. Os aterros anelares e montículos, assim como os sítios de casas subterrâneas, ainda que ausentes em Pinhal da Serra no período de AD 1020 a 1270, passam a ser observados na outra margem do rio Pelotas e também no baixo vale do rio Canoas. Findo esse período, a ocupação retorna a Pinhal da Serra, permanecendo também nas demais regiões. Não é impossível que até cerca de AD 1400 a população fosse menos densa e mais móvel, alternando-se na ocupação de muitos locais diferentes em um território amplo – como proposto por alguns modelos já mencionados (Schmitz et al. 2002, 2010). A verdadeira mudança ocorreria, a julgar pela Figura 6.6, no período compreendido entre AD 1400 e 1600. Não apenas se multiplicam os sítios de habitação nas três regiões citadas, mas também se observa o clímax das atividades em sítios funerários – correspondendo os sítios de aterros anelares e montículos a cerca de metade do total datado para esse período. Os sítios denominados “complexos” no capítulo anterior, com arquitetura elaborada e evidências de *feasting*, apresentam datas dentro desse mesmo intervalo. É sugestivo que essa época esteja próxima do contato – direto ou indireto – com os colonizadores europeus, e a coincidência entre os dois eventos pode não ser casual.

Figura 6.6. Dados calibrados dos sítios de Pinhal da Serra, Anita Garibaldi e Campos Novos (elaborado com o *Calib 6.1*). Aparece destacado o hiato de Pinhal da Serra notado no Capítulo 3, aqui preenchido com datas dos municípios do entorno. Os asteriscos marcam as datas de sítios de aterros anelares.

Uma situação semelhante é apresentada por Dillehay (2007) para o caso dos Mapuche do Chile – já mencionados no capítulo anterior por construírem ainda em período recente montículos funerários para os caciques e pátios cerimoniais para agregações periódicas. Dillehay (2007:18) argumenta que a paisagem monumental dos Mapuche foi transformada por diferentes eventos históricos: desde a expansão Inca, os Mapuche teriam se defrontado com estrangeiros organizados com o objetivo de se estabelecerem em seu território e de dominá-los (Dillehay 2007:104). Essa situação teria se repetido a partir do século XVI com a colonização européia, acarretando um longo período de conflito durante o qual os Mapuche passaram a se organizar em amplas alianças comandadas por líderes guerreiros (Dillehay 2007:127-128). A partir desse momento de confronto com os espanhóis, os montículos funerários tornaram-se maiores e mais complexos, glorificando a autoridade das linhagens de caciques (Dillehay 2007:18). Os mesmos elementos são encontrados entre os povos Jê meridionais: a paisagem mortuária monumental complexifica-se nas imediações do contato

com os europeus e permanece, até o século XIX, como símbolo de resistência, assinalando territórios tradicionais e atestando a antiguidade das linhagens dos caciques principais que mobilizavam a luta contra as frentes de colonização no planalto meridional brasileiro.

7. Considerações finais

Houve consideráveis mudanças na visão dominante a respeito das sociedades Jê do Sul em período pré-colonial desde o início das pesquisas arqueológicas até o presente. Se em um primeiro momento a influência do *Handbook of South American Indians* pesou na consideração dos grupos Jê meridionais – Kaingang e Xokleng – como pertencentes à área “marginal”, em um estágio de desenvolvimento de “tribo” e com pouca ou nenhuma agricultura (como se inferia de alguns relatos e etnografias desses povos nos séculos XIX e XX), atualmente se reconhece – ao menos para certas áreas do planalto meridional brasileiro – a possibilidade de ocupações mais permanentes, maior densidade populacional e maior dependência dos cultivos do que se observou no período posterior ao contato, além de uma paisagem ritual altamente estruturada com foco na construção de monumentos como os aterros anelares e montículos funerários.

Uma das áreas a que se podem aplicar as propostas acima abarca o planalto nordeste do Rio Grande do Sul e o planalto leste catarinense, nas bacias dos rios Pelotas e Canoas. É nessa área que se situa o município de Pinhal da Serra, pesquisado desde a década de 1980 e recentemente retomado por trabalhos intensivos que proporcionaram um amplo volume de dados, o que permite o aprofundamento de questões específicas relacionadas a cronologia, sistemas de assentamento e organização social. Estas questões foram discutidas ao longo desta dissertação a partir dos dados de um tipo particular de sítio arqueológico: os aterros anelares com ou sem montículo. Como foi visto no Capítulo 2, esse tipo de sítio arqueológico foi inicialmente pesquisado na década de 1950 na província argentina de Misiones e, em períodos mais recentes, novas pesquisas confirmaram sua função como centros cerimoniais, tendo os montículos desempenhado função funerária. Em Pinhal da Serra se localizou grande número de aterros anelares acompanhados de montículos, sempre nas proximidades de sítios de habitação (conjuntos de casas subterrâneas), em uma paisagem Jê meridional bastante densa e com datas que se estendem de cerca de AD 800 até o período do contato, conforme foi apresentado no Capítulo 3.

Os dados das escavações e a análise do material proveniente desses sítios, sintetizados no Capítulo 4, possibilitaram uma primeira classificação, apresentada no Capítulo 5, em que se tentou dar conta de suas diferentes funções. Os sítios com aterros anelares de pequenas dimensões (15 a 20 m de diâmetro) cercados por montículos podem ser interpretados como

cemitérios para grupos habitando em conjuntos de casas subterrâneas nas proximidades, como é o caso do sítio RS-PE-29, Estrutura 3, em cujo montículo foram evidenciados dois sepultamentos cremados – um primário (pira funerária preservada *in loco*) e outro secundário (bolsão de ossos calcinados). Uma segunda categoria incluiria os aterros anelares de grandes dimensões, exemplificados em Pinhal da Serra pelo sítio RS-PE-29, Estrutura 1, com 80 m de diâmetro e sem montículos em seu centro. A estratigrafia do aterro continha camadas não encontradas no interior ou exterior da estrutura, o que embasou a hipótese de que a terra usada em sua construção teria sido trazida de outro local. Nesse caso, e considerando também as dimensões do aterro anelar, haveria maior esforço e maior número de pessoas envolvidas na construção e uso da estrutura, motivo pelo qual se propôs que tal categoria de sítio teria servido como centro cerimonial regional para uma população mais ampla. Por fim, os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal formaram uma categoria à parte pela sua complexidade arquitetônica – aterros anelares de forma circular e quadrangular combinados e com mais de dois montículos – acompanhada da presença de material lítico e cerâmico (no segundo caso) acima do comum para os centros cerimoniais Jê do Sul, bem como feições que incluíram possíveis covas (no sítio Posto Fiscal) e aglomerados de pedras – possíveis fornos (em ambos). É possível que essas evidências correspondessem a atividades de *feasting* mortuário e que os indivíduos sepultados nesses dois sítios pertencessem a um segmento de maior *status* na sociedade.

Situar os sítios cerimoniais no sistema de assentamento Jê da área estudada foi o objetivo do Capítulo 6. Foi proposto que os sítios domésticos da região conformariam também um padrão hierárquico a partir do número de estruturas por sítio, com um sítio de 23 casas (RS-PE-10) no topo da hierarquia. Ampliando-se a escala, foi notado que o mesmo padrão se repete em áreas adjacentes do planalto meridional – sítios densos parecem funcionar como lugares centrais de territórios regularmente espaçados e cercados por sítios de habitação menos densos, uma organização não muito distante do que se conhecia para os cacicados Kaingang do século XIX. Quando se consideram os centros cerimoniais regionais (aterros anelares de maiores dimensões) nesse cenário mais amplo, nota-se sua implantação nas “fronteiras” dos territórios, proporcionando talvez a interação entre grupos distintos – o que teria resultado na dispersão da mesma linguagem arquitetônica ritual por todo o planalto meridional (uma vez que, como se levantou no Capítulo 2, aterros anelares foram registrados desde o Rio Grande do Sul até São Paulo). Finalmente, a cronologia disponível parece apontar

para uma intensificação no uso dessas estruturas no período próximo ou coetâneo do contato com os colonizadores europeus. A construção de montículos funerários para os caciques permaneceu, de fato, entre os Kaingang até o início do século XX. É possível que a legitimação política desses líderes a partir de suas linhagens (materializadas nas tumbas monumentais) tenha se tornado especialmente importante no momento de confronto com os colonizadores, da mesma forma como já se propôs para outro grupo – os Mapuche do Chile – que manteve e intensificou a construção de montículos funerários na mesma situação.

Além das conclusões apresentadas nesta dissertação, restam lacunas que merecem ser exploradas em pesquisas futuras, e que podem confirmar ou negar algumas das hipóteses lançadas neste trabalho. Vejamos as principais delas:

1. Em primeiro lugar, a ausência de datações radiocarbônicas para a maioria dos aterros anelares e montículos de Pinhal da Serra. Ao passo que alguns sítios (Posto Fiscal, Estrutura 3 do sítio RS-PE-29) possuem mais de uma data disponível, outros não possuem qualquer datação. É o caso da Estrutura 1 do sítio RS-PE-29, cuja suposta contemporaneidade com os demais sítios é parte importante do argumento dos Capítulos 5 e 6.
2. O mesmo se aplica aos sítios de habitação. A contemporaneidade entre os sítios de casas subterrâneas confirmaria o padrão hierárquico, mas é derivada de outras informações que não as datações radiocarbônicas – ainda poucas em comparação com o grande número de casas subterrâneas da região. A datação das várias camadas de todas as casas de um sítio, por exemplo, permitiria testar a hipótese de crescimento gradual das “aldeias” ou, ao contrário, demonstrar a ocupação descontínua das várias estruturas.
3. A obtenção de novas datas poderia, é claro, completar o “hiato” na cronologia de Pinhal da Serra observado no Capítulo 3 e discutido no Capítulo 6.
4. A análise do sedimento proveniente das supostas camadas de construção do aterro da Estrutura 1, sítio RS-PE-29. Com tal análise seria possível confirmar a origem exótica da terra usada na construção.
5. A análise microscópica das marcas de uso no material lítico proveniente dos sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal. Com tal análise se confirmaria o uso do material no

processamento de alimentos ou na confecção de outros artefatos para utilização no rito funerário, como se propôs no Capítulo 4.

A existência dessas lacunas não deve ser vista, contudo, como um aspecto negativo do trabalho. É preciso antes reconhecer que somente graças aos avanços ocorridos nos últimos anos no conhecimento da arqueologia Jê meridional é que se podem, hoje, formular questões mais detalhadas sobre essas sociedades em período pré-colonial.

8. Referências bibliográficas

Adler, M. A.; Wilshusen, R. H.

1990 Large-scale integrative facilities in tribal societies: cross-cultural and southwestern US examples. *World Archaeology* 22(2):133-146.

Ambrosetti, J. B.

1895 Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario. *Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires* II(10):305-387.

Andrefsky, W.

2005 *Lithics: macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

2008 An introduction to stone tool life history and technological organization. In Andrefsky, W. (Ed.) *Lithic Technology: measures of production, use, and curation*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 3-22.

Araujo, A. G. M.

1991 As rochas silicosas como matéria-prima para o homem pré-histórico: variedades, definições e conceitos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 1:105-111.

2001 *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Azevedo, L. W.

2010 *Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Baldus, H.

1937 *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Bandy, M. S.

2004 Fissioning, Scalar Stress, and Social Evolution in Early Village Societies. *American Anthropologist* 106 (2):322-333.

Beber, M. V.

2004 *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

2011 Complexidade e ocupação do Planalto Sul-Brasileiro: um olhar a partir de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina, Brasil. Trabalho apresentado no XVI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Florianópolis.

Bernardini, W.

- 2004 Hopewell geometric earthworks: a case study in the referential and experiential meaning of monuments. *Journal of Anthropological Archaeology* 23:331-356.

Binford, L.

- 1971 Mortuary practices: their study and their potential. *American Antiquity* 36:6-29.
- 1979 Organization and Formation Processes: Looking at Curated Technologies. *Journal of Anthropological Research* 35 (3):255-273.
- 1980 Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity* 45 (1):4-20.

Bradley, R.

- 1998 *The significance of monuments on the shaping of human experience in Neolithic and Bronze Age Europe*. Londres: Routledge.

Brunson, J. L.

- 1985 Corrugated ceramics as indicators of interaction spheres. In Nelson, B. A. (Ed.) *Decoding prehistoric ceramics*. Carbondale: Southern Illinois University Press. pp. 128-153.

Caldarelli, S. B.

- 2008 *Projeto de Arqueologia Compensatória UHE Barra Grande – Santa Catarina – Relatório Final: atividades de campo e laboratório*. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica.

Carr, C.

- 2006a Salient issues in the social and political organizations of northern Hopewellian peoples. In Carr, C. e Case, D. T. (Eds.) *Gathering Hopewell: society, ritual, and ritual interaction*. Nova York: Springer. pp. 73-118.
- 2006b The question of ranking in Havana Hopewellian societies. In Carr, C. e Case, D. T. (Eds.) *Gathering Hopewell: society, ritual, and ritual interaction*. Nova York: Springer. pp. 238-257.
- 2006c The tripartite ceremonial alliance among Scioto Hopewellian communities and the question of social ranking. In Carr, C. e Case, D. T. (Eds.) *Gathering Hopewell: society, ritual, and ritual interaction*. Nova York: Springer. pp. 258-338.
- 2006d Scioto Hopewell ritual gatherings. In Carr, C. e Case, D. T. (Eds.) *Gathering Hopewell: society, ritual, and ritual interaction*. Nova York: Springer. pp. 463-479.

Chmyz, I.

- 1968 Subsídios para o estudo arqueológico do vale do rio Iguaçu. *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas* 1:31-52.

- Chmyz, I.; Perota, C.; Mueller, H. I.; Rocha, M. L. F.
1968 Notas sobre a arqueologia do vale do rio Itararé. *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas* 1:7-23.
- Chmyz, I.; Sganzerla, E. M.; Volcov, J. E.
1999 *Arqueologia da área prioritária – Projeto Hidrelétrico Tijuco Alto – Rio Ribeira – São Paulo – Paraná*. Curitiba: CEPA/CBA/FUNPAR.
- Clark, J. E.
2005 Mesoamerica goes public: early ceremonial centers, leaders, and communities. In Hendon, J. A.; Joyce, R. A. (Eds.) *Mesoamerican Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing. pp. 43-72.
- Collins, M. B.
1992 Una propuesta conductal para el estudio de la arqueología lítica. *Etnia* 34-35:47-65.
- Conolly, J.; Lake, M.
2006 *Geographical Information Systems in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Copé, S. M.; Saldanha, J. D. M.; Cabral, M. P.
2002 Contribuições para a pré-história do planalto: estudo da variabilidade de sítios arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. *Pesquisas: Antropologia* 58:121-139.
- Copé, S. M.
2006 *Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil*. Tese de Doutorado, Institut d'Art et d'Archéologie, Université de Paris I – Panthéon – Sorbonne.
- 2007a El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos del altiplano sur brasileño, Rio Grande do Sul. *Cazadores-Recolectores del Cono Sur: Revista de Arqueología* 2:15-34.
- 2007b *Escavações arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: 10º relatório bimestral – Novembro/Dezembro 2007*. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 2008 *Escavações arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: atividades laboratoriais realizadas em 2006 e 2007*. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 2009 *Escavações arqueológicas em Pinhal da Serra, RS: atividades de campo – Julho 2009*. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- 2011 *Relatório das escavações e dos trabalhos de geofísica em Pinhal da Serra – Janeiro/Fevereiro de 2011*. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Corteletti, R.
2008 *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova.
- 2011 Arquitetura, ritos funerários e a construção de uma nova paisagem. *Resúmenes: Iº Congreso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata*. Buenos Aires, Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano. pp. 43-44.
- Crépeau, R.
1994 Mythe et rituel chez les indiens Kaingang du Brésil meridional. *Religiologiques* 10:143-157.
2002 A prática do xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo Bororo. *Horizontes Antropológicos* 8 (18):113-129.
- Dancey, W.; Pacheco, P.
1997 A community model of Ohio Hopewell settlement. In Dancey, W.; Pacheco, P. (Eds.) *Ohio Hopewell Community Organization*. Kent: Kent State University Press. pp. 3-40.
- D'Angelis, W. R.; Veiga, J.
1996 Fontes fundamentais para o estudo do ritual Kaingang do kikikoi. *Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais*. Ijuí: Unijuí. pp. 92-108.
- DeBlasis, P. A. D.
2000 *Resgate arqueológico no traçado do gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) no Estado de São Paulo: Trechos IX e X – Relatório Final*. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- De Masi, M. A. N.
2005 *Relatório Final: Projeto de Salvamento Arqueológico Usina Hidrelétrica de Campos Novos*. Tubarão: Unisul.
2006 Arqueologia das terras altas do sul do Brasil: o baixo vale do rio Canoas, SC. In De Masi, M. A. N. (Org.) *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão: Ed. Unisul. pp. 47-75.
2007 Análise de isótopos estáveis de $^{13/12}\text{C}$ e $^{15/14}\text{N}$ em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (formato CD). Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira.
2009 Centros cerimoniais do planalto meridional: uma análise intrasítio. *Revista de Arqueologia* 22 (1):99-114.

s.d. As terras altas do sul do Brasil e o litoral de Santa Catarina, a arqueologia dos mortos e evidências de hierarquia social.

Dias, A. S.

2010 *Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Dillehay, T.

1990 Mapuche Ceremonial Landscape, Social Recruitment, and Resource Rights. *World Archaeology* 22(2):223-241.

1992 Keeping outsiders out: public ceremony, resource rights, and hierarchy in historic and contemporary Mapuche society. In Lange, F. W. (Ed.) *Wealth and Hierarchy in the Intermediate Area*. Washington: Dumbarton Oaks. pp. 379-422.

1995 Mounds of Social Death: Araucanian Funerary Rites and Political Succession. In Dillehay, T. (Ed.) *Tombs for the Living: Andean Mortuary Practices*. Washington: Dumbarton Oaks. pp. 281-313.

2007 *Monuments, Empires, and Resistance: The Araucanian Polity and Ritual Narratives*. Cambridge: Cambridge University Press.

Earle, T. (Ed.)

1991 *Chiefdoms: power, economy, and ideology*. Cambridge: Cambridge University Press.

1997 *How chiefs come to power: the political economy in prehistory*. Stanford: Stanford University Press.

Goldstein, L.

1981 One-dimensional archaeology and multi-dimensional people: spatial organisation and mortuary analysis. In Chapman, R.; Kinnes, I.; Randsborg, K. (Eds.) *The Archaeology of Death*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 53-70.

Guarino, E. S. G.

2010 *Modelando ocorrência e abundância de espécies arbóreas no entorno de uma usina hidrelétrica no sul do Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Hayden, B.

2009 Funerals as feasts: why are they so important? *Cambridge Archaeological Journal* 19 (1):29-52.

Herberts, A. L. e Müller, L. M.

2007 Os sítios funerários do projeto de arqueologia compensatória UHE Barra Grande – SC. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (formato CD). Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Hoeltz, S. E.

- 2005 *Tecnologia lítica: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Iriarte, J.; Gillam, J. C.; Marozzi, O.

- 2008 Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity* 82 (318): 947-961.

Iriarte, J.; Marozzi, O.; Gillam, J. C.

- 2010 Monumentos funerarios y festejos rituales: complejos de recintos y montículos Taquara/Itararé en ElDorado, Misiones (Argentina). *Arqueología Iberoamericana* 6: 25-38.

Iriarte, J.; Copé, S. M.; Lockhart, J.; Fradley, M.; Gillam, J. C.; Marozzi, O.; Souza, J. G.

- 2011 El desarrollo de los paisajes Jê meridionales. Trabalho apresentado no XVI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Florianópolis.

Kern, A. A.; Souza, J. O.; Seffner, F.

- 1989 Arqueologia de salvamento e a ocupação pré-histórica do vale do rio Pelotas (municípios de Bom Jesus e Vacaria). *Veritas* 35(133):99-127.

King, A.

- 2003 *Etowah: The Political History of a Chiefdom Capital*. Tuscaloosa: University of Alabama Press.

Larsson, A.

- 2003 Secondary burial practices in the Middle Neolithic: causes and consequences. *Current Swedish Archaeology* 11:153-170.

Lavina, R.

- 1994 *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Mabilde, P. A. B.

- 1897/1899 Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação “Coroados” que habitam os sertões do Rio Grande do Sul. *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, anos XIII e XV. pp. 145-167 e 125-151.

- 1983 *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul*. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL/Fundação Nacional Pró-Memória.

Maybury-Lewis, D. (Ed.)

1979 *Dialectical Societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press.

Menghin, O. F.

1957 El poblamiento prehistórico de Misiones. *Anales de Arqueología y Etnología* XII:19-40.

Métraux, A.

1946 The Caingang. In Steward, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians, Vol. 1: The marginal tribes*. Washington: Government Printing Office. pp. 445-475

Miller, E. T.

1971 Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional, Rio Grande do Sul (rios Uruguai, Pelotas e das Antas). *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968-1969*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. pp. 37-71.

Müller, L. M.

2007 Casas subterâneas do planalto catarinense: estudo de caso do sítio SC-AG-107. *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (formato CD). Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira.

2008 *Sobre índios e ossos: estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Noelli, F. S.

1996 Os Jê do Brasil Meridional e a antigüidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos* XXII(1):13-25.

1999/2000 A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1972-2000. *Revista USP* 44:218-269.

Odell, G. H.

1994 The role of stone bladelets in Middle Woodland society. *American Antiquity* 59 (1):102-120.

O'Shea, J.

1984 *Mortuary Variability: An Archaeological Investigation*. Orlando: Academic Press.

Parellada, C. I.

2005 *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná*. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Pearson, M. P.

1999 *The Archaeology of Death and Burial*. Gloucestershire: Sutton Publishing Limited.

Peebles, C. S.; Kus, S.

1977 Some archaeological correlates of ranked societies. *American Antiquity* 42:421-448.

Reis, M. J.

2007 *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Erechim: Habis.

Renfrew, C.

1973 Monuments, mobilisation and social organisation in Neolithic Wessex. In Renfrew, C. (Ed.) *The Explanation of Culture Change: models in prehistory*. Londres: Duckworth. pp. 539-558.

1976 Megaliths, territories and populations. In De Laet, S. J. (Ed.) *Acculturation and continuity in Atlantic Europe*. Bruges: De Tempel. pp. 198-220.

1986 Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In Renfrew, C. e Cherry, J. F. (Eds.) *Peer polity interaction and socio-political change*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-18.

Ribeiro, P. A. M.

2000 A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil. *Revista de Arqueologia Americana* 17/18/19:9-50.

Ribeiro, P. A. M.; Ribeiro, C. T.

1985 Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, RS, Brasil. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas* 12 (14):49-105.

Rice, P. M.

1987 *Pottery analysis: a sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press.

Riris, P.

2010 Expanding the Taquara/Itare Model: Feasting and Social Complexity in the Southern Brazilian Highlands. *Reinvention: a Journal of Undergraduate Research* 3(1).

Robrahn, E.

1989 *A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

Rogge, J. H. e Schmitz, P. I.

2009 Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas: Antropologia* 67:23-132.

Rohr, J. A.

1971 Os sítios arqueológicos do planalto catarinense. *Pesquisas: Antropologia* 24:1-56.

Ruby, B. J.; Carr, C.; Charles, D. K.

- 2006 Community organizations in the Scioto, Mann, and Havana Hopewellian regions. In Carr, C. e Case, D. T. (Eds.) *Gathering Hopewell: society, ritual, and ritual interaction*. Nova York: Springer. pp. 119-176.

Sakaguchi, T.

- 2007 Refuse patterning and behavioral analysis in a pinniped hunting camp in the Late Jomon Period: A case study in layer V at the Hamanaka 2 site, Rebun Island, Hokkaido, Japan. *Journal of Anthropological Archaeology* 26:28-46.

Saldanha, J. D. M.

- 2005 *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- 2008 Paisagem e sepultamentos nas terras altas do sul do Brasil. *Revista de Arqueologia* 21 (1):85-95.

Saxe, A. A.

- 1970 *Social Dimensions of Mortuary Practices*. Tese de Doutorado, University of Michigan.

Scarre, C.

- 2001 Modeling prehistoric populations: the case of Neolithic Brittany. *Journal of Anthropological Archaeology* 20:285-313.

Schiffer, M. B.

- 1987 *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

Schmitz, P. I.

- 1988 As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. *Documentos* 2:75-130.

Schmitz, P. I.; Becker, I. I. B.

- 1991 Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In Kern, A. A. (Org.) *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto. pp. 251-283.

Schmitz, P. I.; Rogge, J. H.; Rosa, A. O.; Beber, M. V.; Mauhs, J.; Arnt, F. V.

- 2002 O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas: Antropologia* 58:11-105.

Schmitz, P. I.; Arnt, F. V.; Beber, M. V.; Rosa, A. O.; Farias, D. S.

- 2010 Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. *Pesquisas: Antropologia* 68:7-78.

Sherwood, S. C. e Kidder, T. R.

- 2011 The DaVincis of dirt: Geoarchaeological perspectives on Native American mound building in the Mississippi River basin. *Journal of Anthropological Archaeology* 30:69-87.

Silva, S. B.

- 2001 *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Skibo, J. M.

- 1992 *Pottery function: a use-alteration perspective*. Nova York: Plenum Press.

Souza, J. G.

- 2007 Significados da morte: interpretando as estruturas funerárias de Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC). *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira* (formato CD). Florianópolis: Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Spencer, C. S.

- 1994 Factional ascendance, dimensions of leadership, and the development of centralized authority. In Brumfiel, E. M. e Fox, J. W. (Eds.) *Factional competition and political development in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tainter, J. A.

- 1978 Mortuary Practices and the Study of Prehistoric Social Systems. In Schiffer, M. B. (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 1. Nova York: Academic Press. pp. 105-141.

Twiss, K. C.

- 2008 Transformations in an early agricultural society: Feasting in the Southern Levantine Pre-Pottery Neolithic. *Journal of Anthropological Archaeology* 27:418-442.

Vega-Centeno, R.

- 2007 Construction, labor organization, and feasting during the Late Archaic Period in the Central Andes. *Journal of Anthropological Archaeology* 26:150-171.

Veiga, J.

- 2000 *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Wachnitz, G. A.

- 1984 *Prehistoria Alto-paranaense Preguarani*. Eldorado: Imprensa Seyfried.

Wagner, A.

- 2002 *Alfredo Wagner: terra, água e índios*. Florianópolis: Altair Wagner.

Walker, W. H.

1995 Ceremonial trash? In Skibo, J. M.; Walker, W. H.; Nielsen, A. E. (Eds.) *Expanding Archaeology*. Salt Lake City: University of Utah Press. pp. 67-79.

Wesolowski, V.; Souza, S. M. F. M.; Reinhard, K. J.; Ceccantini, G.

2010 Evaluating microfossil content of dental calculus from Brazilian sambaquis. *Journal of Archaeological Science* 37:1326-1338.

Yoffee, N.

1994 Caciques demais? (ou, textos seguros para os anos 90). In Fish, P. e Morley, E. (Eds.) *II Workshop de Métodos Arqueológicos e Gerenciamento de Bens Culturais*. Florianópolis: 11ª Coordenadoria Regional do IPHAN.